INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Câmpus Irati

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CÂMPUS IRATI

IRATI
2012

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Direção Geral: Francis Luiz Baranoski

Direção de Ensino: Julyana Salette Biavatti

Direção Administrativa: Maysa Anciuti Kaminski

Coordenadores de curso:

Ana Cláudia Radis

Alcione Benacchio

Marcos Paulo Rosa

Docentes:

Ana Paula Cavalheiro

Andreia Mezacasa

Cleverton Vicentini

Diego Zonntini

Juliana Benacchio

Rodrigo Predebon

Simara Cristiane Braatz

Silvana Moreira

Sheila Cristiana de Freitas

Técnicos:

Naldiele Costa

Raphael Pagliarini

Regiane Kopnopka

Cristiane Lima

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação 22

Figura 2 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação - Agroecologia.....23

Figura 3 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação – Informática.....24

Figura 4 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação – Produção de Moda 25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alunos do Câmpus Irati índices 2011.....19

Tabela 2 Percentuais de evasão curso Técnico em Informática. 20

Tabela 3 Percentuais de Evasão Curso Técnico em Agoecologia.....21

Tabela 4 - Percentuais de Evasão Curso Técnico em Agoecologia.....21

Tabela 5 - Alunos Matriculados.....22

APÊNDICE

Apêndice 1 - fotos do Campus – Fevereiro/2012.....66
Apêndice 2 - Foto da Nova Fachada do Câmpus.....67
Apêndice 3 - Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Subsequentes.....74
Apendice 4 - calendário Acadêmico do Campus Irati.....160
Apendice 5 - Descrição parcial dos equipamentos do Câmpus.....162

ANEXOS

Anexo 1 – Planta Baixa 65

Anexo 1 – Planta Baixa.....66

CONTEÚDO

PALAVRAS DO DIRETOR....10

2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO....13

2.1 IDENTIFICAÇÃO....13

2.2 HISTÓRICO DO CÂMPUS....13

2.3 DESCRIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CÂMPUS....14

2.4 OFERTA DE CURSOS....15

2.5 REGIME ESCOLAR....15

3 MARCO SITUACIONAL....15

3.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA DO CÂMPUS....15

3.1.1 PERFIL DOS ALUNOS....18

3.2 REALIDADE LOCAL....19

3.3 DEFINIÇÃO DE INDICADORES....25

3.3.1 Indicadores sócio-demográficos....27

3.3.2 Indicadores de oferta....27

3.3.3 Indicadores de acesso e participação....28

3.3.4 Indicadores de eficiência e rendimento....29

3.3.5 Indicadores de financiamento da educação....30

3.3.6 Indicadores de comparação internacional....30

3.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR....31

3.4.1 Educação Profissional em Nível Técnico....31

3.4.2 Formação Inicial ou Continuada....33

3.4.3 Educação de Jovens e Adultos....33

3.4.4 Programa de Ensino Médio....34

3.4.5 Educação Superior e Pós-Graduações....35

3.5 PROJETOS PEDAGÓGICOS....36

3.6 TRABALHO DOCENTE....37
3.7 FORMA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES....37
3.8 REGIMENTO INTERNO....38
3.9 ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO....38
4 MARCO CONCEITUAL....41
4.1 CONCEPÇÕES DE ENSINO....41
4.1.2 Verticalização do ensino....44
4.1.3 Unicidade do Ensino, Pesquisa e Extensão....44
4.1.4 Inclusão Social....45
4.1.5 Educação transformadora....45
4.1.6 Desenvolvimento integral....46
4.2 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO....46
4.2.1 O aluno que queremos formar....47
4 2.2 A Educação Profissional Tecnológica....47
4.2.3 Valores estimulados no ambiente acadêmico....48
4.2.4 Nossa visão do ensino....50
4.2.5 A importância do Projeto Político Pedagógico para nossa prática educativa....51
4.4 METODOLOGIA DE ENSINO....52
4.4.1 Propostas para uma Educação Inclusiva....53
4.5 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO....56
4.5.1 Ensino....57
4.5.2 Pesquisa e Extensão....57
4.5.3 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem....59
5 MARCO OPERACIONAL....63
5.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO....63
5.2 DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO CÂMPUS....65

5.2 FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES 67

6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....67

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 69

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 70

ANEXOS 73

PALAVRAS DO DIRETOR

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais, são instituições comprometidas com a educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil. Articulam a educação básica, superior e profissional, sendo especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Além da formação profissional, há, como concepção norteadora dos Institutos, a formação integral do educando, preparando-o para atuar como trabalhador e cidadão consciente na sociedade.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Câmpus Irati não é diferente. Nesse contexto, visando cumprir sua missão educacional, fazem-se necessárias a reflexão e a consciência de quem somos e do que queremos alcançar.

Assim, surge o Projeto Político Pedagógico – PPP como construção coletiva que apresenta a identidade da Instituição. Configura-se em um documento de fundamental importância por direcionar o caminho para o ensino de qualidade, apresentando os objetivos e os meios para alcançá-lo.

Ao prestarmos atenção às próprias palavras que compõem o nome do documento, percebemos que se trata de **projeto** por reunir propostas de ações concretas a serem executadas; **político** pelas concepções adotadas para a formação do educando, sendo a concepção do IFPR – Câmpus Irati aquela da formação de cidadãos conscientes e críticos para atuarem na transformação de sua realidade e sociedade; e **pedagógico** por definir e organizar as atividades educativas necessárias ao processo de ensino e aprendizagem.

A construção desse documento é fruto da ação coletiva comprometida e dedicada, através de um processo democrático de tomadas de decisão. Entendemos o PPP como constante e inacabado, assim como nós, seres humanos, em nossas eternas relações com o mundo, modificando-o e sendo modificados.

Por fim, é preciso valorizarmos o que temos de melhor. Sendo assim, apresentamos o PPP do IFPR – Câmpus Irati, documento que merece divulgação por representar uma instituição séria, a qual busca a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade.

Prof. Francis Luiz Baranoski

1 APRESENTAÇÃO

Diante de constantes transformações na sociedade, a necessidade de tratar as diferenças e atuar nas comunidades e nas famílias é evidente. Uma instituição de ensino deve possuir um posicionamento de suporte para que estas transformações sejam baseadas não apenas em conhecimentos, mas também em valores, contemplando as demandas e anseios da comunidade em que está inserida. Para Serbino *et al.* (1998, p. 20):

> Repensar a escola hoje é, antes de mais nada, trazer para o cenário educativo este "vértice perdido", sublinhando a importância de uma participação que não se esgota no nível profissional, nem no plano do Estado. É procurar encontrar novas respostas para um velho problema.

Com o objetivo de alimentar sua prática acadêmica, o Instituto Federal do Paraná – IFPR percebe a necessidade de desenvolver reflexões, tanto quanto possível nas suas diversas áreas do conhecimento, de maneira a criar, através de seus currículos, os princípios políticos pedagógicos que norteiam as iniciativas educacionais a serem implementadas.

Neste contexto, o presente Projeto Político Pedagógico - PPP do IFPR - Câmpus Irati foi concebido e elaborado a partir de uma pesquisa crítica de documentos e informações sobre as diretrizes que fundamentam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação acadêmica.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que acompanha a história da educação brasileira. Não deve ser uma novidade para os profissionais da educação. Segundo Rostirola (2010, p.74), o PPP deve regularizar e nortear todas as ações educativas, discutir os problemas e necessidades específicas da escola, definir direitos e deveres, o calendário escolar e a forma de avaliação.

A criação do Projeto Político Pedagógico foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, publicada em 20 de dezembro de 1996. O documento PPP orienta todas as ações educativas da instituição de ensino.

Na atual LDB, o PPP está assegurado no Título IV, nos seguintes artigos:

> Art. 12: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de:
>
> I- elaborar e executar sua proposta pedagógica; (...)
> VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre as execuções de sua proposta pedagógica.
>
> Art. 13: Os docentes incumbir-se-ão de:
>
> I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
> II- elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
>
> Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas e a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
>
> I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.**(...)**

O papel do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Irati, relacionado à formação profissional, necessita de uma definição que possibilite acompanhar a sociedade e que norteie os contornos do exercício profissional contemporâneo, entendendo a formação em nível técnico e superior como tarefa que se realiza ao mesmo tempo em que as inovações acontecem. O transcorrer normal desse processo demanda não só domínio do saber, mas dos seus modos de produção, de maneira a criar condições necessárias para o permanente processo educativo.

Os cursos do IFPR, Câmpus Irati, tanto os do presente quanto os do futuro, devem estar abertos à dinâmica social e atentos às mudanças que ocorrerão no processo histórico. Fundamentam-se na permanente avaliação curricular por parte dos docentes, discentes e comunidade escolar a partir da concepção de que o currículo não é algo pronto e imutável, mas sim, possui um caráter dinâmico, com possibilidades de mudanças de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 IDENTIFICAÇÃO

NOME: IFPR - Instituto Federal do Paraná, Câmpus Irati

CNPJ: 10652179/0001-15

ENDEREÇO: Rua Pedro Koppe, n° 100, Vila Matilde, Irati-PR **CEP:** 84500-000

RESPONSABILIDADE LEGAL: Francis Luiz Baranoski - Diretor Geral

ATO CONSTITUTIVO: Decreto-Lei n°. 11.892 de 29 de dezembro de 2008

2.2 HISTÓRICO DO CÂMPUS

O Câmpus Irati iniciou suas atividades em março de 2010 com os cursos técnicos presenciais de Agroecologia e Informática, ambos na modalidade subsequente. Poucos meses após o início do ano letivo, foi lançado o curso técnico subsequente de Produção de Moda, também presencial, inspirado em uma das vocações da região, a qual é considerada um pólo nacional de confecção de vestuário especializado em malhas e lãs.

A área total destinada ao IFPR – Câmpus Irati foi doada pela Prefeitura do município em 2009. Por deter limites geográficos com outros seis municípios e estar próximo à capital, Irati torna-se um município de localização geográfica estratégica. Sua economia é baseada no setor de Serviços (57,89% do PIB), Industrial (26,18%) e Agropecuário (15,93%).

Em seu terceiro processo seletivo contou com a presença de 333 candidatos interessados em um dos cursos presenciais ofertados, demonstrando a força que exerce na região. O Câmpus possui capacidade para atender 360 alunos, considerando as turmas de ensino presencial e Ensino a Distância (EAD).

A estrutura física será reformulada e, em breve, o Câmpus poderá ofertar outros cursos em diferentes modalidades, como o ensino médio integrado, ensino técnico pela metodologia por alternância, cursos superiores e pós-graduação.

2.3 DESCRIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CÂMPUS

O Câmpus do IFPR – Irati está instalado em um prédio de 1.112,84m^2 de área construída, além de um terreno rural com área de 31.460,00m^2.

O prédio é composto por 5 salas de aula com 60m^2 possuindo a metragem de 7,10m de largura e 8,45m de comprimento; um Laboratório de Informática com 20 computadores ligados em rede, possuindo 60m^2 seguindo a metragem de 7,10m de largura e 8,45m de comprimento; um Laboratório de Produção de Moda com 120m^2, possuindo a metragem de 7,10m de largura e 16,90m de comprimento.

No Laboratório de Produção de Moda são executadas as atividades de desenho, modelagem e costura. As atividades foram iniciadas sem a estrutura adequada no ano de 2011, quando, a partir de um convênio com a Prefeitura local, através da PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, foram cedidas máquinas de costura e estruturas de laminados para a montagem de mesas. Esta situação está sendo alterada com a chegada de 25 máquinas de costura, uma prensa, uma máquina de corte para tecidos e 10 mesas para atividades, manequins e araras. A estrutura não está totalmente ideal, mas pretende-se que até o final do ano de 2012 tudo esteja adquirido e o local bem estruturado.

Há ainda no prédio dois banheiros públicos, masculino e feminino, com 5 privativos comuns e 1 para deficiente físico. Cada banheiro mede 30.5m^2, possuindo a metragem de 7,10m de comprimento e 4,43m de largura. As outras instalações do prédio constituem-se em: uma sala de professores com 89,46m^2; uma biblioteca com 89,46m^2, com 375 títulos e 1693 exemplares; duas salas administrativas com 16,18m^2; um gabinete do Diretor Geral com 12,03 m^2; uma copa com 16,80m^2; uma área de 13m^2 onde seriam banheiros privativos para os servidores os quais, por questões de manutenção, foram transformados em almoxarifado.

As proporções podem ser vistas nas plantas baixas nos Anexo 1 e 2

2.4 OFERTA DE CURSOS

Atualmente, o Câmpus Irati possui as seguintes ofertas de cursos - modalidades:

- Técnico em Agroecologia – subsequente, noturno – 40 vagas
- Técnico em Informática – subsequente, noturno – 40 vagas
- Técnico em Produção de Moda – subsequente, noturno – 40 vagas
- Técnico em Administração – EAD subsequente, noturno – 40 vagas
- Técnico em Eventos – EAD subsequente, noturno – 40 vagas
- Técnico em Secretariado – EAD subsequente, noturno – 40 vagas

Pretende-se atuar futuramente nas modalidades de Ensino Médio Integrado e Ensino Superior.

2.5 REGIME ESCOLAR

As atividades do Câmpus acontecem em três turnos, assim divididos:

Matutino – das 8h00 às 12h00
Vespertino – das 13h00 às 17h00
Noturno – das 18h00 às 22h40

No período da manhã ocorrem as atividades administrativas e atendimento a projetos. No período da tarde ocorrem as atividades administrativas, pedagógicas e projetos de pesquisa e extensão. No período noturno ocorrem as aulas dos cursos técnicos e demais atividades acadêmicas.

3 MARCO SITUACIONAL

3.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E ECONÔMICA DO CÂMPUS

De acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, é dever do Instituto Federal do Paraná desenvolver educação profissional e tecnológica enquanto processo educativo e investigativo de produção de soluções técnicas e tecnológicas ajustadas às necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais. Portanto, o Instituto Federal do Paraná foi incumbido do relevante papel de propor e desenvolver práticas e saberes voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, atender suas necessidades de formação profissional e tecnológica e subsidiar reflexões crítico-científicas fundamentais para o desenvolvimento humano.

O Instituto Federal do Paraná, ciente de seu papel de promover a educação, atua de forma ampla, por meio da implantação de cursos que busquem maior inclusão social e que sejam significativos à comunidade. Para isso, a instituição oferta atualmente cursos técnicos subseqüentes de nível médio profissionalizante, tanto presenciais quanto a distância, para atingir diversos públicos existentes na região.

O IFPR busca, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.394/96, articular educação, trabalho e práticas sociais disponibilizando Educação Profissional que valorize as experiências extra-escolares e que mantenha uma íntima relação com a comunidade e com o mundo do trabalho.

Entende-se que a criação do IFPR - Câmpus Irati consolida-se na necessidade de disponibilizar à sociedade qualificação técnica, tecnológica e social. Com isto, tem-se como função social realizar uma educação inclusiva que garanta facilidade de acesso e aprendizado de qualidade.

Após um período de pouca oferta de Ensino Técnico pela educação pública, em conjunto com a crescente demanda por profissionais qualificados, o Brasil alcançou um patamar crítico de falta de mão de obra especializada. Assim, o IFPR surge como uma forma de suprir esta demanda, essencial para o desenvolvimento do Brasil e de grande importância e apoio ao processo de formação do capital humano para toda a sociedade, principalmente às populações mais carentes, que não tem acesso à educação de qualidade e que só dessa forma terão a possibilidade para melhorar suas perspectivas de vida.

Segundo pesquisa realizada pela consultoria Manpower e publicada no site indicadorbrasil.com.br, o Brasil é o terceiro país com maior escassez de profissionais qualificados no mundo. De acordo com o documento, 57% dos empregadores que participaram da pesquisa afirmam ter dificuldade para preencher suas vagas por falta de mão-de-obra qualificada. Segundo Schultz (1967, p. 82), “alterações de investimentos no capital humano são um fator básico na redução das desigualdades da distribuição pessoal de renda”. Essa afirmação vem a reforçar o papel social do IFPR na formação acadêmica e qualificação profissional.

Em relação à realidade estadual, observa-se que as economias dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba estão entre as maiores do Estado. Em razão do dinamismo da indústria e dos serviços, Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais são os municípios mais representativos no PIB do Paraná. No interior do Estado, Londrina e Maringá têm forte presença da agroindústria e dos serviços e, em Foz do Iguaçu, sobressaem-se as atividades ligadas ao turismo e à produção de energia elétrica. Já no litoral, Paranaguá destaca-se pelas atividades ligadas ao Porto.

A rede atual de instituições públicas e privadas de ensino existente no Paraná oferece as condições adequadas para a qualificação de mão-de-obra, tanto de nível médio como de nível superior, destacando-se a presença de uma universidade tecnológica federal, com 12 *campi* distribuídos em várias regiões do Estado. Essa rede permite a formação de profissionais especializados que podem responder rapidamente às demandas do setor produtivo.

A infra-estrutura técnico-científica do Estado (institutos de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior) consolidou-se, ao longo das últimas décadas, em torno de Curitiba e dos principais pólos regionais do Estado. São entidades preparadas para atender à demanda das mais modernas e variadas atividades da agropecuária, da indústria e de serviços, dentro de padrões de exigência internacional.

O Instituto Federal do Paraná - Câmpus Irati atende, além de seu município sede, aos municípios da Região Centro Sul, região esta denominada de Território Centro Sul pela organização do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando o desenvolvimento sustentável. São 13 municípios que fazem parte do Território Centro Sul: Irati, Rio Azul,

Rebouças, Inácio Martins, Mallet, Prudentópolis, Guamiranga, Imbituva, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Ipiranga e Ivaí.

Segundo o Censo IBGE 2010, o Território Centro Sul tem 244.698 habitantes, numa densidade de 23 habitantes por Km2, constituindo um território com bases eminentemente rurais. Assim, a população constitui-se 44,9% rural e 55,1% urbana. A população do território é uma população jovem, sendo que 45,5% está na faixa etária dos 16 aos 44 anos. O índice de analfabetismo é de 5,8%. No entanto, o analfabetismo funcional chega a 33% da população com mais de 15 anos que frequentaram a escola por menos de 5,9 anos, abandonando os estudos muito antes de concluir o Ensino Fundamental.

3.1.1 PERFIL DOS ALUNOS

Os discentes do Instituto Federal do Paraná - Câmpus Irati provêm de diversas classes sociais e com formações variadas. Atendemos desde os discentes que concluíram o Ensino Superior e buscam uma qualificação complementar, os trabalhadores que há muitos anos concluíram o Ensino Médio e os jovens recém concluintes do Ensino Médio. Observa-se um grande número de alunos-trabalhadores, alunos das cidades próximas bem como alunos de localidades do interior, pois a cidade de Irati é considerada um pólo regional, atendendo toda a região próxima ao município. Percebe-se uma variação social e de formação muito grande, pois cada educando possui talentos individuais, facilidades e dificuldades comuns a qualquer ser humano. Existem aqueles que se destacam na aprendizagem em certas áreas, assim como os que apresentam dificuldades. No entanto, todos estão na instituição buscando o desenvolvimento e o aprendizado.

As turmas, no geral, mostram-se empenhadas e interessadas. Os discentes, em sua maioria, contribuem com a instituição cumprindo com seus deveres, estudando, respeitando o regimento interno, participando e auxiliando na conservação do patrimônio. No entanto, um dos grandes problemas enfrentados configura-se no nível de evasão. Assim como em outras instituições de ensino, a evasão é um fenômeno presente, constituindo-se em uma realidade complexa, porém desafiadora. No início do ano de

ALUNOS CAMPUS IRATI – índices 2011												
Curso	INFORMÁTICA				PRODUÇÃO DE MODA				AGROECOLOGIA			
	Alunos matriculados	Alunos reprovados	Alunos dependentes	Alunos evadidos	Alunos matriculados	Alunos reprovados	Alunos dependentes	Alunos evadidos	Alunos matriculados	Alunos reprovados	Alunos dependentes	Alunos evadidos
2010	20	0[1]	9[2]	24	21	0	1	12	24	0	15[3]	20
2011	40	0	0	9	40	0	14[4]	16	34	0	0	26
Total 2011	60	0	9	33	61	0	15	28	58	0	15	46

2012, realizou-se um levantamento parcial da situação dos alunos, através do qual foram obtidos os dados sobre evasão relacionados no item abaixo.

Tabela 1 – Alunos do Câmpus Irati índices 2011

3.2 REALIDADE LOCAL

Conhecer a realidade da instituição de forma precisa e atualizada deve ser uma constante para o Núcleo de Ensino, bem como para todos os servidores de cada instituição. Em Irati, ferramentas de análises devem ser desenvolvidas e implementadas, normatizando os processos de educação da Instituição.

Estabelecer o fluxograma da informação educacional auxilia a equipe de planejamento pedagógico a tomar medidas para conter a evasão e captar novos alunos, bem como acompanhar as atividades pedagógicas do Câmpus.

No primeiro semestre de 2012, o Núcleo de Ensino realizou uma investigação com os alunos matriculados que estão ausentes das atividades nas turmas com entrada no processo seletivo 2012, nos Cursos Técnicos em Agroecologia, Informática e Produção de Moda. A metodologia utilizada foi abordagem direta via telefone com o cadastro local,

---

[1] O sistema não fornece os listagem de reprovados, pois o controle é feito por disciplina.
[2] Dependência TCC (defesa)
[3] Dependência na apresentação de TCC (defesa)
[4] Dependência na disciplina de matemática

com perguntas abertas não estruturadas, apontando necessariamente as causas do afastamento das atividades educacionais. Após tabuladas as respostas por afinidade de justificativa, seguem as informações abaixo.

O Curso Técnico em Informática apresentou uma evasão de 16 alunos na turma 2012. Do total de 40 vagas ofertadas e preenchidas no último processo seletivo, 25% destes alunos alegaram não ter identificação com o curso, demonstrando assim que optaram por realizar o processo seletivo sem conhecer o perfil do egresso. Dos evadidos, 19% apontou ter desistido do curso por ter se matriculado em outra instituição. Afirmaram que a matrícula nesta modalidade de ensino no IFPR estava condicionada à possibilidade de não ser aprovado em outro curso, como por exemplo, não ter sido aprovado na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná em suas chamadas para complemento de vagas dos cursos superiores.

Motivos	**Nº de Alunos**	**Percentual**[5]
Matriculou-se em outro Curso	03	19%
Incompatibilidade de Horário com o Trabalho	02	12%
Problemas Familiares	01	6%
Não Identificação com o Curso	04	25%
Dificuldades com Transporte	01	6%
Não Encontrados	05	31%
Total	16	100%

Tabela 2 Percentuais de evasão curso Técnico em Informática.

Da mesma forma, o Curso Técnico em Agroecologia apresentou uma evasão alta na turma do processo seletivo 2012, com cerca de 42,5% das vagas ofertadas não concluindo o primeiro semestre. Dentre as principais causas apontadas por estes alunos evadidos estão a incompatibilidade de horário do curso com o trabalho, problemas familiares e dificuldades de transporte.

[5] Percentual em relação ao total de aluno evadido

Motivos	Nº de alunos	Percentual[6]
Matriculou-se em outro Curso	02	12%
Incompatibilidade de Horário com o Trabalho	03	18%
Problemas Familiares	03	18%
Mudança de Cidade	01	06%
Dificuldades de Transporte	02	12%
Não Informou	01	6%
Não Encontrados	05	29%
Total	17	100%

Tabela 3 Percentuais de Evasão Curso Técnico em Agoecologia

Os alunos evadidos do Curso Técnico em Produção de Moda apresentaram uma evasão de cerca de 56%, tendo em vista que dos 32 alunos matriculados na turma 2012, considerando o primeiro processo seletivo de vagas remanescentes, 18 evadiram. Após a pesquisa constatou-se que 33% destes alunos evadidos optaram por outros cursos como prioridade, sendo a UNICENTRO a instituição mais citada. Outros 22% apontaram que o curso não era compatível com o horário de trabalho, impedindo-os de frequentar o curso no Câmpus Irati.

Motivos	Nº de alunos	Percentual[7]
Matriculou-se em outro Curso	06	33%
Incompatibilidade de Horário com o Trabalho	04	22%
Problemas Familiares	02	11%
Falta de Tempo para Realizar os Trabalhos	01	5,5%
Dificuldades Financeiras e de Transporte	01	5,5%
Não Encontrados	04	22%
Total	18	100%

Tabela 4 - Percentuais de Evasão Curso Técnico em Agoecologia

[6] Percentual em relação ao total de alunos evadidos
[7] Percentual em relação ao total de alunos evadidos.

Constata-se a fragilidade da escolha dos candidatos pelo curso técnico profissionalizante, ficando evidente a evasão elevada ainda antes de concluir o primeiro semestre dos cursos, como aponta a tabela a seguir:

Curso Técnico em 2012	Vagas Ofertadas	Matriculados[8]	Evadidos	Percentual[9]
Agroecologia	40	34	17	42,5%
Informática	40	40	16	40%
Produção de Moda	40	38	18	45%
Total	120	114	51	42,50%

Tabela 5 - Alunos Matriculados

As turmas que ingressaram pelo Processo Seletivo 2012 realizado no final do ano de 2011 foram abordadas com uma pesquisa realizada pela servidora técnica administrativa Naudiele Costa, com a ajuda de alguns docentes da instituição, a qual buscou compreender por qual veículo de comunicação o candidato havia tomado conhecimento do IFPR e do processo seletivo. O resultado geral de todos os candidatos para os 3 cursos foi:

Figura 1 - Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação

[8] Alunos matriculados no Processo Seletivo 2012. Aos Cursos Técnico em Agroecologia e Produção de Moda somam-se as matrículas dos dois Processos Seletivos de Vagas Remanescentes 2012.
[9] Percentual de evasão calculado sobre as vagas ofertadas.

Conforme gráfico apresentado ficou evidente a maior ocorrência do processo de comunicação direta como meio de divulgação, ou seja, aquele que acontece entre pessoas que repassam a informação para seus amigos, parentes, entre outros. Cabe uma verificação mais detalhada em relação a esta informação para determinar quem são essas pessoas que comunicam e de que forma tiveram acesso à informação.

Com expressividade, o portal do IFPR aparece como o segundo maior meio de comunicação mais eficaz resultando em 18% de alcance. As parcerias com rádios locais resultaram em 15% de alcance para os candidatos do processo seletivo, lembrando que este veículo de comunicação é gratuito devido às chamadas de interesse público bem como entrevistas ao vivo em programas de notícias. Panfletos impressos no Câmpus com informações específicas dos cursos ofertados nesta unidade trouxeram 12% dos candidatos para o processo seletivo. Porém, este veículo gera custos com papel, impressão e demanda ações de distribuição em pontos do comércio ou através de abordagem direta nas ruas principais, como transeuntes e semáforos.

Outras 6 opções de acesso à informação foram citadas e juntas somaram 24% do alcance dos candidatos, sendo televisão, carro de som, jornais, divulgação a partir dos alunos do IFPR, guia de cursos e divulgação nas escolas.

Os dados gerais de divulgação e comunicação obtidos agrupando-se os 3 cursos técnicos subsequentes ofertados em 2012 não diferem quando da análise das respostas dos candidatos ao Curso Técnico em Agroecologia, como demonstra os resultado do gráfico a seguir.

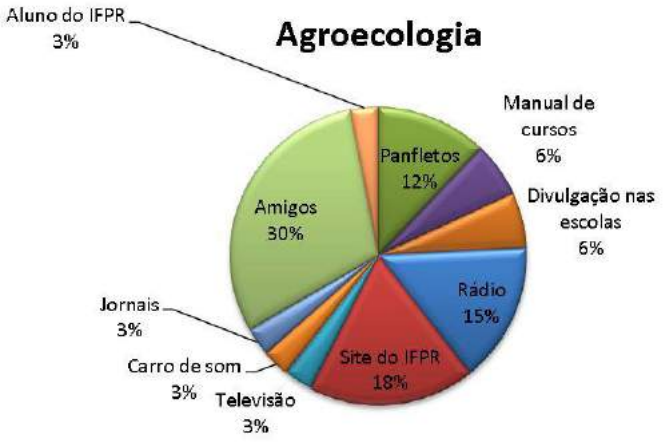


Figura 2 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação - Agroecologia

O Curso Técnico em Informática, entretanto, apresenta uma variedade de canais de divulgação maior, com expressividade em outros meios de comunicação, como demonstra o gráfico abaixo.

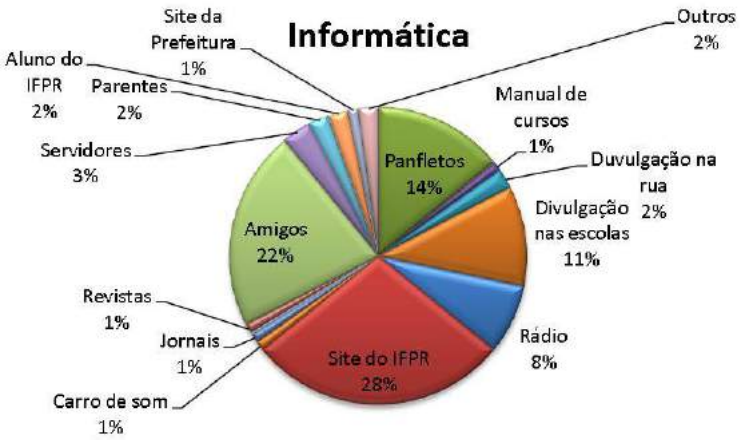


Figura 3 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação – Informática

Cada público possui sua segmentação e suas afinidades de interação com o meio em que vive. Sendo o curso de Informática do eixo tecnológico, seu público demonstrou na pesquisa que o acesso à informação aconteceu em sua grande maioria pelo meio digital, via internet, quando se caracteriza que 28% dos candidatos tiveram acesso ao processo seletivo pelo site do IFPR e ainda outros 1% acesso pelo portal da prefeitura municipal.

Outro dado relevante presente nas respostas dos candidatos ao Curso Técnico em Informática é o percentual de alunos que tiveram acesso ao processo seletivo pela divulgação nas escolas, atraindo um público jovem que concluiu o ensino médio recentemente. Um dos possíveis fatores que levam a este resultado é o da falta de opções de cursos na área de Informática na região de Irati, tanto de nível técnico quanto superior, fazendo com que a opção pelo ensino técnico seja importante para a colocação no mercado de trabalho.

O Curso Técnico em Produção de Moda apresenta uma variação menor e mais homogênea entre 5 veículos de comunicação: o site do IFPR, indicação de amigos, rádio, panfletos e divulgação nas escolas.

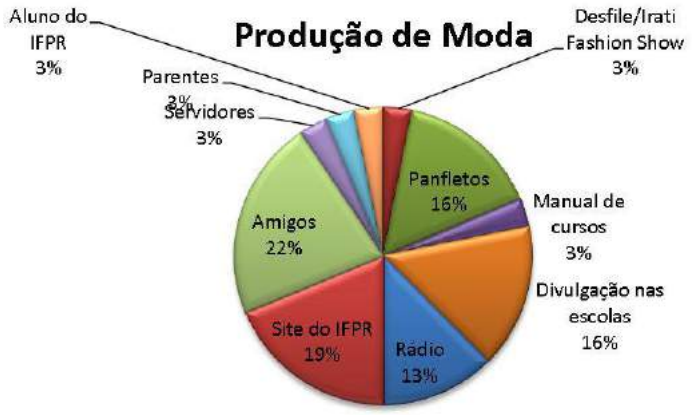


Figura 4 – Resultado da Pesquisa sobre meios de comunicação – Produção de Moda

Neste sentido, considerando os apontamentos deste breve estudo, ficam propósitos para o Câmpus no desenvolvimento de sua comunicação institucional. Sugere-se a criação de uma Comissão de Divulgação e Comunicação para desenvolver estudos de canais de comunicação e público alvo, bem como seus mecanismos de coleta de dados e indicadores de avaliação de eficiência.

A partir das pesquisas realizadas, percebeu-se a necessidade de estruturação destas para que as atividades administrativas e pedagógicas possam ser pautadas em dados estatísticos reais, pois estas atividades requerem planejamento e informações precisas para determinar a área de atuação e o diagnóstico de demandas educacionais no contexto de sua inserção regional.

Este diagnóstico é parte da pré-avaliação da instituição ao ofertar uma proposta de formação e, desta forma, contribuir para a sociedade fomentando a mão-de-obra e os arranjos produtivos locais, bem como incentivar ações empreendedoras que possam transformar as realidades.

3.3 DEFINIÇÃO DE INDICADORES

O processo de ensino-aprendizagem deve ser constantemente monitorado através de indicadores confiáveis que possam extratificar e quantificar as informações que

determinem tanto o cenário atual dos estudantes matriculados que frequentam periodicamente a sala de aula quanto a cenário dos alunos evadidos.

Indicador é uma medida, geralmente estatística, usada para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa ou visando a formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas.

Para a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, indicador é um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros, que indica, fornece informações ou descreve o estado de um fenômeno área/ambiente, com maior significado que aquele apenas relacionado diretamente ao seu valor quantitativo.

A EEA - *European Environment Agency* define os indicadores como sendo uma medida, geralmente quantitativa, que pode ser usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de uma forma simples, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo.

Os indicadores podem ser analíticos (constituídos de uma única variável: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, escolaridade média, etc.) ou sintéticos (quando resultantes de uma composição de variáveis, como o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano).

No contexto educacional, o MEC - Ministério da Educação e Cultura, através de sua Coordenação Geral de Sistemas Integrados de Informações Educacionais, propõe um Dicionário de Indicadores Educacionais (2004), estabelecendo as esferas avaliadas no âmbito educacional e o processo de cálculo estatístico de determinação das variantes. O Dicionário apresenta as seguintes esferas avaliativas:

a) Indicadores sócio-demográficos
b) Indicadores de oferta
c) Indicadores de acesso e participação
d) Indicadores de eficiência e rendimento
e) Indicadores de financiamento da educação
f) Indicadores de comparação internacional

Neste contexto, apresentamos os indicadores selecionados no Câmpus Irati que estabelecerão a realidade local contribuindo para o desenvolvimento educacional e planejamento das atividades docentes.

3.3.1 Indicadores sócio-demográficos

Estes indicadores apontam o perfil educacional da população abordada. A coleta de dados é realizada através de pesquisa secundária no Censo Demográfico vigente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e visa abordar os seguintes aspectos: taxa de analfabetismo; número médio de anos de estudo; percentual da população adulta segundo nível de instrução; índice de adequação de escolaridade da população na faixa etária de 11 a 18 anos.

Os resultados destes indicadores poderão projetar ofertas de cursos conforme a deficiência de formação escolar ou demandas inerentes aos cursos existentes. Por exemplo, um índice de população adulta de 36% com ensino médio incompleto abre a possibilidade de ofertas de cursos técnicos integrados ao médio, concomitantes ou mesmo no formato EJA - Ensino de Jovens e Adultos.

3.3.2 Indicadores de oferta

Este indicador expressa dados numéricos obtidos junto ao INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Estes dados referem-se à oferta de recursos humanos e materiais, sendo estes compostos pelos docentes, discentes e infra-estrutura. O indicador relaciona estes dados, obtendo desta forma uma caracterização do cenário educacional atual. Neste sentido, o referido indicador expressa relações entre: número médio de alunos por turma; percentual de docentes com formação superior; número médio de horas-aula diária; percentual de alunos beneficiados por item de infra-estrutura oferecido pela instituição; relação aluno/ função docente; relação aluno/ função não docente; percentual de escolas por série oferecida; taxa de utilização de salas de aula; relação turma/ sala de aula existente por turno; percentual de matrículas por áreas gerais (educação superior - graduação); percentual de docentes com mestrado (educação superior - graduação); percentual de docentes com doutorado (educação superior –

graduação); relação aluno/ docente em exercício (educação superior - graduação); relação inscrição/ vaga no vestibular (educação superior - graduação).

Assim, de posse de dados como o tamanho das turmas, nível de qualificação dos docentes, tempo médio que o aluno passa na escola usufruindo a infra-estrutura, entre outros, a instituição de ensino poderá apoiar tomadas de decisão relativas à oferta de número de vagas por turma ou curso de acordo com o número de docentes, sua respectiva carga horária e infra-estrutura disponível para tal.

3.3.3 Indicadores de acesso e participação

A proposta destes indicadores é traçar um cenário de relação da comunidade em relação às vagas ofertadas pela instituição nas diferentes modalidades de ensino. Os dados para a mensuração dos indicadores são extraídos de fontes secundárias atualizadas conforme fórmula estatística apresentada no Dicionário de Indicadores Educacionais proposto pelo Ministério da Educação. Neste contexto, enquadram-se nestes indicadores dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o Censo Demográfico desenvolvido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os coeficientes que abrangem os indicadores de acesso e participação retratam uma relação de ocupação de vagas com a sociedade. O coeficiente de atendimento escolar expressa o percentual da população que se encontra matriculada na escola, em determinada idade ou faixa etária. A taxa de escolarização líquida expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino. Já a taxa de escolarização bruta expressa o percentual da matrícula total em determinado nível de ensino em relação à população na faixa etária teoricamente adequada para frequentar esse nível de ensino.

Alguns coeficientes propostos nestes indicadores de acesso e participação prevêem a análise de crianças com 7 anos de idade incorporadas no ensino fundamental bem como a taxa de ocupação escolar deste mesmo grupo. Porém, não se enquadram no

âmbito do ensino da rede federal de educação técnica, segundo a Lei Federal 11.892 de 2008 de criação dos Institutos Federais que estabelece sua área de atuação.

A taxa de retorno de alunos ao sistema educacional busca expressar o percentual de alunos matriculados que não frequentaram a escola no ano anterior em relação à matrícula inicial, importante fator que apresenta a vulnerabilidade do estudante afastado dos bancos escolares e que retornou para realizar estudos num novo curso, indiferente da categoria do mesmo. Com a taxa de ingresso de alunos provenientes da Educação de Jovens e Adultos - EJA podemos expressar o percentual de alunos matriculados no ensino regular que, em relação à matrícula inicial, encontravam-se na EJA no ano anterior. As taxas de matrículas no turno noturno representarão o percentual de alunos matriculados nesse turno em determinado nível de ensino do Instituto Federal.

O percentual de alunos do sexo feminino e concluintes do sexo feminino busca expressar num determinado nível de ensino qual o percentual correspondente ao masculino, caracterizando o perfil educacional de determinados cursos bem como sua participação no processo de educação quando ausente de suas residências.

3.3.4 Indicadores de eficiência e rendimento

Estes indicadores buscam avaliar a relação da idade do aluno com o nível de escolaridade do mesmo, traçando um perfil de aproveitamento dos recursos e do público atendido dentro de sua faixa etária prevista. Entender o perfil do aluno é compreender de forma técnica sobre metodologia e rendimento da aprendizagem, conhecendo a fundo seu público interno. A taxa estabelece a relação entre idade do discente e a idade recomendada, ou seja, aquela idade que seria a ideal se o aluno não tiver nenhuma evasão ou repetência de série no seu currículo escolar.

Outros indicadores de eficiência e rendimento são indicados pelo dicionário de indicadores educacionais, como: a idade mediana que o aluno completa no ano de conclusão; idade mediana que o aluno completa no ano corrente; taxas de rendimento escolar (taxa de aprovação, taxa de reprovação e taxa de abandono); taxas de fluxo escolar (taxa de promoção, taxa de repetência e taxa de evasão); tempo médio esperado de permanência no sistema (quantidade de tempo até a formatura); número médio de

matrículas-ano dispendidas por concluinte; relação entrada/saída de matrículas-ano; e produtividade esperada de conclusão.

3.3.5 Indicadores de financiamento da educação

O emprego dos recursos na educação deve ser monitorado de forma sistemática pelos setores envolvidos na execução de licitações e pagamentos. No Instituto Federal do Paraná, a PROAD - Pró Reitoria de Administração juntamente com o CONSUP - Conselho Superior estabelece a distribuição do orçamento do Câmpus considerando-se necessidades específicas.

Alguns indicadores são sugeridos pelo dicionário de indicadores do MEC, sendo alguns deles adaptáveis ao Câmpus Irati, podendo mensurar proporções de investimentos e balizar outros indicadores para análises mais complexas. Alguns destes indicadores são: gasto público com educação em relação ao PIB local; gasto público com educação em relação ao gasto público total; e gasto médio por aluno (matriculado e formado).

Os dados para alimentar estes indicadores podem ser extraídos de fontes secundárias, sendo indicados o relatório INEP e dados Censo IBGE.

3.3.6 Indicadores de comparação internacional

Este indicador consiste em um instrumento para a análise da situação corrente de um determinado sistema educacional. O mesmo mede a quantidade de alunos, agrupando-os por faixa etária e modalidade de ensino em uma determinada instituição educacional presente no território brasileiro, a fim de estabelecer comparações entre estes dados, dados de outras unidades da federação, bem como de outros países.

O mesmo pode ser utilizado para medir a quantidade de alunos concluintes do ensino médio ou outra modalidade de ensino, tendo como base a idade ideal requerida para este fim.

O emprego deste indicador requer a utilização de dados oriundos do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Censo Demográfico – IBGE e Contagem Populacional.

Este indicador também poderá ser utilizado pela instituição de ensino para medir e comparar os percentuais de alunos matriculados e formados (concluintes) em relação a outras instituições ou unidades da federação, permitindo a obtenção de dados quantitativos que proporcionem a visualização desta demanda e sirvam como referência para a orientação de políticas educacionais nacionais e regionais.

Por meio da comparação internacional pode-se avaliar o sistema educacional de uma unidade da federação em relação à performance de outras unidades da federação ou outros países para, desta maneira, reconhecer aspectos positivos e negativos dos envolvidos. Neste sentido, a troca de informações entre as unidades da federação, estados ou até mesmo países, pode auxiliar na melhoria de seus sistemas educacionais, aproveitando-se as experiências já realizadas ou em desenvolvimento em outras localidades.

O Câmpus Irati pretende, a partir da consolidação do PPP local, alimentá-lo regularmente com os indicadores obtidos através de pesquisas constantes, para que o trabalho administrativo pedagógico possa ser pautado na realidade do local.

3.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular é o termo utilizado pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação para descrever o currículo no ensino. Sua formação obedece às bases nacionais, porém complementa-se parte desse currículo com características regionais de cultura e economia.

O Instituto Federal do Paraná pauta-se por uma política de implantação sob eixos tecnológicos de acordo com os arranjos produtivos locais.

Cada curso possui seu Projeto Pedagógico elaborado de acordo com o catálogo de cursos do MEC, no qual são descritas as características e especificidades dos mesmos, respeitando a legislação.

3.4.1 Educação Profissional em Nível Técnico

O ensino profissional, uma das premissas do IFPR, tem grande participação na oferta de cursos da instituição. A oferta de cursos profissionalizantes paralelamente ao ensino médio tem como objetivo a formação geral do educando preparando-o para o exercício de profissões técnicas. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas no próprio instituto ou em cooperação com outras instituições de ensino.

A educação profissional em nível médio poderá ocorrer de três formas: integrada, concomitante ou subsequente. A educação profissional integrada ao nível médio deve ser oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). A educação técnica concomitante ao nível médio deve ser oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008):

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de inter-complementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Os cursos subsequentes ao ensino médio são ofertados aos alunos que concluíram o ensino médio ou equivalente, podendo o aluno iniciar o curso de nível técnico pretendido, sendo o acesso por meio de processo de seleção. Estes cursos possibilitam ao estudante adquirir competências de educação profissional.

Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. Cursos nas formas concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de

qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

3.4.2 Formação Inicial ou Continuada

Segundo o Art. 3º do Decreto 5.154/2004, que regulamenta o Cap. III da LDB:

> Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Um dos objetivos do IFPR é ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, buscando a constante formação e aperfeiçoamento de profissionais nas áreas da educação profissional e tecnológica, fomentando os arranjos produtivos locais e demandas de mão de obra especializada. Isso também ocorre na região de Irati onde o IFPR – Câmpus Irati está inserido. Como objetivos dos programas de formação inicial e continuada, destacam-se: proporcionar aos trabalhadores o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social; promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais nas áreas da educação profissional e tecnológica; qualificar e requalificar trabalhadores, preparando-os para que se dediquem a um tipo de atividade profissional a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mercado de trabalho; ampliar as competências profissionais de trabalhadores; despertar nos cidadãos o interesse para o reingresso na escola, em cursos e programas que promovam a elevação de escolaridade e o aumento da consciência sócio-ambiental.

Os cursos de formação inicial ou continuada devem atender às demandas regionais e colaborar para o desenvolvimento sustentável da região de Irati.

3.4.3 Educação de Jovens e Adultos

O papel das instituições públicas de ensino é educar a todos, por isto surgiu a modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos que contempla os ensinos fundamental e médio para jovens e adultos que por vários motivos não conseguiram completar a educação básica na idade padrão.

No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

A LDB regulamenta este segmento pelo Art. 37:

> Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
>
> § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
>
> § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
> § 3o A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

O IFPR possui Cursos Técnicos Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. São cursos destinados aos jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental e buscam a formação no Ensino Médio integrado à formação Técnica Profissional. Tem como requisito a idade mínima de 18 anos no ato da matrícula. Pretende-se a oferta desta modalidade no Câmpus Irati como uma possibilidade de qualificação profissional e inclusão social.

3.4.4 Programa de Ensino Médio

Previsto no Art. 205 da Constituição Federal, a educação básica é um direito de todos os cidadãos brasileiros e um dever do Estado e da família. Deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da

pessoa, bem como o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Na busca de integrar a formação pessoal e profissional, o IFPR tem como prerrogativa a oferta do Ensino Médio integrado ao ensino profissionalizante. Para a oferta do Ensino Médio integrado ao ensino profissionalizante, o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei.

O currículo do Ensino Médio deve ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada oferta de curso técnico profissionalizante integrado, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Os cursos do Ensino Médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008).

3.4.5 Educação Superior e Pós-Graduações

No Art. 7º da Lei 11.892/2008, dos objetivos dos Institutos Federais, apresentam-se oportunidades de atender demandas regionais com cursos de Educação Superior, observadas as necessidades e características:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação Lato Sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação Stricto Sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFPR, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender a cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

3.5 PROJETOS PEDAGÓGICOS

O PPC, Projeto Pedagógico de Curso, é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso, e expressa os principais parâmetros para a ação educativa. Tem como premissa o posicionamento estratégico do curso na região em que está inserido, considerando os saberes e as experiências incorporadas pelos estudantes e pelo aluno-trabalhador, tal como determina a Resolução nº 54/11 do Instituto Federal do Paraná. Este documento determina que a organização curricular deve estar substanciada no Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com o Projeto Político Pedagógico - PPP e organizado em critérios a serem contemplados tendo como base os princípios norteadores na legislação em vigor para cada modalidade de ensino.

Este documento expressa a visão atual do mundo, de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos.

Deve contemplar o padrão de qualidade e sustentabilidade do curso, bem como sua adequação às demandas sociais, ao mercado e à legislação, considerando as diretrizes consolidadas no PPP. Deve também estar dedicado à construção de interfaces entre Ensino, Pesquisa e Extensão, identificando os valores e o diferencial competitivo para o curso. Este projeto caracteriza também o perfil discente desejável para o curso e os mecanismos de avaliação permanente, considerando a regulamentação da avaliação da aprendizagem no âmbito do Instituto Federal do Paraná, através de resolução no conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos ofertados no Câmpus Irati do IFPR estão disponíveis no Apêndice 2.

3.6 TRABALHO DOCENTE

O docente desenvolve o trabalho de mediador do conhecimento, no qual transfere e auxilia na construção do mesmo. O discente irá acompanhar as atividades conduzidas pelo docente de acordo com conteúdo programático, com o objetivo de atingir um nível de aprendizado considerado pelo professor como suficiente.

Entende-se por evasão escolar quando o aluno deixa de frequentar a aula, sem comunicação formal durante o ano letivo, caracterizando abandono. Neste caso, o IFPR - Câmpus Irati faz um trabalho particular entrando em contato com o aluno, quando possível de localização, ouvindo seus motivos. Após a exposição dos motivos sempre se tenta optar pelo retorno do aluno. Porém, quando não há o retorno do alunos nas suas atividades, é solicitado que o mesmo compareça na instituição para que formalize o seu desligamento do curso.

3.7 FORMA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFPR apresenta como política educacional o acompanhamento constante do discente em seu processo de aprendizagem. Para isso, é ofertada ao discente a possibilidade de atendimento exclusivo quando da necessidade de orientação,

esclarecimento, reforço e acompanhamento quanto a assuntos, dúvidas ou dificuldades sobre o conteúdo ministrado. Nesse sentido, cada docente, conforme Resolução nº 002/2009, disponibiliza um horário de atendimento ao aluno, divulgado e fixado em mural para que este saiba quando e onde procurar o professor. A resolução possibilita que o docente dedique 4 (quatro) horas semanais para atendimento ao discente, caracterizando-se o atendimento como Atividade de Apoio ao Ensino. Esse atendimento pode ser personalizado ou em grupos de alunos, ficando a cargo do docente essa decisão, respeitando-se a situação escolar em particular. Além da possibilidade de se procurar o docente para o acompanhamento, o discente também poderá ser convidado pelo docente a participar de atendimentos conforme a necessidade e dificuldade quanto à disciplina ministrada.

Outra forma de atendimento ao aluno concretiza-se através das recuperações paralelas, regidas pela resolução 54/2011 e portaria 120/2009. Assim, quando os estudos de recuperação paralela se fizerem necessários, o programa de atividades e de orientação será definido a partir da análise das necessidades, dificuldades e habilidades do discente. Poderão ser utilizadas as seguintes estratégias e técnicas de ensino: roteiro de estudo dirigido; atividades e trabalhos extra; apresentação de trabalhos escritos e/ou orais e demais estratégias que o docente julgar necessárias. As recuperações paralelas acontecem no horário disponibilizado pelo docente para o atendimento ao aluno, sendo o mesmo convidado a participar de atividades de recuperação do conteúdo como proposta pedagógica.

3.8 REGIMENTO INTERNO

O Câmpus Irati está trabalhando para construir um regimento interno, descrevendo as competências, metodologias e responsabilidades das atividades do Câmpus. Este documento encontra-se atualmente em construção.

3.9 ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

O IFPR instituiu a Política de Apoio Estudantil através da Resolução nº 011/2009, visando a garantia de acesso, permanência e conclusão do curso, com a finalidade de reduzir a retenção e evasão principalmente quando esta se dá por questões socioeconômicas ou por necessidades educativas especiais. Através da Resolução nº 053/2011, o IFPR altera o artigo 7º da Resolução nº 11/2009. Assim, fica estabelecido como Assistência Estudantil as modalidades de: moradia estudantil, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio aos estudantes-pais, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades especiais. Sendo assim estabelecida, a responsabilidade de fazer a gestão da Assistência Estudantil fica a cargo da Pró Reitoria de Ensino do IFPR, e aos Câmpus a responsabilidade de incentivar a participação e proporcionar a divulgação aos estudantes e facilitar aos candidatos o acesso à inscrição.

Além das modalidades acima mencionadas através das resoluções 064 e 065 de 2010, foram aprovadas a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - PBIS e o Programa de Apoio a Eventos Estudantis. O PBIS oportuniza ao estudante participar de um projeto de pesquisa ou extensão orientado por um docente ou técnico administrativo do IFPR, e o Programa de Apoio a Eventos Estudantis oportuniza ao estudante participar de eventos de caráter científico, acadêmico, cultural e/ ou esportivo, de âmbito local, estadual, nacional e internacional. No ano de 2012, iniciou-se também o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante, contemplando os discentes com bolsas para auxílio moradia, transporte e alimentação, promovendo a sua permanência nos estudos.

O Câmpus Irati, nestes dois anos de existência, tem incentivado os estudantes a participarem dos editais abertos para a Assistência Estudantil nas suas mais diversas modalidades. Conforme detalhado na tabela 6, pode-se perceber que os estudantes têm participado dos editais e a equipe de professores e técnicos do Câmpus tem proporcionado o acesso dos estudantes a várias modalidades de Assistência Estudantil. É certo que os recursos humanos atuantes no Câmpus Irati na situação atual não possibilitam o atendimento integral ao estudante conforme prevê a Resolução nº 53/2011, mas espera-se que em breve a equipe pedagógica do Câmpus contará com os serviços de assistência social, psicólogo, pedagogos, entre outros.

A tabela a seguir mostra o número de alunos atendidos por bolsas nos anos de 2011 e 2012.

Tipo de Bolsa	**Número de Alunos Beneficiados em 2011**	**Número de Alunos Beneficiados em 2012**
PBIS	28	19
Extensão	04	01
Monitoria	4	0
Esporte	12	0
Participação em Eventos	11	0
PACE	0	20

Tabela 6 - Dados de bolsas oferecidas aos estudantes do Câmpus Irati

3.9.1 NAPNE

O Napne - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, atua dentro da instituição articulando processos e pessoas para a implantação /implementação da Ação Tec Nep - Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas.

Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e de atitudes.

No Câmpus Irati, entende-se a importância deste núcleo e pretende-se que este trabalho seja realizado em parceria com os sistemas educacionais e municipais de ensino, além da participação de profissionais de diversas áreas de atuação, tais como pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, juntamente com os pais e alunos. Atualmente, não contamos com uma equipe multidisciplinar no NAPNE, mas pretendemos sua reestruturação para que realize todas as ações necessárias para o melhor atendimento ao aluno com necessidades especiais.

4 MARCO CONCEITUAL

4.1 CONCEPÇÕES DE ENSINO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia apresentam-se enquanto modelo de educação profissional e tecnológica comprometidos com uma educação de qualidade, com a formação de um profissional-cidadão bem como com a difusão da ciência e tecnologia.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Câmpus Irati não é diferente. A partir de sua premissa maior, a promoção da educação profissional e tecnológica, concepções e princípios são estabelecidos para nortearem a proposta político-pedagógica do Câmpus.

As discussões deste documento partem da concepção geral de educação presente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Capítulo I, Art. 1º, quando apresenta a finalidade da educação como sendo “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esta concepção vem a reforçar a função do IFPR – Câmpus Irati quanto ao aprendizado de seus educandos e a contribuição que estes fazem à sociedade.

Ao pautarmos nossa concepção de educação na LDB, assumimos também os princípios e fins da educação presentes no documento, com destaque à *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*.

Quanto à educação profissional, o Artigo 39 da LDB afirma que a mesma, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme documento Concepção e Diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, considera como base orientadora dos processos de formação em nossa instituição a integração e articulação entre algumas dimensões consideradas essenciais à atividade educativa, conforme trecho abaixo:

> [...] integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (MEC, 2010).

Educação profissional não se resume ao mero treinamento de técnicas. Rejeita-se a concepção educacional que privilegia o tecnicismo, e valoriza-se a concepção de educação profissional enquanto "domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna" (SAVIANI, 2007, p. 161). Sendo assim, o IFPR – Câmpus Irati busca, em sua prática pedagógica, articular a técnica ao conhecimento do processo produtivo.

O IFPR – Câmpus Irati considera também os princípios presentes na Resolução nº 54/2011, a qual dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação ofertada no IFPR. Destacamos, entre outros: *relação orgânica com formação geral do Ensino Médio na preparação para o exercício das profissões técnicas; integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como pressupostos da formação do educando; indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo a pesquisa como eixo nucleador da prática pedagógica; trabalho e pesquisa, respectivamente, como princípios educativos e pedagógicos; indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; articulação com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental dos territórios onde está inserido o Câmpus.*

Busca-se com a educação científica e tecnológica acompanhar bem como estimular o desenvolvimento regional sustentável e, por conseguinte, capacitar o educando como ator da sua própria trajetória na sociedade. Entendemos por desenvolvimento sustentável aquele que atende, sobretudo, às questões relativas à preservação dos recursos naturais, à viabilidade econômica das atividades produtivas, à promoção da igualdade social e à autonomia dos cidadãos. Devemos realizar um processo de formação para além da esfera técnica-produtiva, que promova a responsabilidade social, considerando que o desenvolvimento local e regional deve ocorrer a partir da participação efetiva de seus cidadãos, os quais sejam capazes de

compreender que as ações humanas podem, por exemplo, comprometer os recursos naturais, ou ainda contribuírem para o agravamento das desigualdades sociais da região.

Considerando nosso posicionamento expresso na concepção de educação e de ensino pela instituição adotada, apresentamos nossa visão de homem ao projetarmos nosso educando enquanto agente comprometido com sua realidade e com a transformação da sociedade a qual pertence. Para isso, a politização e a valorização dos aspectos culturais fazem-se necessários a este homem que vive, compreende, participa e modifica sua realidade. Dessa forma, a consciência política e a compreensão desses determinantes sociais caracterizam-se como essenciais à formação de nosso educando, pois assumimos que, através da educação, o homem é capaz de construir uma nova realidade que seja mais justa e com melhorias de vida a todos, partindo da transformação de sua realidade mais imediata.

Nessa perspectiva, busca-se uma sociedade mais igualitária, mais inclusiva e na qual todos possam exercer sua cidadania através de ações politizadas que levem à mudanças sociais. Nossa visão de sociedade compreende-a mais humana e justa, a qual proporciona condições para que todos se desenvolvam plenamente em todas as àreas de sua vida.

Ao pensarmos em concepção de ensino, não podemos deixar de ressaltar a importância do ensino do conhecimento elaborado, social e historicamente construído, como parte constituinte da missão do IFPR enquanto instituição de ensino científico e tecnológico. Ao valorizarmos o conhecimento científico considerando-no produção histórico-político-social admitimos a tendência pedagógica histórico-crítica como um dos norteadores de nossas ações educacionais.

A concepção de ensino e educação que perpassa as concepções de homem e de sociedade defendidas é aquela que promova ao educando o desenvolvimento intelectual necessário ao seu desenvolvimento pleno no mundo do trabalho e no exercício de sua cidadania, bem como a sua atuação ativa na transformação da realidade. E para que se possa transformar a realidade, é preciso, antes, compreendê-la. Nesta perspectiva, Libâneo (1983) salienta que aprender é conhecer a realidade concreta a partir de uma aproximação e análise crítica dessa realidade. Freire (1996) também orienta a prática pedagógica progressista no sentido de conhecer e entender a realidade e o meio social

de forma crítica e não ingênua. Dessa forma, o aspecto da criticidade configura-se como fundamental quando da escolha por tendências pedagógicas que direcionem nossa prática educativa.

Assim, assumindo o pluralismo das tendências pedagógicas progressistas, o IFPR – Câmpus Irati considera como concepção de ensino aquela que trabalha na perspectiva de um ensino emancipatório, ou seja, um ensino que promova o desenvolvimento integral do cidadão-trabalhador emancipado e comprometido com a transformação de sua realidade e de sua sociedade através de ações que levem a um desenvolvimento local e regional sustentável.

Considerando as concepções de educação e de ensino acima expostas, apresentam-se princípios mais específicos norteadores da proposta político-pedagógica do IFPR – Câmpus Irati.

4.1.2 Verticalização do ensino

O IFPR - Câmpus Irati segue o princípio da verticalização do ensino, considerado princípio geral que rege todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. A verticalização do ensino assegura a promoção dos diferentes níveis e modalidades de ensino, articulando a educação básica, superior e profissional. Dessa maneira, os Institutos Federais possibilitam ao educando uma formação acadêmica completa, podendo o mesmo cursar o Ensino Médio Integrado a um Curso Técnico, passando por um Curso Superior e finalizando com um Curso de Pós-Graduação. Essa oferta das várias modalidades de ensino em uma mesma instituição faz cumprir o papel social dos Institutos Federais com a educação brasileira.

4.1.3 Unicidade do Ensino, Pesquisa e Extensão

A unicidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFPR - Câmpus Irati apresenta-se como uma virtude e forma de expressão do compromisso social. A

vinculação estreita entre a ciência, a tecnologia e a aplicação destas em diver-sas áreas é capaz de gerar novas descobertas e aprimorar o conhecimento obtido pelos educandos.

Essa concepção de unicidade cria perspectivas favoráveis quando se trata da formação, tanto de educandos quanto de educadores. Esses atores têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Acredita-se que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deva ser tarefa de todos os atores envolvidos na instituição, fazendo-se presente em diferentes momentos.

4.1.4 Inclusão Social

A inclusão social torna-se um princípio norteador das ações do IFPR -Câmpus Irati uma vez que se busca através dos cursos ofertados, das ações de extensão e pesquisa envolver parte da população que se encontra à margem do processo de desenvolvimento da região. Busca-se também a inclusão com base em Freire (1996) quando respeita a leitura de mundo individual do educando e dela parte em direção a sua autonomia enquanto sujeito pensante e influente sobre seu próprio desenvolvimento.

Assim, o IFPR - Câmpus Irati assume sua responsabilidade social ao garantir a educação como direito que corrobore uma inclusão social emancipatória.

4.1.5 Educação transformadora

A educação frente ao modelo proposto pelo IFPR - Câmpus Irati deve ser vista como elemento de transformação pessoal e social, a partir da qual o educando compreende não apenas questões teóricas como também questões para além da sala de aula. Para tal, o planejamento e a execução das atividades de ensino-aprendizagem, direcionados à formação de profissionais qualificados e com responsabilidade social, serão desenvolvidos numa perspectiva de construção da cidadania. Essas atividades seguem a concepção de ensino que considere o educando como responsável pelo seu

processo de aprendizagem a partir de uma postura ativa. Dessa forma, a passividade, a qual caracteriza um processo mecânico e não reflexivo de aprendizagem, dá espaço a atitudes de iniciativas e de participação.

Através de uma educação reflexiva e participativa por parte do educando busca-se promover a autonomia do mesmo, visto a necessidade de formar cidadãos que tenham postura ativa frente às dificuldades por eles obtidas. Nessa perspectiva ele passa a ser ator e responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual, o que lhe possibilita também maior independência quando de seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Assim, o compromisso do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória, transformadora e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo.

4.1.6 Desenvolvimento integral

Falar em desenvolvimento integral pressupõe uma concepção de formação ampla de um sujeito. Enquanto princípio norteador, o desenvolvimento integral refere-se à formação e desenvolvimento em dimensões que superam uma formação apenas acadêmica. Nesse sentido, considera-se o desenvolvimento do sujeito enquanto educando, profissional e cidadão, numa perspectiva global, e não segmentada da educação.

Assim, quando o IFPR – Câmpus Irati defende o desenvolvimento integral de seu aluno, estabelece-se a importância tanto de uma formação acadêmica quanto a profissional e pessoal, formação esta que pode ser transmitida a todos os âmbitos da vida do educando. Formar um técnico qualificado e preparado ao mercado de trabalho não exclui sua formação crítica e reflexiva frente à sociedade e sua realidade mais imediata. Um técnico, portanto, não é apenas um técnico executor de ações, mas um técnico que reflita e questione a importância, necessidade e formas de se executar essas ações.

4.2 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

4.2.1 O aluno que queremos formar

A sociedade pretendida pelo IFPR – Câmpus Irati tem seus valores fundamentados no desenvolvimento democrático, solidário e sustentável, que promova uma economia colocada em favor da vida e do trabalho, de forma a promover o bem viver. Segundo Freire (1996), a sociedade não é um objeto estagnado, sem mudança, mas ao contrário, é um processo em constante modificação e transição. Deve-se, portanto, proporcionar condições para que no processo ensino-aprendizagem o aluno conserve suas características de crítica, criação, inovação, trazendo consigo sua história e transformando a realidade atual de maneira construtiva com base nos valores da sociedade na qual está inserido.

A formação desejada é a formação integral: técnica, mas também humana, a qual reclama uma visão compreensiva e harmônica de toda a realidade do educando . Pretende-se o cidadão que possua domínio para a execução das tarefas requeridas em suas atividades profissionais e a desenvoltura para solucionar as questões mais adversas no campo profissional.

Para isso, o IFPR deve estimular o desenvolvimento de personalidades individuais, descoberta, respeito e reconhecimento da aceitação da diversidade de perspectivas e de projetos individuais e em grupos. Valoriza-se a convivência saudável com as diferenças, com o cultivo da tolerância, com as contrariedades e com as complementaridades, uma vez que, afora o ambiente familiar, não existe outro espaço de construção de conhecimento como o que a instituição proporciona. Dentro deste contexto, desejamos uma escola includente com oportunidades de formação a toda a comunidade, permitindo que esta acompanhe o desenvolvimento da sociedade como um todo.

4 2.2 A Educação Profissional Tecnológica

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência,

tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Contribui para o progresso socioeconômico, dialoga efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. A educação Profissional e Tecnológica está comprometida com o todo social, com a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda está articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo. É uma estratégia de recuperação, mesmo que de forma panorâmica, da história da rede federal de educação profissional e tecnológica fundamental onde se busca a afinidade entre política de educação profissional e política pública. Nesse sentido, os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária.

> Há um grande consenso entre os diversos atores demandantes da educação profissional e tecnológica sobre a importância da sua readequação frente às profundas transformações que incidem sobre os processos e as relações de trabalho. Há também, uma ampla compreensão que, para a educação profissional e tecnológica cumprir este papel estratégico, como um dos instrumentos de inclusão social, ainda se coloca como desafios a superação de visões reducionistas e funcionalistas da educação profissional e tecnológica, tendo em vista a construção de projetos político-pedagógicos que para além de qualificar para o trabalho, qualifiquem pelo trabalho, resgatando o seu sentindo ontológico, condição fundamental para a sua humanização (Fórum Mundial de EPT, Brasília/DF – Brasil ,Centro de Convenções Ulysses Guimarães de 23 a 27 de novembro de 2009).

4.2.3 Valores estimulados no ambiente acadêmico

Partindo do princípio de valorização da figura humana no ambiente escolar do Instituto Federal do Paraná - Câmpus Irati, são valorizados os seguintes aspectos:

- Espírito de cooperação e colaboração

A competição tem sido colocada como o grande motor do desenvolvimento da vida principalmente após as descobertas de Darwin. Essa estratégia tem sido adotada em muitas situações do cotidiano em nossa sociedade. Percebemos uma valorização/ estímulo à competição em detrimento da cooperação. No entanto, as novas descobertas da biologia vem colocando a simbiose e a cooperação como o grande motor do desenvolvimento da vida e da diversidade da vida na terra.

A cooperação é o ato de cooperar ou operar com o outro, ao contrário de competição que implica na contradição e na negação do outro. O processo de formação humana que queremos deve estimular a cooperação em nossa prática pedagógica e cotidiana.

Dessa forma, a cooperação deverá ser estimulada nas mais diversas situações observadas no Câmpus: na organização de uma campanha de arrecadação de alimentos; na realização de um evento, de uma festa; nos espaços de aprendizagem em sala de aula; e mesmo nas interações entre os agentes educativos do IFPR – Câmpus Irati, professores, técnicos e demais trabalhadores. A partir desta concepção organizativa, o todo é mais que a soma das partes.

- Diálogo

Segundo Freire (2002, p. 82), o verdadeiro sentido de experiência está fundamentado no diálogo, sendo possível através do diálogo enxergarmos a diversidade de saberes, escutando o que o outro tem a dizer, refletindo e dialogando para aperfeiçoar constantemente o nosso aprendizado. Freire (1987, p. 42) já dizia que somos seres inacabados, em constante processo de formação. Neste contexto, enquanto ensinam, os professores também aprendem.

- Criatividade

A criatividade e a curiosidade ao longo de nossa história têm proporcionado ao ser humano produzir conhecimentos e saberes sobre o mundo. Utilizar estes saberes permitiu aos seres humanos avanços significativos na melhoria da qualidade de vida. O ser humano cria coisas a partir dos materiais encontrados na natureza, conhecimentos esses

que vão moldando a vida em sociedade. Essa práxis criativa do ser humano exige um constante refletir, pois antes de criar (produzir um bem) o ser humano projeta o material no seu pensamento.

Todo ser humano é criativo. Muitas vezes a forma como se ensina nas escolas desestimula os estudantes a criarem. Por exemplo, vemos a história do passado sem relacioná-la a nossa história atual. Então fica a impressão que tudo já foi feito, e apenas pessoas importantes criaram coisas. Então, ser criativo por quê, se tudo já está feito?

Vivemos numa sociedade com uma grande quantidade de informação e diversidade de produtos ao alcance dos jovens: filmes, jogos, computadores. Diante disto, propor estratégias pedagógicas para a permanência do jovem na escola é um desafio permanente. O exercício da docência exige criatividade. O professor deve utilizar práticas educativas que agucem o interesse dos estudantes pelo tema da aula, fazendo com que eles sintam vontade de participar.

- Interação com a sociedade

A proposta de criação dos Institutos Federais está muito articulada com o desenvolvimento local e regional. Assim, os cursos ofertados pelo Câmpus Irati devem estar direcionados ao atendimento das demandas da comunidade. A promoção de mecanismos de debates com a comunidade na criação dos novos cursos através de consultas públicas ou reuniões setoriais consolidarão cursos pertinentes à realidade regional.

Relacionar as esferas de ensino, pesquisa e extensão devem ser metas necessárias para o desenvolvimento pleno dos nossos estudantes, buscando-se o desenvolvimento de uma consciência de responsabilidade social e sustentabilidade. A dimensão da extensão aproxima a comunidade da escola, e o IFPR - Câmpus Irati vem construindo diversos projetos voltados às demandas da comunidade do entorno do Câmpus.

4.2.4 Nossa visão do ensino

O conceito de como educar sofre contínuas transformações com o passar dos anos, pois está intimamente ligado ao entorno social e cultural. Inserido dentro deste contexto, faz parte da história do desenvolvimento e das relações por meio das quais o sujeito se constitui. Este processo não apresenta um fim, mas sim um constante recomeço, acontecendo de forma subjetiva em cada indivíduo de acordo com as interferências sociais e culturais.

Ensinar e aprender são conceitos indissociáveis na formação do indivíduo. Mais do que transmitir conhecimentos, o ensino está ligado ao processo de abrir caminhos.

Aprender significa apreender, adquirir conhecimentos, e envolve toda a atividade do ser humano: biológica, psicológica, social e cultural. É uma ação dinâmica que se estabelece entre o conhecimento adquirido e o novo, passando por processos conscientes e inconscientes, tornando possível a criação de um esquema mental que sirva de suporte a toda esta atividade.

O professor deve estar em constante formação. Deve desenvolver duas ações que não podem ser consideradas em separado, como as duas faces de uma mesma moeda: o ensinar e o aprender. Deve-se considerar também que, o professor que ensina precisa aprender como as pessoas aprendem, para que possa decidir o que ensinar e, principalmente, como ensinar. Freire (2002, p.79) considera que a educação não é uma doação ou imposição, mas uma devolução dos conhecimentos coletados na própria sociedade, os quais, após sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca da construção de consciência crítica frente ao mundo.

É este aluno crítico e consciente que buscamos, tratando de sua formação profissional de forma a proporcionar a articulação teórica e prática, contribuindo assim para a formação integral do aluno como cidadão consciente e atuante na sociedade.

4.2.5 A importância do Projeto Político Pedagógico para nossa prática educativa

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), como esforço e resultado da prática coletiva e da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, apresenta características positivas, através das quais a contribuição de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem proporciona um

maior entendimento da função social da escola, promovendo um trabalho pedagógico que valoriza a socialização do conhecimento e da cultura.

É necessário, nesse momento de reflexão, retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. Ao se colocar o PPP como espaço de construção coletiva, direciona-se a sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.

Assim, o PPP expressa o eixo e o caminho na formação do aluno, considerando que o documento representa o que a escola é, assim como suas projeções futuras, sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações.

O PPP deve ser visto como uma permanente reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo como base a construção de um processo democrático de tomada de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. A construção de um documento autoral, retratando os valores, projetos e anseios cria a cultura do registro do pensado e vivido no ambiente do Câmpus Irati, valorizando o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano, o aumento do interesse da instituição em conhecer melhor sua comunidade e a permanência de processos democráticos.

4.4 METODOLOGIA DE ENSINO

A palavra metodologia pode ser entendida como um conjunto de ações que condicionam técnicas utilizadas de forma que os objetivos sejam cumpridos. Partindo deste princípio, a metodologia é um norte, que necessita ser seguido quando se deseja alcançar os objetivos propostos. Desta forma, metodologia se difere de método de ensino, que é composto por uma visão única e totalmente restrita ao processo pedagógico.

A tendência pedagógica progressista é o norteador principal das ações educativas do Câmpus Irati, englobando as linhas Libertadora, Libertária e Histórico- Crítica. Porém, este não é um direcionamento engessado. O docente pode recorrer a mais de uma tendência pedagógica, inclusive tendências que não fazem parte do grupo progressista,

quando da necessidade em sua prática acadêmica, partindo de escolhas e usos conscientes conforme a situação específica. Assim, o docente tem livre escolha em sua opção metodológica, podendo fazer uso de recursos adequados a seus objetivos, desde que esteja de acordo com a filosofia geral do IFPR – Câmpus Irati.

Considerando o exposto, a metodologia em execução em sala de aula poderá ser instrumento de transformação ou conservação da realidade social. Assim, a trajetória do docente deverá ser constantemente refletida, analisada e redefinida, sempre que necessário, para que se alcance o objetivo final da instituição: o aprendizado.

4.4.1 Propostas para uma Educação Inclusiva

A proposta de uma Educação Inclusiva é um grande desafio uma vez que necessita transformações no sistema educacional para que se alcancem níveis de aprendizado que não estavam sendo contemplados. É um processo educacional no qual o educador deve considerar os ideais da instituição da qual faz parte, sua interação com a realidade local, as dimensões culturais dos alunos e, de maneira especial, estar ciente que é peça construtora deste processo juntamente com o aluno. É uma tarefa muito importante e deve ser executada por todos, cada um desempenhando o seu papel.

A inclusão social, no âmbito educativo, pode ser definida como um conjunto de políticas públicas e particulares para levar escolarização a todos os seguimentos humanos da sociedade. Com o direito de acesso garantido legalmente, a inclusão social passa a ser observada do ponto de vista educacional, ganhando impulso e tomando forma no espaço escolar.

O movimento pela Educação Inclusiva teve seu início em 1990, nos Estados Unidos, tendo como princípio uma sociedade para todos. No Brasil, as discussões começaram em 1995, após a Declaração de Salamanca na Espanha, em 1994, na qual foi reafirmado o direito à educação de cada indivíduo e a proposta da adoção de linhas de ação em educação especial. Surgiu então o conceito de escola inclusiva, a qual reaviva a Declaração Universal dos Direitos Humanos com o enfoque na educação como um direito de toda pessoa.

Para Werneck (1997), a inclusão refere-se a uma inserção total e incondicional, que exige rupturas e transformação da escola, pois esta deve adaptar-se às necessidades dos alunos, e não os alunos adaptarem-se ao modelo da escola.

A educação como um direito de todos os cidadãos, estabelecido pela Constituição Federal do Brasil, foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/96. O artigo 58 define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino.

O atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais iniciou-se ainda em meados do século XIX no Rio de Janeiro. No século XX fundaram-se duas instituições de atendimento especial: a APAE e o Instituto Pestalozi. No ano de 1961, o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais passa a ser contemplado pela LDBEN, que aponta a necessidade de integrar esses estudantes dentro do sistema geral de ensino.

As reformulações da LDB no ano de 1971 retrocedem por não promoverem espaços de inclusão nas escolas, vindo a reforçar o “tratamento especial” a estas pessoas através do encaminhamento para Escolas Especiais.

A Constituição Federal aprovada em 1988, em seu artigo 205, insere a “educação como um direito de todos”, e no Art. 206, Inciso I, apresenta a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Atender estudantes com necessidades especiais no ensino regular significa ampliar a formação docente para atender as especificidades das pessoas que podem chegar à escola. Para tanto, a Resolução nº 01/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que “as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

Outro marco importante na construção de uma proposta de Educação Inclusiva é a Resolução CNE/ CEB nº 2/2001, Art. 2º, determinando que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as

condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001)".

As políticas de atendimento à pessoas com deficiência no Brasil vem sendo regulamentadas nos últimos anos e a primeira delas refere-se à inserção da Educação Inclusiva nas políticas públicas do sistema educacional. Em continuidade, foram instituídos (as): o PNEE - Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 1994); a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, Senado Federal: Lei de nº 9394/96, 1997), o PCN – Parâmetro Curricular Nacional de Adaptações Curriculares para a educação de alunos com NEE – Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação/ Secretaria de Educação Especial, 1999) e o PNE – Plano Nacional de Educação (BRASIL, Senado Federal, 2000). Atualmente, está em vigor o dispositivo legal que prevê a ação do Ministério da Educação no apoio técnico e financeiro às iniciativas voltadas ao atendimento educacional especializado, conforme disposto no Art. 3, incisos I a VI, do Decreto 6.571/2008.

Com o direito de acesso garantido legalmente, é preciso assegurar a permanência e o prosseguimento dos estudos, com qualidade, das pessoas portadoras de deficiências. É importante frisar que as instituições de ensino devem atentar para uma inclusão responsável não apenas para obedecer a uma exigência legal, mas porque a instituição realmente assume a responsabilidade educacional e social. Assim, o paradigma da Educação Inclusiva aponta às instituições acadêmicas o desafio de ajustarem-se para respeitar e atender à diversidade dos alunos, compreendendo a educação como um direito humano fundamental para uma sociedade mais justa e solidária.

Assumir essa concepção é comprometer-se com a construção de uma escola para todos que, em vez de focalizar a deficiência ou as limitações do aluno, enfatize o processo pedagógico, as condições e situações de aprendizagem que proporcionem sucesso em sua formação. Portanto, uma escola para todos significa, em linhas gerais, acolher aos que se encontram à margem do sistema educacional, independentemente de idade, gênero, etnia, raça, condição econômica, social, física ou mental. Vale reforçar que, quando de necessidades especiais, é fundamental respeitar os aspectos e as condições relacionadas às disfunções, limitações ou deficiências do educando.

A proposta de uma Educação Inclusiva como um processo que visa promover o desenvolvimento dos potenciais dos discentes do IFPR – Câmpus Irati insere-se na perspectiva multicultural e sistêmica de educação, sendo ofertada nos diferentes níveis e modalidades de ensino, fundamentada nas leis e programas de inclusão social, e apoiando as ações, projetos e práticas pedagógicas compatíveis com o respeito às especificidades humanas.

Nesse sentido, percebe-se a consolidação da assistência estudantil como concretização de um direito social aos beneficiários, rompendo o estigma do favor, da tutela ou do assistencialismo. A assistência estudantil propõe, dentre suas ações:

- Intensificar a divulgação dos direitos dos estudantes à assistência estudantil e promover ações educacionais que removam barreiras atitudinais e arquitetônicas;
- Estimular ações que promovam a inclusão social de segmentos específicos, como estudantes com necessidades especiais, estudantes do PROEJA, estudantes oriundos de escolas públicas, entre outros;
- Definir um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, programas e serviços realizados pela assistência estudantil;
- Promover a implementação de ações que contemplem as peculiaridades das regiões onde está localizado o Câmpus, bem como a adequação dos programas com referência às especificidades de grupos sociais que potencialmente serão atendidos, tais como os pequenos agricultores (agricultura familiar), entre outros.

4.5 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O objetivo maior de uma instituição de ensino é nortear a aprendizagem e, quando se fala em aprendizagem, refere-se ao todo da formação do indivíduo.

Para que a formação do educando seja integral, o Instituto Federal do Paraná estabelece que devem ser organizados projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, favorecendo a construção da aprendizagem com experiências distintas e inovadoras.

4.5.1 Ensino

As atividades de ensino constituem-se em ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares de todos os níveis e modalidades de ensino do IFPR.

Compreendem atividades regulares de ensino no IFPR: ministrar aulas teóricas e práticas; realizar trabalhos de manutenção de ensino, como planejamento e preparação das aulas; bem como atividades de apoio ao ensino.

Cada docente deve elaborar sua proposta de distribuição das atividades de ensino, considerando os termos Hora-relógio, que corresponde a 60 minutos, e Hora-aula, que corresponde ao padrão de tempo utilizado pela instituição para definir a carga horária necessária ao desenvolvimento de cada conteúdo curricular, definido como 50 minutos.

Deve-se garantir ao aluno, independentemente da duração da hora-aula, a execução integral da carga horária conforme estabelecido nos projetos pedagógicos dos cursos.

4.5.2 Pesquisa e Extensão

Como demonstrado em momentos anteriores deste texto, ensino, pesquisa e extensão são entendidos como elementos indissociáveis do processo educativo. Da mesma forma, não se diferenciam entre si em grau de importância ou prioridade. Ainda que, metodologicamente, apresentamos estes três campos de ação de forma separada, destacando suas especificidades, tais elementos sempre serão entendidos como uma unicidade. Um tripé de sustentação para todas as políticas e planejamentos do Instituto Federal do Paraná.

Em relação à pesquisa, cabe destacar a multiplicidade de elementos necessários ao desenvolvimento do processo educativo com os quais ela corrobora. Elencaremos alguns destes aspectos positivos, mesmo reconhecendo que uma série de outros benefícios não serão apresentados neste texto.

Primeiramente, o desenvolvimento da pesquisa exige a interação e o envolvimento de um conjunto de sujeitos: professores, técnicos, alunos e representantes de setores públicos e privados passam a dialogar e compartilhar seus objetivos e interesses. Mais do

que os resultados obtidos pelas pesquisas, destacamos o próprio processo de construção desses conhecimentos, principalmente no que diz respeito ao ambiente proporcionado pelo ato de pesquisar. Trata-se de um espaço único em que saberes diversos são compartilhados e, principalmente, em que a troca de experiências se efetiva. A relação professor-aluno, por exemplo, assume uma nova lógica quando estes passam a se relacionarem nos laboratórios, ou mesmo em ambientes que estão para além da sala de aula.

Um segundo elemento, inerente ao desenvolvimento da pesquisa, é a necessidade de relacionar teoria e prática. Conhecimentos teorizados em sala de aula podem ser postos à prova de maneira prática, da mesma forma que experimentações podem gerar o desenvolvimento de novas teorias. Não se trata apenas de aplicar a teoria na prática, adotando uma visão dicotômica destas fases, mas de relacioná-las a ponto de não nos prendermos a fragmentações simplificadoras. Assim, laboratórios, ou quaisquer outros espaços de realização de pesquisa, e salas de aula se colocariam como lugares em equivalência para o desenvolvimento educativo.

Em terceiro, mas não menos importante, a pesquisa coloca-se como uma oportunidade de realização de parcerias. Relações que busquem o desenvolvimento científico, mas que acima de tudo respeitem o compromisso social do IFPR. Trata-se, em última instância, de aceitar a instituição pública como um espaço de desenvolvimento do ambiente social em que ela se insere, e não como uma prestadora de serviços às empresas privadas. Isto não significa negar as parcerias com a iniciativa privada, mas sim, subordiná-las aos interesses sociais e aos da própria instituição.

Se, como percebemos, o desenvolvimento da pesquisa está diretamente relacionado com as questões extra institucionais, o mesmo também ocorre com a extensão. E em decorrência dos múltiplos sujeitos envolvidos nos projetos de extensão, devemos apresentar de forma bastante clara seus princípios e objetivos.

Mesmo correndo o risco da redundância, destacamos novamente o entendimento de que a extensão é algo indissociável do processo educativo, devendo, assim, ser tratada em condições de igualdade com o ensino e a pesquisa. Essa preocupação com a indissociabilidade entre ensino e pesquisa com a extensão pode ser resultado de um

processo de depreciação pelo qual passaram as atividades de extensão nas instituições de ensino superior no Brasil, espaços estes que via de regra privilegiavam a pesquisa.

Estabelecida a equiparação necessária com os demais níveis, passamos para a caracterização do modelo de extensão que buscamos no IFPR – Câmpus Irati. Faremos isso por um caminho inverso, primeiramente demonstrando práticas já adotadas que entendemos como falhas, e posteriormente, sintetizando a nossa proposta.

O primeiro ponto a ser destacado é o fato de extensão não ser assistencialismo. Ainda que reconheçamos as dificuldades a que está submetida uma parcela considerável da população brasileira, e que muitas vezes tais adversidades colocam-se em nível de comunidade local, não é papel do IFPR remediar tais condições com atividades filantrópicas ou de caridade.

Do mesmo modo, extensão não deve ser confundida com captação de recursos, ou mesmo, prestação de serviços. De forma similar ao que se defendeu em relação à pesquisa, entendemos que em hipótese alguma o Instituto deve subordinar-se aos interesses da iniciativa privada. Assim, para não incorrermos no risco de perdermos a autonomia de nossos projetos educativos, as parcerias com a iniciativa privada, quando indispensáveis, serão sempre avaliadas de forma bastante criteriosa, pautando-se sempre em princípios éticos e tendo como premissa o retorno social de tais parcerias.

Visto que o assistencialismo e a prestação de serviços à iniciativa privada não se constituem como objetivos de nossas atividades de extensão, voltaremos nossas atenções para uma extensão que congregue o desenvolvimento dos nossos educandos com o as necessidades locais e regionais. Desta forma, buscar-se-á em nossos projetos integrar responsabilidade social e desenvolvimento educacional.

4.5.3 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

Acreditamos que um dos momentos mais importantes no processo ensino-aprendizagem é o da avaliação. No entanto, acreditamos também que a avaliação não pode constituir-se em processo de classificação: alunos inteligentes e alunos não inteligentes, alunos aprovados e alunos não aprovados. De acordo com Mindal e Silva (2007), uma das concepções vigentes de avaliação implica na pura classificação,

segmentação e discriminação, ou seja, práticas avaliativas que, ao invés de efetivamente ajudarem os educandos a aprender, classificam-nos em bons ou maus, competentes ou incompetentes, capazes ou incapazes, acabando por contribuir para a discriminação e exclusão de alguns deles. Dessa maneira, as práticas avaliativas, que deveriam ser ações para identificar as dificuldades de aprendizagem a fim de ajudar os educandos a aprender, acabam contribuindo para o seu fracasso escolar.

Nesse sentido, Luckesi (1995) alerta para o fato de a prática classificatória, seja por notas ou conceitos, constituir-se na maioria das vezes como o estágio final do processo de avaliação: classificou-se o educando e constatou-se um desempenho baixo. No entanto, nada mais se faz a partir disso para ajudá-lo a melhorar e avançar em sua aprendizagem. Essa, para Luckesi, é uma prática que deve ser revista para que realmente se cumpra o papel didático da avaliação.

Luckesi (1995) afirma ser a avaliação um processo de juízo de qualidade que pode ser expresso por meio de um símbolo numérico (notas de 0 a 10) ou por meio de um símbolo verbal (conceitos – aprendizagem suficiente ou insuficiente). Para o autor, são processos igualmente qualitativos sobre a aprendizagem do educando, porém expressos através de símbolos diferentes. No entanto, Luckesi critica a prática comum em escolas que trabalham com conceitos de realizar a transformação da qualidade em quantidade, ou seja, das expressões verbais da avaliação em expressões numéricas. O autor atribui essa prática ao fato da necessidade de se trabalhar com média de notas, e não com um mínimo necessário de conhecimentos. Luckesi exemplifica o perigo de se trabalhar com média de notas (ou média de conceitos que são convertidos em notas) com um exemplo de um educando aprendendo a pilotar um avião, como observado no trecho abaixo:

> Exemplifiquemos e a compreensão ficará mais clara. Tomemos como exemplo um estudante de pilotagem de avião comercial. Simplificando, poderíamos dizer que um piloto deveria, pelo menos, saber muito bem praticar três grandes atos (que incluem muitos saberes específicos): decolar, fazer o vôo de cruzeiro e aterrissar a aeronave no seu destino. Vamos supor que o aluno obteve nota 10 na primeira unidade (decolagem); 6 na segunda (vôo de cruzeiro); e 2 na terceira (aterrissagem). Fazendo a média (10+6+2 = 18; 18/3=6), podemos dizer que este estudante está aprovado, pois ele possui uma média de nota (seis) que pode aprová-lo. No entanto, ele não possui nenhuma condição de pilotar um avião comercial, pois decola, viaja mal e cai de bico. Porém, pela média de notas, ele estaria aprovado, sem possuir o mínimo de conhecimento necessário. (LUCKESI, 1995, p. 10-11).

Dessa forma, fica bastante clara a responsabilidade da avaliação quanto ao processo de aprendizagem do educando, e fica ainda o alerta de se planejar com cuidado o conhecimento mínimo que deve ser alcançado em cada atividade avaliativa. Assim, acreditamos na concepção de avaliação que permita ao educando alcançar pelo menos os conhecimentos mínimos necessários em uma unidade de ensino para que a aprendizagem realmente ocorra.

O IFPR – Câmpus Irati adota como concepção de avaliação aquela que se caracteriza como uma forma de detectar as dificuldades do educando para ajudá-lo a aprender, na crença de que suas potencialidades podem estar sempre se desenvolvendo e se aprimorando. Essa concepção privilegia a avaliação ao longo de todo o processo educativo, uma avaliação contínua, considerando-se o educando em seu contexto sócio-econômico-cultural, a qual permite o constante acompanhamento do aprendizado desse educando bem como necessárias adequações das práticas metodológicas do processo ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, admitimos a importância da avaliação do processo ensino-aprendizagem não apenas enquanto avaliação do educando, mas também enquanto avaliação do professor. Assim, ao mesmo tempo que se fazem necessárias atividades de verificação da aprendizagem do educando, fazem-se igualmente necessárias atividades de verificação constante da adequação das práticas didáticas e metodológicas pelo professor conduzidas em sala de aula que direcionem a uma aprendizagem significativa, emancipatória e eficiente.

Tomando como parâmetro a portaria número 120 de 06 de agosto de 2009, que orienta e estabelece os critérios de avaliação do processo ensino-aprendizagem do IFPR - Câmpus Irati, seguem-se os pressupostos abaixo:

- Discentes e docentes são sujeitos ativos, portadores de histórias particulares, presentes no processo educativo. Sendo assim, o ensino deverá ser significativo, com conteúdos e atividades atreladas aos componentes biológicos, social, cultural, afetivo, lingüístico que constitui os discentes-sujeitos e simultaneamente deverá ser capaz de introduzir os conhecimentos científicos dos diferentes cursos do IFPR Câmpus Irati.

- A pesquisa e a extensão como instrumentos centrais de ensino e aprendizagem, deverão permear todas as etapas da formação do aluno e aprimoramento dos professores.
- O processo de avaliação dos alunos parte do pressuposto da complexidade intrínseca do ato de conhecer e aprender, para tanto, os princípios dialógicos e críticos deverão orientar todo o processo. Assim, conforme a LDB em seu artigo 24, deve haver a predominância dos aspectos qualitativos sob os quantitativos.
- O papel dos docentes é realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o saber sistematizado e necessário à formação completa do profissional.

A avaliação da aprendizagem poderá ser realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. Dessa forma, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, tendo como princípio fundamental o desenvolvimento da consciência crítica e constituindo instrumento colaborador na verificação da aprendizagem. Diante dessa perspectiva, a avaliação deverá servir como registro do progresso de aprendizagem do aluno e suas dificuldades; orientação aos alunos quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades; parâmetros aos professores para planejar e replanejar os conteúdos curriculares e metodologias utilizadas.

Entre os instrumentos avaliativos, poderão ser utilizados seminários, trabalhos individuais e grupais, testes escritos e/ou orais, demonstrações a campo, trabalho de conclusão de curso e outros adequados ao projeto pedagógico dos cursos do IFPR Câmpus Irati. Dependendo da unidade de ensino, poderão ainda ser considerados critérios como assiduidade, comprometimento, dedicação, pontualidade, apreensão e interpretação crítica do conteúdo e expressão oral e escrita.

Quanto ao número de avaliações para o desempenho escolar, serão realizadas por disciplinas com periodicidade a ser definida pelo docente, resultando na emissão de um conceito ao final de cada bimestre, considerando-se os aspectos supra citados. Haverá recuperação dos conteúdos e a elevação dos conceitos se dará de forma concomitante, ao longo do período letivo, não havendo limites de componentes avaliativos. Os conceitos

atribuídos ao final de cada bimestre serão considerados para a elaboração de um conceito ao final da unidade de ensino. Para aprovação é necessário que o discente alcance conceito mínimo ao longo dos bimestres.

O aproveitamento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do discente e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas traduzido nos conceitos A, B, C e D. O conceito “A” será atribuído ao aluno que atingir plenamente todos os objetivos propostos do processo ensino aprendizagem; o “B” ao aluno que alcançou praticamente todos os objetivos; o “C” ao aluno que obteve níveis aceitáveis de aprendizagem e o conceito “D” ao aluno cuja aprendizagem foi insuficiente.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver freqüência igual ou superior a 75% das aulas prática e teórica, e conceito final “A”, “B” ou “C”. O aluno que não atingir os critérios mínimos exigidos ficará em dependência na unidade de ensino.

5 MARCO OPERACIONAL

5.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

5.1.1 Atividades pedagógicas

Além das atividades pedagógicas e didáticas previstas nos projetos dos cursos técnicos, o Câmpus Irati promove várias ações integradoras entre a comunidade acadêmica, descritas a seguir.

1. Semana Acadêmica

Esta semana acadêmica tem como objetivo oportunizar aos alunos o enriquecimento do conhecimento em sua formação profissional e humanística considerando a inserção cultural dos arranjos produtivos locais, rompendo, assim, com a visão tecnicista e possibilitando conhecer outras realidades. Busca promover a educação de qualidade, inclusiva, objetivando a complementação dos conhecimentos prévios do discente através da troca de experiências. Assim, contempla a formação prática tão

necessária ao ensino técnico através de várias ações, as quais são realizadas diariamente, com o intuito de complementação dos conteúdos e diversificação de conhecimentos.

A metodologia do evento está baseada na realização de diversas atividades, tais como: palestras, oficinas, workshops, minicursos e atividades culturais que são realizadas de forma simultânea pelos cursos técnicos do IFPR – Câmpus Irati. O evento ocorre anualmente, no mês de outubro, e consta no calendário acadêmico disponível no Apêndice 4.

2. Projetos

No ano de 2011, forma propostos os seguintes projetos:

PROJETO	**COORDENADOR (A)**
IFPR OnLine - Inclusão Digital	Francis Baranoski
Administração e Orçamento Doméstico	Sheila Cristiane Freitas
Aprendiz Feliz Moinhos de Idéias Engrenagens do Marketing	Marcos Paulo Rosa
Vila Feliz	Julyana Biavatti
Consolidando a Agroecologia nos municípios de Irati e Região	Ana Paula Cavalheiro de Andrade
Cultivando vidas Dever de casa Enriquecimento de quintais	Silvana dos Santos Moreira
Organismos Geneticamente Modificados – Nível de conhecimento e aceitabilidade da população	Naudiele Costa

Tabela 7 - Lista de projetos PBIS 2011

No ano de 2012 estão ocorrendo os seguintes projetos:

PROJETO	**COORDENADOR (A)**
Confecção em Números	Maura Aparecida de Paula Santos

Homeopatia como ferramenta para a transição agroecológica na produção leiteira	Ana Claudia Radis
Quintal na Escola	Silvana dos Santos Moreira
Levantamento de Dados sobre o grau de utilização da TI pelas empresas de pequeno porte na região de Irati	Cleverton Juliano Alves Vicentini
Moinho de Idéias	Marcos Paulo rosa
Portal IFPR English Tech - Portal de Inglês aplicado à Internet	Simara Cristiane Braatz
Imagens da Moda	Julyana S. Biavatti
Suporte de TI para apoio aos projetos de pesquisa e extensão aos cursos de Agroecologia e Moda	Alcione Benacchio
Potal IFPR na Moda - Banco de Releases	Simara Cristiane Braatz
Boletim Informativo - ferramenta para a divulgação da Agroecologia	Ana Paula Cavalheiro de Andrade
IFPR Online - Projeto de inclusão digital e cidadania	Francis Luiz Baranoski
Desenhando na vila Feliz	Julyana S. Biavatti
Internet Consciente - Inclusão de Jovens e Adultos na Web	Sheila Cristiana de Freitas

Tabela 8 - Lista de projetos PBIS 2012

5.1.3 Atividades culturais

As atividades culturais desenvolvidas no Câmpus Irati têm o caráter integrador e promovem o relacionamento entre a comunidade acadêmica e a comunidade em geral. Todas estas ações possibilitam momentos de socialização do conhecimento, descontração, confraternização, bem como despertar o interesse da comunidade sobre o IFPR. Estas atividades são:

1. Festa Junina
2. Mostra de Cursos
3. Irati Fashion Day

5.2 DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO CÂMPUS

A descrição parcial dos equipamentos do Câmpus, especificadamente das salas de aula, estão no Apêndice 5 deste documento. Está em constante transformação, devido à chegada das aquisições do Câmpus. Pretende-se que este seja detalhado com todos os equipamentos e quantidades.

5.2 QUADRO DE PESSOAL

NOME	CARGO	FUNÇÃO	E-MAIL
Francis Luiz Baranoski	Docente	Direção Geral	francis.baranoski@ifpr.edu.br
Julyana Salete Biavatti	Docente	Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	julyana.biavatti@ifpr.edu.br
Maysa Anciuti Kaminski	Assistente em Administração	Direção de Planejamento e Administração	maysa.kaminski@ifpr.edu.b
Naudiele Costa	Assistente em Administração		naudiele.costa@ifpr.edu.br
Regiane Konopka	Assistente em Administração		Regiane.konopka@ifpr.edu.br
Cíntia Siqueira	Assistente em Administração		cintia.siqueira@ifpr.edu.br
Cristiane Lima	Auxiliar de Biblioteca		cristiane.lima@ifpr.edu.br
Alcione Benacchio	Docente	Coordenação de Curso	alcione.benacchio@ifpr.edu.br
Ana Claudia Radis	Docente	Coordenação de Curso	ana.radis@ifpr.edu.br
Andréia Mesacasa	Docente		andreia.mesacasa@ifpr.edu.br
Cleverton Juliano Alves Vicentini	Docente		cleverton.vicentini@ifpr.edu.br
Diego Dutra Zontini	Docente		diego.zontini@ifpr.edu.b
Marcos Paulo Rosa	Docente	Coordenação de Curso	marcos.rosa@ifpr.edu.br
Maura Aparecida de Paula Santos	Docente		maura.paula@ifpr.edu.br
Marília Massad	Docente		marilia.massad@ifpr.edu.br
Rodrigo Predebom	Docente		rodrigo.predebon@ifpr.edu.b
Simara Cristiane Braatz	Docente		simara.braatz@ifpr.edu.br
Anderson Antonion Ruvinski	estagiário		andersonrovisnki@hotmail.com
Luiz Antonio Wendrechoski	estagiário		Luis.mens@hotmail.com

Tabela 9 – Quadro de pessoal

5.2 FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES

O IFPR - Câmpus Irati reconhece o potencial humano e profissional do seu quadro funcional, apoiando-os continuamente e oferecendo boas condições de trabalho. Entretanto, espera atitudes de co-responsabilidade no resgate de valores educacionais e o compromisso de garantir um ambiente propício à educação.

Compreendemos a formação continuada e o desenvolvimento profissional de servidores como fundamental quando se pensa em melhoria da qualidade do trabalho realizado. O IFPR - Câmpus Irati acredita no aprimoramento profissional dentro ou fora do ambiente de trabalho como um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino – função primeira da instituição – bem como a melhoria de outras atividades que se co-responsabilizam junto à missão do Instituto: a educação.

Nessa perspectiva, encontra-se como realidade atual no Câmpus Irati o incentivo à práticas de formação profissional ao se valorizar a qualificação a níveis de Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu. O atual cenário do Câmpus demonstra servidores envolvidos em programas de mestrado e doutorado.

Outra realidade configura-se na possibilidade de participação dos servidores em eventos que venham a contribuir com sua formação bem como com sua atuação profissional na instituição, eventos como congressos, seminários, workshops, entre outros.

Além do exposto, o aprimoramento profissional dos servidores do Câmpus Irati é estimulado a partir de cursos oferecidos pelo próprio Instituto Federal do Paraná – Reitoria.

6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional no ambiente escolar tem o objetivo de investigar e avaliar os serviços prestados pelas instituições de ensino, neste caso, pelo Instituto Federal do Paraná no serviço de ensino básico, técnico e tecnológico.

Quando abordamos a investigação sobre a percepção dos atores envolvidos na dinâmica do ensino-aprendizagem, temos como interesse a opinião democrática, para que assim todos expressem seu ponto de vista de forma organizada e formal sobre todos os aspectos da instituição.

Usualmente, costuma-se utilizar questionários objetivos não identificados que direcionam a captura de informações e agrupam os assuntos e suas relevâncias. Mesmo assim, faz-se necessário um espaço livre para que os participantes possam expressar-se com suas próprias palavras caso algum assunto não tenha sido abordado pelos questionários.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN –, Lei nº 9394/1996, dedica o Art. 14 para regulamentar o preceito constitucional. Entretanto, não estabelece mais que princípios para que os sistemas de ensino e as unidades escolares tenham possibilidades de se responsabilizarem e exercitarem a autonomia em seus respectivos níveis de atuação. Assim, dentre os princípios estabelecidos, cabe a cada instituição organizar a sua forma de avaliação.

A comunidade acadêmica deve estar inserida no processo avaliativo para que haja realmente uma efetiva participação. A eleição de representantes discentes é fundamental, pois é um dos segmentos mais importante de todo o processo, buscando sua percepção, nível de satisfação e de resposta a metodologias e processos pedagógicos. Porém, para que isto seja feito de forma satisfatória, há a necessidade de maturidade por parte do discente, e, na falta desta por motivo de idade, cabe aos seus responsáveis opinarem pelo mesmo segundo sua percepção.

Avaliações devem ser fotografias de uma realidade, uma leitura do cenário atual que orienta tomadas de decisões das diversas diretorias e comissões que buscarão aperfeiçoamento e reavaliação de objetivos, corrigindo rotas e processos pedagógicos.

O Câmpus Irati, no cenário atual, busca a compreensão de seus integrantes quanto à infra-estrutura e à adequação do modelo ideal de Projeto Político Pedagógico que atenda às demandas regionais e locais. Prima pela qualidade no ensino, bom atendimento administrativo, bem como nas relações interpessoais.

A avaliação deve ser uma atividade contínua e flexível, com acompanhamento de responsáveis e suas comissões, a fim de que todos os resultados possam ser utilizados como ferramenta de tomada de decisão e desenvolvimento da unidade.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico - PPP é um documento construído coletivamente, que trata de conceitos, concepções, princípios, diretrizes e retrata a prática pedagógica e seus desafios. Como é baseado em informações e dados reais, deve ser periodicamente avaliada, pois a sociedade evolui, os conceitos mudam, e a escola deve participar desta evolução. A avaliação deve ser tratada em caráter permanente e requer um olhar analítico, crítico, construtivo e coletivo para a verificação das atividades pedagógicas e as atividades gerais do Câmpus.

Faz-se necessário então que se estabeleçam estratégias sistemáticas para garantir a realização desse processo de avaliação permanente do PPP, envolvendo todo o Câmpus e todas as ofertas de cursos e programas em suas diferentes modalidades.

Propomos que a avaliação periódica deste documento seja realizada anualmente, durante a semana pedagógica no início de cada ano.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de dez. 2008. Disponível em: <www. planalto.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2009.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da, CASCINO, Pasquale, SAVIANI, Dermeval. A Escola como Parceria da Família. In: **Educador: novo milênio, novo perfil?**. São Paulo: Paulus, 2000.

DELVAL, Juan. As Funções da Escola. In: **Aprender na Vida e Aprender na Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIOGO, Ana Matias. **Família e escolaridade.** Lisboa: Colibri, 1998.

CONCEIÇÃO, Martinho. **O Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica e a Defesa do Trabalho Decente.** Fórum Mundial de EPT, Brasília/DF – Brasil, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEBRAN, Raimunda Abou. **Formação De Professores**. São Paulo. Editora UNESP, 1998.

GENOFRE, Roberto Maurício. **Família: uma leitura jurídica. In: Família contemporânea em debate**. 5ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução 51/11. Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Res.-54.11-Disp%C3%B5e-sobre-a-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tico-Peda%C3%B3gica-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Tecnica-de-N%C3%ADvel-M%C3%A9dio-no%C3%A2 mbito-do-Instituto-Federal-do-Paran%C3%A1-IFPR..pdf. Acesso em: 28/06/2012.

LIBÂNEO, J. C. Tendências Pedagógicas na prática escolar. **Revista da ANDE**, n. 6, p. 11-19, 1983.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2001.

MINDAL, C. B.; SILVA, N. C. Implicações da avaliação escolar para a identidade de professores. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (Orgs.). **Múltiplas faces do educar:** processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo. **Família & Escola**: trajetória de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

NÓVOA, Antônio. Relação escola – sociedade: “novas respostas para um velho problema”. In: **Formação de Professores**. SERBINO, Raquel Volpato et alli. São Paulo: Unesp, 1998. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/24/3/EdSoc_RelaC3%A7%C3%A3o_escola_sociedade.pdf> Acesso em 27 jun. 2012.

PRADO, Danda. **O que é Família.** 12 ed. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense; São Paulo, 1991.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

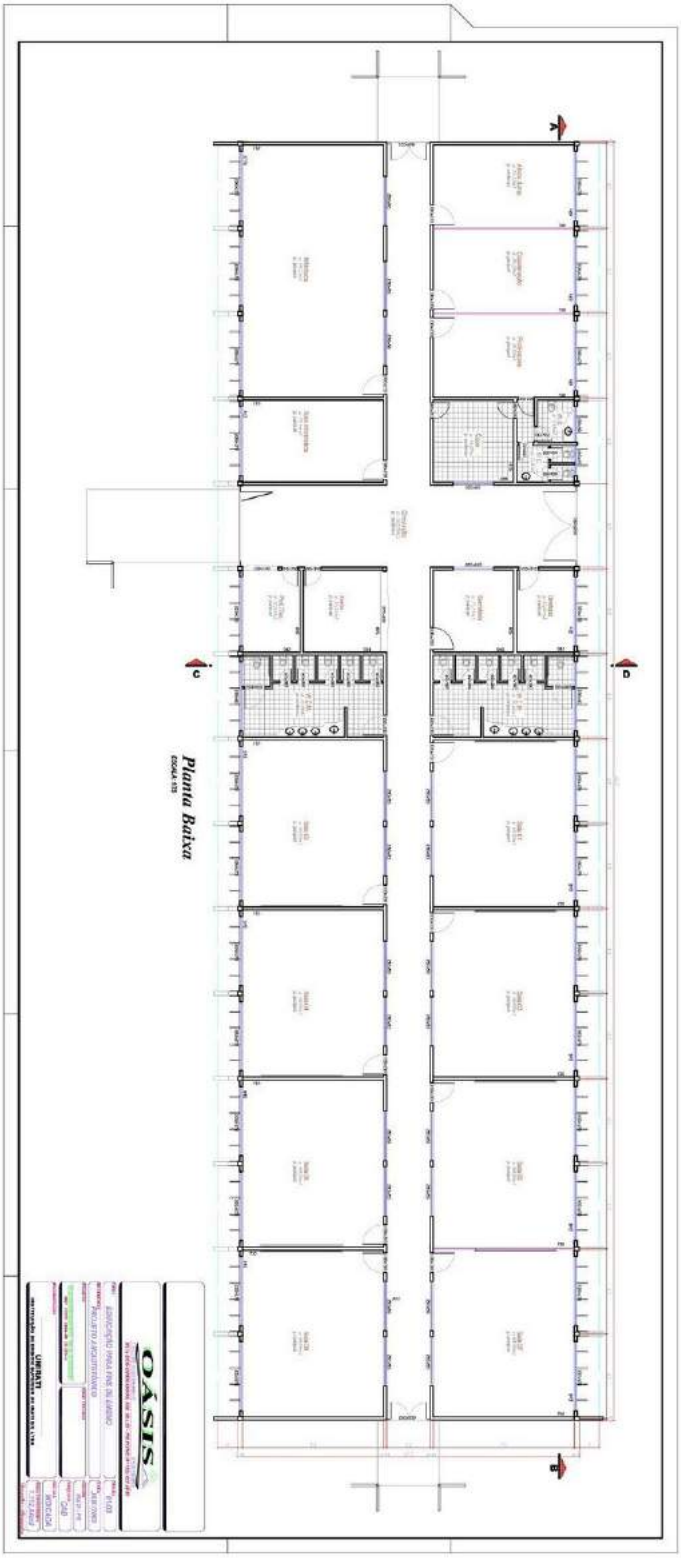
ROSTIROLA, Camila Regina; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Projeto Político Pedagógico: instrumento de melhoria da qualidade educativa? In **Unoesc & Ciência** – ACHS, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 73-80, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/142>. Acesso em: 27/06/2012.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** / Sylvia Constante Vergara 4º ed. São Paulo: Atlas. 2003.

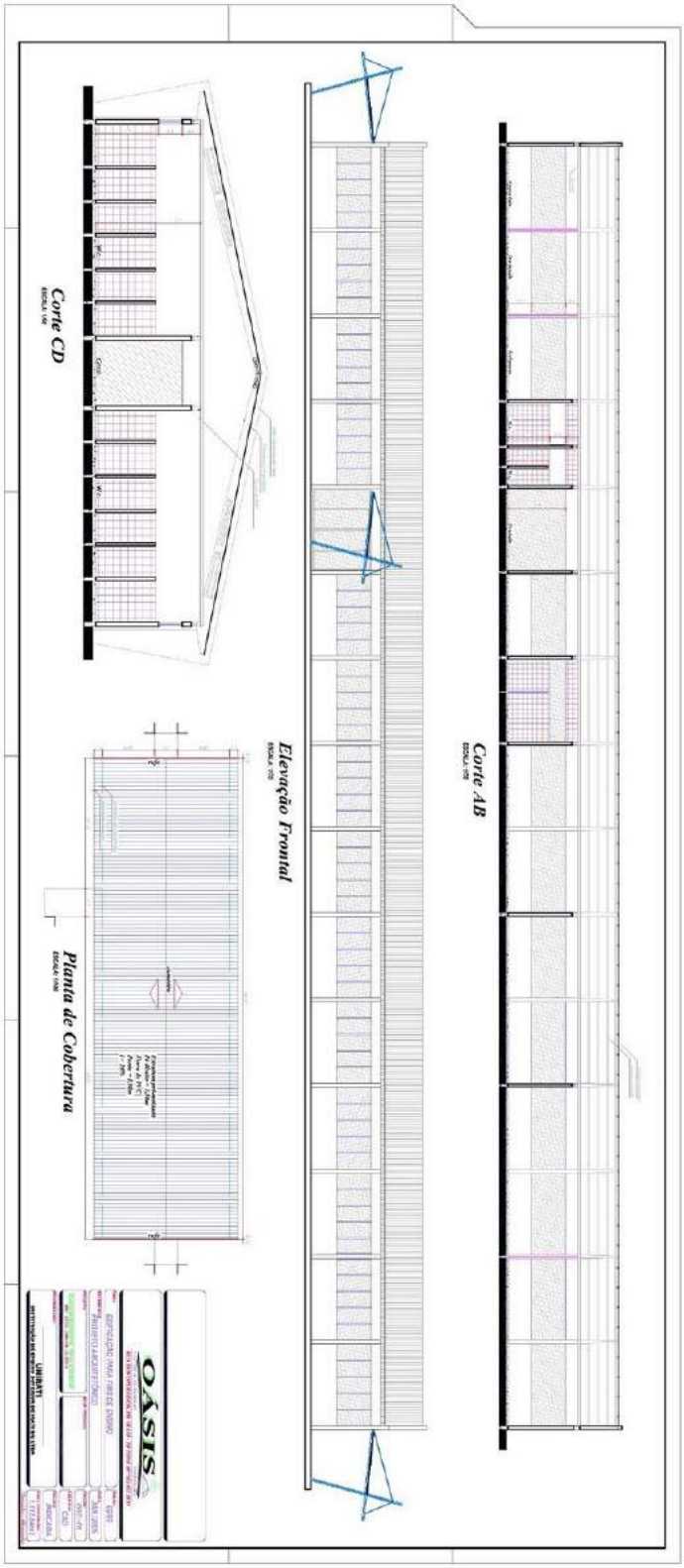
WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA,1997.

ANEXOS

Anexo 1 – Planta Baixa



Anexo 2 – Planta Baixa



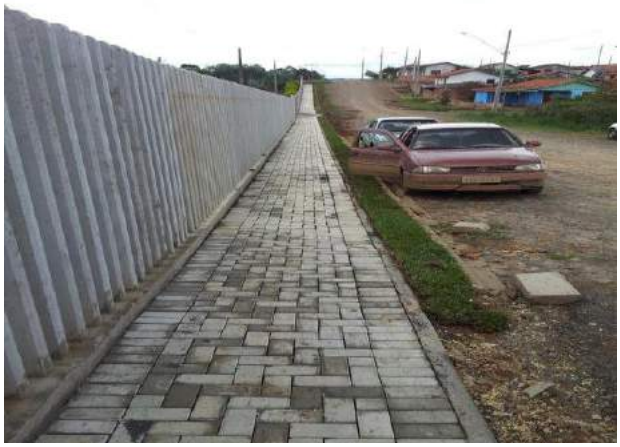
APÉNDICES

Apêndice 1 - Fotos do Campus – Fevereiro/2012

Fachada Principal

Lateral Esquerda

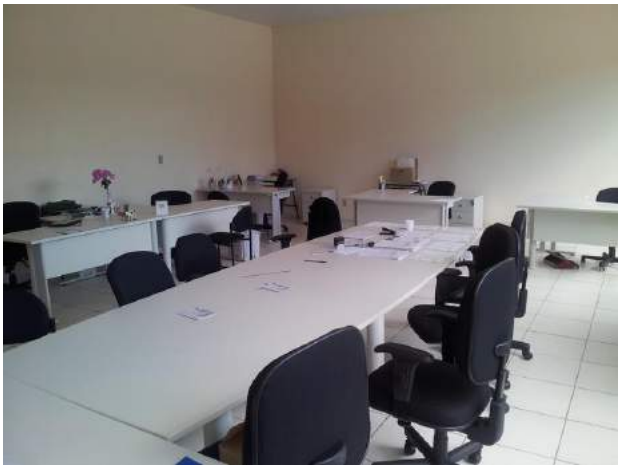
Lateral Direita - 1



Lateral Direita - 2

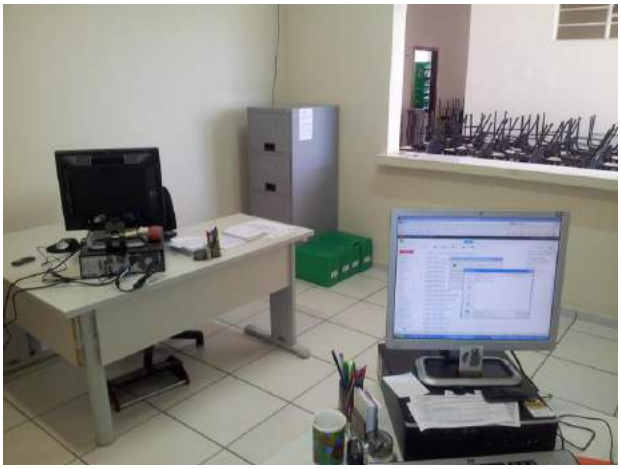
Corredor de Entrada

Sala dos Professores - 1

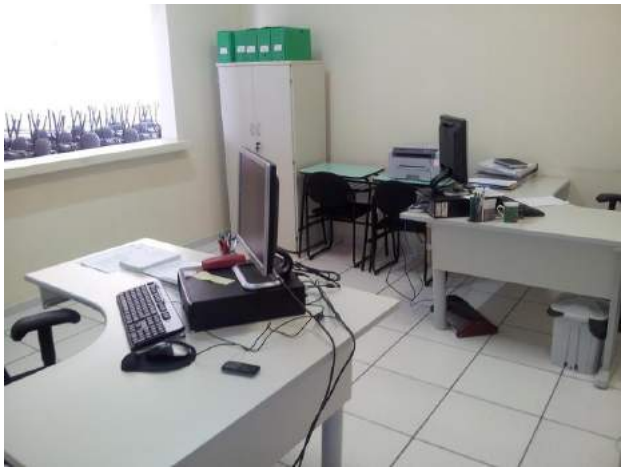


Sala dos Professores - 2

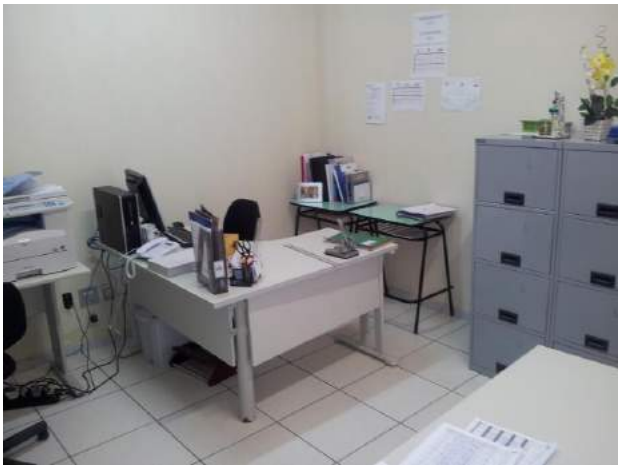
Sala dos Professores - 3



Sala Direção Administrativa - 1

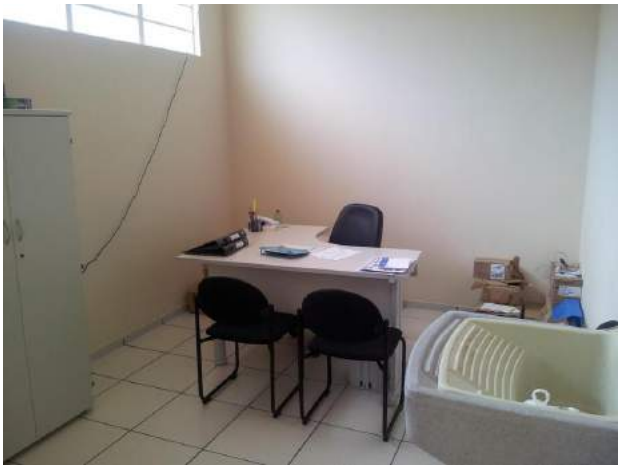


Sala Direção Administrativa - 2

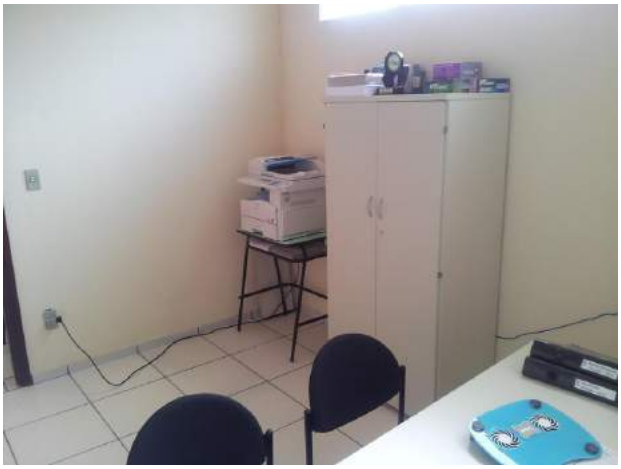


Sala Direção de Ensino - 1

Sala Direção de Ensino - 2



Sala Direção Geral - 1



Sala Direção Geral - 2

Biblioteca - 1

Biblioteca - 2

Biblioteca - 3

Almoxarifado - BW - 1

Almoxarifado - BW - 2

Almoxarifado - Biblioteca - 1

Almoxarifado - Biblioteca - 2

Cozinha - 1

Cozinha - 2

Cozinha - 3

Sala de Aula

Sala de Aula - 2

Sala de Aula EAD

Laboratório de Produção de Moda - 1

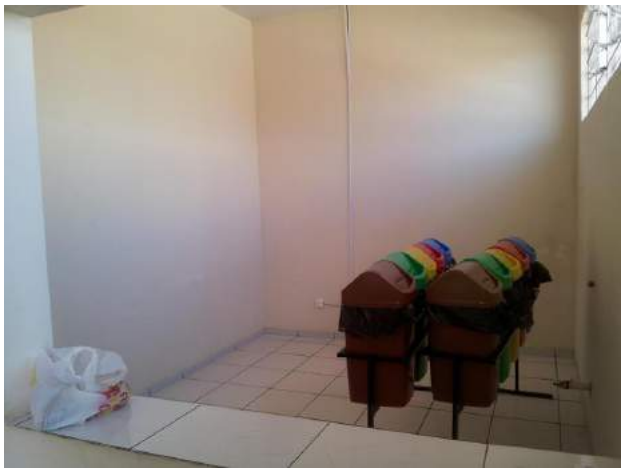
Laboratório de Produção de Moda - 2

Laboratório de Produção de Moda - 3

Laboratório de Informática - 1

Laboratório de Informática - 2

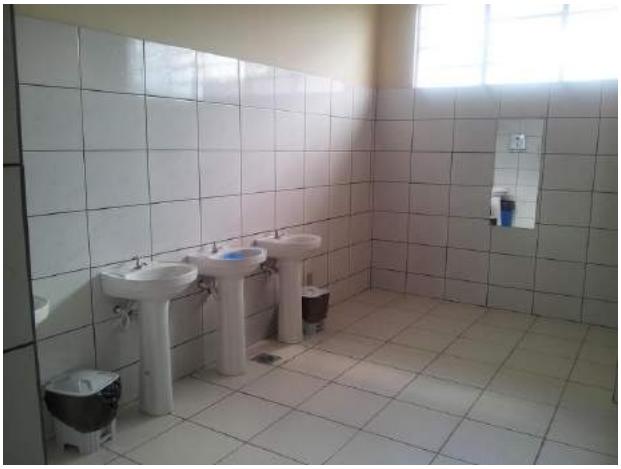
Sala reservada para Cantina



Sala reservada para Cantina

Banheiro Masculino - 1

Banheiro Masculino - 2

	
Banheiro Feminino - 1	**Banheiro Feminino - 2**

Apêndice 2 - foto da Nova fachada do Câmpus

APÊNDICE 3 – Projeto Pedagógicos dos Cursos Técnicos

PROPOSTA DE CURSOS NAS MODALIDADES

FIC, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO NÚMERO:

NOME DO CURSO: Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia.

EIXO TECNOLÓGICO: Recursos Naturais

COORDENAÇÃO:	
Coordenador: Silvana dos Santos Moreira	
Telefone: 42-84224084	**E-mail: silvana.moreira@ifpr.edu.br**
Vice-Coordenador:	
Telefone:	**E-mail:**

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CAMPUS: Campus Avançado de Irati

TEL:	**HOME-PAGE:**	**E-MAIL: secretaria.irati@ifpr.edu.br**

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: Nº 123/11

2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

NÍVEL	FIC		TÉCNICO	x	TECNOLÓGICO	

MODALIDADE:	PRESENCIAL	x	PROEJA		A DISTÂNCIA	

PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES: SIM ☐ NÃO x	ESPECIFICAR (anexar documentação comprobatória): Nome: Endereço: Telefone: E-mail:

PERÍODO DO CURSO: noturno	INÍCIO: 2010	TÉRMINO: 2011

CARGA HORÁRIA*: 1479 horas ESTÁGIO: SIM (não obrigatório) CARGA HORÁRIA TOTAL: 1479	NÚMERO DE VAGAS: 40 MÍNIMO 10 MÁXIMO x

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.1 Justificativa da oferta do Curso

O objetivo deste documento é apresentar os fundamentos, as características e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia a ser implementado no Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Campo Largo e Irati.

De acordo com a Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais é dever do Instituto Federal do Paraná desenvolver educação profissional e tecnológica enquanto processo educativo e investigativo de produção de soluções técnicas e tecnológicas ajustadas às necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais.

Portanto, o Instituto Federal do Paraná foi incumbido do relevante papel de propor e desenvolver práticas e saberes voltados para a melhoria da qualidade de vida da população; atender suas necessidades de formação profissional e tecnológica e subsidiar reflexões crítico-científicas fundamentais para o desenvolvimento humano.

O Instituto Federal do Paraná, ciente de seu papel de promover a educação enquanto política pública comprometida com a transformação da realidade local, tem atuado de forma ampla, por meio da implantação de cursos que busquem maior inclusão social e que sejam significativos à comunidade; é dentro dessa preocupação que se insere a proposta de criação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Agroecologia.

Nesse intento, a implantação do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia, pelo Instituto Federal do Paraná possibilitará que o Instituto dê seqüência a missão para qual foi criado: disponibilizar educação profissional e tecnológica que abranJa gradativamente os diferentes eixos de conhecimento necessários ao desenvolvimento multidimensional.

A criação do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia do Instituto Federal do Paraná é um projeto que vem sendo discutido e implementado em âmbito institucional desde o ano de 2003, quando os cursos da área de Agroecologia passaram a disponibilizar uma formação profissional tecnológica comprometida com o desenvolvimento de novas práticas agrícolas e de novos processos produtivos na comunidade regional, e passaram a planejar o fortalecimento institucional do Eixo Recurso Naturais. Assim foi sendo constituído o Projeto Pedagógico do Curso, objetivando a formação de profissionais técnicos em Agroecologia fundamentado nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética– capazes de gerar e disseminar práticas agrícolas adequadas às necessidade socioambientais contemporâneas.

Entendemos que a criação do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia se justifica em função da necessidade de disponibilizar à comunidade profissionais qualificados tecnicamente para atuar em projetos de Desenvolvimento Agrícola Sustentável baseado nos princípios da Agroecologia.

Este curso Técnico em Agroecologia está sendo ofertado no Estado do Paraná, que tem vocação agrícola e condições naturais favoráveis ao desenvolvimento agrosilvipastoril, mas que, no entanto, apresenta carências na formação e capacitação de profissionais desse setor, principalmente para atender as demandas específicas da Agricultura Familiar. Quanto à formação na área de Agroecologia, o Paraná oferece atualmente cursos técnicos pela Secretaria Estadual de Educação; Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia pela UFPR-Setor Litoral. Entretanto, estas iniciativas se constituem insuficientes para atender a uma demanda cada vez mais crescente de qualificação profissional em projetos de desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, o Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia fortalecerá o canal de diálogo entre a produção de conhecimento científico e tecnológico e a sociedade paranaense, ampliando a formação profissional da população regional e fortalecendo a atuação do Instituto Federal do Paraná de acordo com os propósitos estabelecidos pela Lei n. 11.892, segundo a qual o IFPR deve-se constituir em centro de excelência na oferta do ensino, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica em sintonia com os arranjos produtivos locais e as potencialidades de desenvolvimentos socioeconômico e cultural.

Nos últimos anos, diante do reconhecimento da insustentabilidade econômica, social e ambiental do atual padrão de desenvolvimento - sobretudo da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento até então adotado na grande maioria dos países – tornou-se cada vez mais crucial e urgente a adoção de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável. Tal preocupação tem colocado a agricultura como o *locus* privilegiado na medida em que ela poderá gestar novas práticas produtivas. A partir do enfoque agroecológico a agricultura poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável, solucionando o paradoxo de termos hoje alcançado grande desenvolvimento tecnológico concomitante ao agravamento dos problemas sociais e ambientais.

Torna-se ainda mais necessário quando se considera que a agroecologia, por se constituir em um novo paradigma científico - que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar (analisar, avaliar e desenhar) os

agroecossistemas com o propósito de orientar os processos de transformação agrícola – fornecerá as bases científicas para o desenvolvimento sustentável, pois pensa a agricultura de forma sistêmica, considerando a dimensão ecológica, social, econômica, cultural, política e ética e os diferentes campos de conhecimento e de saberes (ALTIERI, 1989 e 2001 e CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

O Curso buscará também, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, articular educação, trabalho e práticas sociais disponibilizando Educação Profissional que valorize as experiências extra-escolares e que mantenha uma íntima relação com a comunidade e com o mundo do trabalho. Nesse intento, o curso procurará estabelecer um processo educacional integrado com a comunidade, por meio da qualificação preferencial de jovens das comunidades rurais e dos assentamentos da reforma agrária. E que, efetivamente incorpore os saberes locais no processo de ensino, configurando uma educação técnica articuladora das dimensões do mundo do trabalho, das práticas sociais e dos conhecimentos científicos agroecológicos.

A matriz teórica de desenvolvimento sustentável que fundamenta o curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Agroecologia assenta-se no entendimento das populações rurais enquanto atores sociais ativos, capazes de organizar formas produtivas e de propor políticas públicas imbuídas do duplo papel: desenvolvimento com a proteção dos recursos naturais e culturais. Portanto, a concepção de desenvolvimento que orienta o curso se pautará: na produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos; na formação e democratização do conhecimento aos povos do campo; na potencialização dos recursos endógenos à unidade de produção e vida familiar e redução de custos de produção; no autoconsumo e a na diversificação da produção; na atuação e agregação de valores em todas as fases do processo produtivo; no desenvolvimento do espírito cooperativo entre os agricultores; na interação campo-cidade; na valorização e recriação da cultura local; na preservação do meio ambiente e no resgate e desenvolvimento de recursos genéticos.

3.2 Objetivos

- **Objetivo Geral**

Oferecer qualificação profissional técnica em Agroecologia fundamentada nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética – capaz de planejar, elaborar, executar, comunicar e avaliar práticas agrícolas adequadas as necessidade socioambientais contemporâneas.

ii) Objetivos específicos

- Formar profissionais para atuar em processos de desenvolvimento local, como técnicos, que consigam dinamizar as unidades de produção;
- Proporcionar acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos da sociedade e valorização dos conhecimentos tácitos historicamente construídos, atendendo à demanda por profissionais qualificados na área da Agroecologia;
- Desenvolver o senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura proporcionando aos discentes novas referências de formação e de projetos para o campo;
- Propor formas de produção e organização baseadas na solidariedade, na ética, na cultura, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, fortalecendo o espírito cooperativo e associativo;
- Desenvolver ações voltadas à produção de alimentos saudáveis e de elevado valor biológico, virtualmente isentos de resíduos de agrotóxicos e outros contaminantes intencionais;
- Formar profissionais conscientes da importância do uso sustentável dos recursos naturais, por meio da preservação ambiental, da economia solidária e da valorização cultural, também na perspectiva das políticas públicas para ações iniciadas e sustentadas pelas entidades e movimentos sociais do campo;
- Discutir os fundamentos da produção ecológica tais como manejo da biodiversidade, visão sistêmica da unidade produtiva, conversão, fertilidade, trofobiose, diversificação, manejo ecológico do solo, de culturas e animais;
- Educar com base nas dimensões do Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia,

visando a formação integral do técnico em Agroecologia.

3.3 Perfil profissional de conclusão

O Profissional Técnico em Agroecologia formado pelo Instituto Federal do Paraná, será qualificado de acordo coma as especificações da matriz curricular e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos proposto pelo Parecer CNE/CEB 11/2008. Do mesmo modo, esta qualificação seguirá a Resolução n. 1, de 3 de Fevereiro de 2005, que atualiza as Diretrizes curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. De tal forma que o profissional formado pelo IFPR deverá ser capaz de:

- Atuar em sistemas de produção agropecuária e extrativista instruídos por princípios agroecológicos a partir da aplicação de tecnologias de produção baseadas na utilização e potencialização dos recursos endógenos à propriedade;
- Elaborar, executar e avaliar ações integradas, unindo preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade socioeconômica dos sistemas produtivos;
- Desenvolver planos de conservação do solo e da água;
- Auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar a partir dos princípios agroecológicos;
- Elaborar e executar ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos;
- Analisar características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares adequadas às propriedades;
- Conceber e executar projetos de produção agroecológicos, identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados;
- Interferir e transformar a realidade na perspectiva de desenvolver sustentavelmente a região de atuação, intervindo e interagindo com as comunidades e unidades produtivas;
- Desenvolver conhecimentos práticos e teóricos a partir de uma visão sistêmica dos diferentes sistemas de produção e suas interações, com relevância aos processos de cooperação nos processos produtivos e organizativos;

- Elaborar, analisar, implantar e avaliar a viabilidade social, econômica e ambiental de projetos pelos critérios da agricultura agroecológica;
- Conhecer, interpretar a legislação referente à agricultura ecológica e às diferentes formas de cooperação agrícola (Cooperativas, Associações, Grupos Coletivos, e outros);

3.4 Critérios de avaliação de aprendizagem

Tomando como parâmetro a portaria n. 120 de 06 de agosto de 2009, que orienta e estabelece os critérios de avaliação do processo ensino aprendizagem do IFPR, o Curso partirá dos seguintes pressupostos:

- Alunos e professores são sujeitos ativos, portadores de histórias particulares, presentes no processo educativo. Sendo assim, o ensino deverá ser significativo, com conteúdos e atividades atreladas aos componentes biológicos, social, cultural, afetivo, lingüístico que constitui os alunos-sujeitos e simultaneamente deverá ser capaz de introduzir os conhecimentos científicos da agroecologia.
- A pesquisa e a extensão como instrumento central de ensino e aprendizagem, deverá permear todas as etapas da formação do aluno e aprimoramento dos professores.
- O processo de avaliação dos alunos parte do pressuposto da complexidade intrínseca do ato de conhecer e aprender, para tanto, os princípios dialógicos e críticos deverão orientar todo o processo. Assim como, de acordo com a LDB, no seu artigo 24, a predominância dos aspectos qualitativos sob os quantitativos.
- O papel dos docentes é realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o saber sistematizado e necessário à formação completa do profissional Técnico em Agroecologia.

A avaliação da aprendizagem nas disciplinas do curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. Dessa forma, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, tendo como princípio fundamental o desenvolvimento da consciência crítica e constituindo instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, com o predomínio

dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Diante dessa perspectiva, a avaliação deverá servir como: registro do progresso de aprendizagem do aluno e suas dificuldades; orientação aos alunos quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades; parâmetros aos professores para planejar e replanejar os conteúdos curriculares e metodologias utilizadas. Por fim, os processos avaliativos devem estar em constante diálogo com a proposta de curso estabelecida no seu projeto pedagógico.

Entre os instrumentos avaliativos, poderão ser utilizados ao longo do Curso seminários, trabalhos individuais e grupais, testes escritos e/ou orais, pesquisas, demonstrações em laboratório, artigos científicos, trabalho de conclusão de curso, resenhas e outros adequados ao projeto pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia; referenciados nos critérios de assiduidade, comprometimento, dedicação, pontualidade, apreensão e interpretação crítica do conteúdo e expressão oral e escrita.

Em termos quantitativos, a avaliação do desempenho escolar será feita por unidades didáticas bimestralmente, considerando-se os aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios. A assiduidade diz respeito à freqüência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, que não deve ser inferior a 75% das aulas dadas. O aproveitamento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas traduzido nos conceitos A, B, C e D. O conceito “A” será atribuído ao estudante que atingir plenamente todos os objetivos propostos do processo ensino aprendizagem; o “B” ao aluno que alcançou praticamente todos os objetivos; o “C” ao aluno que obteve níveis aceitáveis de aprendizagem e o conceito “D” ao aluno cuja aprendizagem foi insuficiente.

Haverá recuperação dos conteúdos e a elevação dos conceitos se dará de forma concomitante, ao longo do período letivo, não havendo limites de componentes avaliativos. Não haverá média dos conceitos, sendo validado o último conceito atribuído. Será considerado aprovado o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% das aulas e conceito final “A”, “B” ou “C”. O aluno que não atingir os critérios mínimos exigidos ficará em dependência de acordo com os critérios estabelecidos na portaria n. 120 do IFPR.

3.5 Critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

Para efeito de aproveitamento e avaliação de competências anteriormente desenvolvidas o Curso seguirá as indicações contidas no parecer CNE/CEB Nº 40/2004 - que versa sobre normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB) - e já incorporadas pelo IFPR nos trâmites dessa natureza.

Sendo assim, o IFPR, poderá, utilizando metodologia de avaliação previamente analisada pelo Conselho de Educação, certificar conhecimentos e experiências anteriores dos alunos, expedindo e registrando o correspondente certificado ou diploma, de acordo com o perfil profissional do curso à luz do projeto pedagógico.

A metodologia de avaliação será baseada em:

- entrevista.
- Análise do histórico escolar.
- Avaliação teórico prática sob a supervisão de docentes do curso de acordo com a resolução com a Nº 04/99 do Conselho Nacional de Educação, artigo 11, inciso IV, que dispõe sobre o aproveitamento e certificação de conhecimentos e experiências anteriores.

3.6 Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca

O Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia funcionará no campus de Campo Largo e Irati, com salas de aula e administrativas, auditório, instalações sanitárias, infra-estrutura de segurança, recursos audiovisuais, biblioteca com acervo específico e atualizado, laboratório de análises de solos, de biologia e de

informática, área de laboratório didáticos para criação de animais e cultivos agroecológicos.

A instalação do Colegiado do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia se dará na estrutura comum do Campus de Campo Largo e Irati. O espaço do Colegiado deverá permitir a realização das tarefas administrativas e pedagógicas e o contato entre professores e alunos. Esse espaço deverá conter móveis, mesas e cadeiras, armários e os demais recursos materiais adequados ao desenvolvimento das funções de um Colegiado de Curso.

3.7 Pessoas envolvidas: docentes e técnicos

O Curso está em fase de formação de seu quadro docente. Na estrutura organizacional do campus Curitiba do IFPR, compõem o quadro gestor do eixo profissional Agroecologia:

Direção de Ensino: Guiomar Martins

Coordenação de curso em Irati: Silvana dos Santos Moreira

Assistentes Administrativos:

Técnicos em laboratório: a contratar

Professores

Ana Paula Cavalheiro de Andrade	Frederico Fonseca da Silva
João Claudio Bittencourt Madureira	Marineide Maria Silva Dra
Otávio bezerra Sampaio	Sheila Cristiana de Freitas
Silvana dos Santos Moreira	Simara Cristiane Braatz
Valter Roberto Schaffrath	Vanderci Benjamin Ruschel

3.8 Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos

Após a integralização das unidades didáticas e da elaboração do relatório final da

prática profissional que compõem a matriz curricular do curso Técnico Subseqüente em Agroecologia, será conferido ao concluinte o Diploma de **Técnico em Agroecologia.**

3.10 Organização Curricular

3.10.1 Módulos

MÓDULO 1: Técnico em agroecologia

UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia	26	8	34
Fisiologia Vegetal	26	8	34
Meteorologia e Climatologia	30	4	34
Ecologia e Processos Naturais	43	8	51
Botânica	26	8	34
Introdução ao Pensamento Social	34	0	34
Informática	10	24	34
Anatomia e Fisiologia Animal	30	4	34
Português Instrumental	34	0	34
Desenho Técnico e Topografia	30	4	34

MÓDULO 2: Técnico em agroecologia

UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Nutrição Vegetal	41	10	51

Solos	50	18	68
Silvicultura	26	8	34
Etologia	30	4	34
Pastoreio Racional Voisin	24	8	34
Cultura e Sociedade	34	0	34
Cooperação e Cooperativismo	26	8	34
Drenagem e Irrigação	26	8	34
Metodologia do trabalho científico	30	4	34

MÓDULO 3: Técnico em Agroecologia

UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Cultivos de base ecológica I	43	8	51
Plantas Forrageiras	26	8	34
Sanidade animal na agroecologia	26	8	34
Genética e manejo da agrobiodiversidade	43	8	51
Produção de Leite à Base de Pasto	26	8	34
Construções rurais	30	4	34
Mecânica e mecanização	26	8	34
Política e Sociedade	34	0	34
Prática Profissional	34	34	68

MÓDULO 4: Técnico em agroecologia

UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Tecnologia dos Alimentos	26	8	34

Cultivos de base ecológica II	52	16	68
Proteção de plantas	52	16	68
Economia e Administração da produção	43	8	51
Criação de Animais a Campo	50	18	68
Sociologia Rural	34	0	34
Relatório Técnico profissional	34	34	68
TOTAL GERAL	**1155**	**322**	**1479**

3.10.2 Ementas das Unidades Didáticas

Componente curriculares – I Semestre

Componente Curricular: **Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia**

Ementa:
Origens da Agricultura; evolução da estrutura Agrícola e Agrária; Revolução Verde; dimensões da sustentabilidade; introdução a Agroecologia; sistemas de produção agroecológicos.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.	ALTIERI, M. A.	3	Porto Alegre	Ed: UFRGS	2001	
Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável	ALTIERI, M. A.		Rio de Janeiro	PTA/FASE	1989	
Análise Multidimensional da Sustentabilidade:	CAPORAL, F. e COSTABEBER, J. A		Porto Alegre	Agroec. Des. Rural Sust.	2002	
Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável	GLIESSMAN, S. R		Porto Alegre	Ed: da UFRGS	2002	
Agricultura Orgânica –	DAROLT, M.R.		Londrina	IAPAR	2002	

Inventando o Futuro				
A história da riqueza do homem	HUBERMAN, L.	Rio de Janeiro	Guanabara Koogan	1986

Componente Curricular: **Fisiologia Vegetal**

Ementa:
Sol como fonte de energia; energia finita e infinita; uso da energia na produção agroecológica; multiplicação sexuada e assexuada de vegetais; Fotossíntese; estresse; mecanismos de absorção e translocação de nutrientes; função dos nutrientes.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Fisiologia Vegetal	TAIZ, L. e ZIGGER, E.		Porto Alegre	Artmed	2004	

Componente Curricular: **Meteorologia e Climatologia**

Ementa:
Noções básicas de tempo e clima, leitura e interpretação de gráficos e tabelas, cosmografia, variáveis meteorológicas, riscos climáticos, pluviometria, danos ao ambiente decorrentes do modo de produção da agricultura convencional.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas	PEREIRA, A R; ANGELOCCI, L.R.; SENTELHAS, P.C.		Porto Alegre	Agropecuária - Ltda	2002	
O Solo e o Clima na Produtividade Agrícola	AZAMBUJA, J.M.V.		Guaíba	Agropecuária	1996	

Componente Curricular: **Ecologia e Processos Naturais**

Ementa:
Conceitos básicos da Ecologia; origem e evolução das espécies; processos naturais fundamentadores da Ciência Agroecológica.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Ecologia	ODUM, E.		Rio de Janeiro	Guanabara	1986	
Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoría da trofobiose	CHABOUSSOU, F.		São Paulo	Expressão Popular	2006	
Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável	GLIESSMANN, S.R	2 ed.	Porto Alegre	UFRGS	2001	

Componente Curricular: **Botânica**

Ementa:
Classificação taxonômicas; famílias de interesse agroecológico; estruturas e funções vegetais.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Anatomia das plantas com sementes	ESAU, K.		São Paulo	Edgard Blücher	1974	
Botânica: Introdução à Taxonomia Vegetal	JOLY, A.B	12.e d	São Paulo	Editora Nacional,	1998	
Introdução à botânica sistemática.	SCHULTZ, A.R.H.	4ed	Porto Alegre,	EDUFRGS	1984	

Ementa:

Conhecimento como característica humana; formação do pensamento social no ocidente; contexto sócio-histórico do surgimento da sociologia; principais correntes do pensamento sociológico; questões sociais contemporâneas.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Sociologia. Introdução à Ciência da Sociedade	COSTA, C.	**2a**	São Paulo	Moderna	1997	
O que é Sociologia.	MARTINS C. B.	**60a**	São Paulo	Brasiliense	2003	

Convite a Filosofia	CHAUÍ, M.	**12a**	São Paulo	Ática	2001
Perspectivas sociológicas. Uma visão crítica	BERGER, P.	**2a**	Petrópolis	Vozes	2004

Componente Curricular: **Informática**

Ementa:
Laboratório de computação, o computador e seu funcionamento; Lógica cibernética; editor de textos; editor de planilhas; preparo de apresentações; instrumentos da internet.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Configurando e usando o sistema operacional Linux.,	BONAN, A.R.			Futura	2003	
Ciência da computacão	BROOKSHEAR, J. G.	5 ed		Bookman	1999	

Componente Curricular: **Anatomia e Fisiologia Animal**

Ementa:
Caracterização dos principais órgãos e tecidos dos animais de produção; Funcionamento dos sistemas respiratório, digestivo, circulatório e reprodutor dos animais de produção.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Fisiologia Animal: Adaptação e Meio Ambiente	KNUT SCHMIDT, N.	5ª		Santos	1996	
Fisiologia Animal (Eckert): Mecanismos e Adaptações	BURGGREN WARREN & RANDALL & FRENCH, K	4ª		Guanabara Koogan	2000	
Fisiologia Veterinária	KOLB, E.	4ª		Guanabara Koogan	1984	

Tratado de Anatomia Veterinária	DYCE, K. M. & W.O. SACK & C.J.G. WENSING	3ª		Elsevier	2004
Anatomia Veterinária: os ruminantes	R.R. ASHDOWN & STANLEY H. DONE	1ª		Manole	2003

Componente Curricular: **Português Instrumental**

Ementa:
Frase e estrutura frasal; estilo: conceito e qualidade; técnicas de análise e de síntese de textos; elaboração de textos; concordância gramatical e estilística; gramática.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Estratégias de leitura	ZANDWAIS, A.		Porto Alegre	Sagra	1990	
Cientistas, jornalista e a divulgação científica. Subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica.	ZAMBONI, L. M. S.		Campinas	FAPESP/ Autores Associados	2001	
Manual para redação	TURABIAN, K.		São Paulo	Martins Fontes	2000	
Como escrever textos	SERAFIAN, M. T.		Rio de Janeiro	Globo	1987	
Como ler, entender e redigir um texto	FAULSTICH, E. L.	20	Petrópolis	Vozes	2008	

Componente Curricular: **Desenho Técnico e Topografia**

Ementa:
Escalas; plantas de prédios, instalações e levantamentos topográficos; software gráfico; planilhas; aparelhos topográficos; GPS.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç	Local	Editora	Ano	L

		ão				T
Curso de Topografia.	Espartel, L.				1987	
Execução de levantamento topográfico. NBR 13133	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.				1994.	

Componente Curriculares – II Semestre

Componente Curricular: **Nutrição Vegetal**

Ementa:
Nutrientes essenciais às plantas; dinâmica da absorção de nutrientes; interações ecológicas de importância na nutrição de plantas; principais fontes de nutrientes de uso nos sistemas de produção de base ecológica.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Fertilidade do solo e adubação	VAN RAIJ, B.		Piracicaba	ABPPF	1991	
Nutrição mineral de plantas.	FERNANDES, M.S. (Ed.)		Viçosa	SBCS	2006	

Componente Curricular: **Solos**

Ementa:
Formação, classificação, capacidade de uso e aptidão agrícola dos solos; conhecimento e manejo da biologia, química e física do solo.

Bibliografia Básica .

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Manejo ecológico dos solos.	PRIMAVESI, A.M	7 ed	São Paulo	Nobel	1984	
Fertilizantes Orgânicos	KIEHL, E.J.		Piracicaba	Editora Ceres	1985	

Fundamentos da matéria orgânica do solo	SANTOS, G.A.; CAMARGO, F.A.O.		Porto Alegre	UFRGS	1999	
Microorganismos e processos biológicos do solo	SIQUEIRA, J. O. et al		Brasília	EMBRAPA	1994	

Componente Curricular: **Silvicultura**

Ementa:
Proteção de matas ciliares e reservas; regeneração de florestas; reflorestamento; Sistemas Agroflorestais; permacultura; multiplicação de plantas; noções de dendrometria e dendrologia; legislação ambiental.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Pomar ou agrofloresta: princípios para manejo de Agroecosistemas	VIVAN, J.L.		Rio de Janeiro	AS-PTA	1995	
Espécies florestais brasileiras, recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira	CARVALHO, P. E. R.		Colombo, Paraná	EMBRAPA	1994	

Componente Curricular: **Etologia**

Ementa:
Origem e domesticação dos animais; comportamento e bem estar animal; hierarquia e territorialidade

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
O comportamento social dos animais	DEAG, J. M.			EDUSP	1980	
Bem-estar animal na agricultura do século XXI.	HöTZEL, M. J. & PINHEIRO MACHADO, L. C. Fº			Revista de Etologia, v. 6, n.1, p. 03-15,.	2004	

Comportamento Animal	CARTHY, J. D		São Paulo	EPU e USP	1989
Comportamento Animal	YAMAMOTO, M. E. (Org.) ; VOLPATO, G. L. (Org.)	1. ed	Natal - RN	Editora da UFRN	2007

Componente Curricular: **Pastoreio Racional Voisin**

Ementa:

Princípios; leis universais do PRV; tempos de ocupação e repouso; manejo dos animais; vaca-ama.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Pastoreio racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio	PINHEIRO MACHADO, L.C		Porto Alegre	Cinco Continentes,	2004	
Pastoreo racional voisin: Fundamentos, aplicações e projetos	MELADO, J.			Aprenda Fácil	2003	
Adubos: novas leis científicas de sua aplicação	VOISIN, A.		. São Paulo	Mestre Jou	1973	

Componente Curricular: **Cultura e Sociedade**

Ementa:

Conceitos básicos de Antropologia; formação e contemporaneidade da sociedade brasileira; Identidade e expressões culturais regionais; questões contemporâneas; levantamento e análise de configuração cultural.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora
A conquista da América: a questão do outro	TODOROV, T.		São Paulo	Martins Fonte

Aprender Antropologia	FRANÇOIS, L.	São Paulo	Brasiliense
Arqueologia da violência: ensaios de Antropologia política	PIERRE, C.	São Paulo	Brasiliense
O que faz o brasil, Brasil?	DAMATTA, R.	Rio de Janeiro	Rocco
O povo Brasileiro	RIBEIRO, D.	São Paulo	Companhia das Letras
O que é ação cultural (Primeiros Passos, n 216)	COELHO NETO, T.	São Paulo	Brasiliense

Componente Curricular: **Cooperação e Cooperativismo**

Ementa:

Sentido social da cooperação; história do cooperativismo; legislação cooperativista; experiências cooperativistas contemporâneas; associativismos; formas tradicionais de produção coletiva.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Comunidade. A busca por segurança	BAUMANN, Z.		Rio de Janeiro	Zahar	2003	
Introdução à Economia solidária	ZINGER, P.		São Paulo	Fundação Perseu Abramo	2002	
Uma utopia militante. Repensando o Socialismo	ZINGER, P.		Petrópolis	Vozes	1998	
O trabalho autogestionado em cooperatvas de produção. O paradigma revisitado	LIMA, J.		São Paulo	RBCS vol 19(56)	2004	
Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade	CACCIAMALI, M. C.		Campinas	UNICAMP	2000	
Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil	LOUREIRO, M. R. (org)		São Paulo	Cortez/Autores	1991	

			Associados	
A organização do trabalho no século 20. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo	PINTO, G. A .	São Paulo	Expressão Popular	2007

Componente Curricular: **Drenagem e irrigação**

Ementa:
Introdução a Irrigação; qualidade da água e água no solo; relação solo-água-planta; equipamentos, materiais e sistemas de irrigação; drenagem; canais de drenagem; uso da energia renovável na captação da água.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Manual de Irrigação	BASTOS, E	2ED	São Paulo	Ícone	1987	
A Drenagem na Agricultura	CRUCIANI, D.E	4Ed	São Pulo	Nobel	1986	

Componente Curricular: **Metodologia do trabalho científico**

Ementa:
O conhecimento científico; a relação teoria e método; o processo de pesquisa: instrumentos de investigação e preparo dos registros científicos; técnicas de comunicação oral e escrita.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica	ANDERY, M. A.	6 ed.	Rio de Janeiro:	Espaço e Tempo	1996	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023, NBR 6028, NBR 14 724, NBR 10520			Rio de Janeiro,		2002	

Fundamentos de Metodologia Científica	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A	3 ed	São Paulo	Atlas	1991

Componente Curriculares – III Semestre

Componente Curricular: **Cultivos de base ecológica I.**

Ementa:
Balanço energético nas culturas vegetais; métodos para cultivo de base ecológica de grãos e culturas regionais.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável	GLIESSMANN, S.R.	2 ed	Porto Alegre	UFRGS	2001	
A reconstrução ecológica da agricultura	KHATOUNIAN, C.A.		Botucatu, SP	Agroecologica/IAPAR,	2001	
Anuário da Agricultura Brasileira			São Paulo:	. Instituto FNP	2007	
Cultura do Feijoeiro comum do Brasil.	ARAUJO, R. S. et al...		Piracicaba	POTAFOS	1996	
Ecofisiologia da produção agrícola	CASTRO, P. R.C.; FERREIRA S. O.; YAMADA T.		Piracicaba	POTAFOS	1987	

Componente Curricular: **Plantas Forrageiras.**

Ementa:
Principais forrageiras tropicais, subtropicais e temperadas; principais características botânicas e identificação.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT

Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais.	PRIMAVESI, A. M	2.ed	São Paulo	Nobel	1985
Manual de gramíneas e leguminosas para pastos tropicais	MITIDIERI, J		São Paulo	Nobel	1982
Manual de nutrição de plantas forrageiras	PRADO, R.M.		Jaboticabal	FUNEP	2008

Componente Curricular: **Sanidade animal na Agroecologia.**

Ementa:
Conceito de saúde e saúde animal; bem-estar animal; prevenção e controle de enfermidades; etnoveterinária; imunoterápicos e planejamento sanitário; plantas medicinais; homeopatia.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Homeopatia para animais domésticos e de produção	TIEFENTHALER A.		São Paulo	Andrei	1996	
Tratado de infectologia	VERONESI, R. & FOCACCIA, R		Rio de Janeiro	Atheneu	1996	

Componente Curricular: **Genética e manejo da agrobiodiversidade.**

Ementa:
Princípios da genética clássica e molecular; melhoramento de plantas e animais; biodiversidade e manejo da biotecnologia; recursos genéticos; variabilidade genética; uso e conservação de recursos genéticos; transgênicos; sistema de proteção cultivares e lei de sementes.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT

Fundamentos de genética	SNUSTAD, D. P.; SIMONS, M. J.		Rio de Janeiro	Guanabara Koogan	2001	
Biologia Molecular e Evolução.	MATIOLI, S.R.		Ribeirão Preto	Holos Editora	2001	
Genética moderna	GRIFFITHS, A.J.F. et al.	1 ed.	Rio de Janeiro	Guanabara Koogan	2001	N
O mito moderno da natureza intocada	DIEGUES, A. C. S.		SAO PAULO	ED. USP	1994	

Componente Curricular: **Produção de Leite à Base de Pasto.**

Ementa:
Caracterização das principais raças para produção leiteira; Fisiologia da glândula mamária, síntese do leite e estudo dos seus constituintes; Obtenção higiênica do leite: princípios, fatores que interferem e manejo da ordenha; Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Leite Cru refrigerado.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Produção de leite a pasto: bases praticas	BENEDETTI, E.		Salvador	SEAGRI	2002	
Nutrição e Manejo de Bovinos Leiteiros	LUCCI, C.S.		Barueri	Manole	1997	
Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais	PRIMAVESI, A. M		São Paulo	Nobel	1985	
Manual para inspeção da qualidade do leite	TRONCO, V. M.	2ª	Santa Maria	Editora da UFSM	2003	
Tecnologia do leite	BEHMER, M. R. A.	15ª	São Paulo	Nobel	1991	
Manual de Bovinotecnia Leiteira – Alimentos: produção e fornecimento	LEDIC, I. L.			Varela	2002	

Componente Curricular: **Construções rurais.**

Ementa:
Cálculo de estruturas simples; construção de estradas e barragens; tratamento de madeira; cercas; técnicas e fontes de energia alternativas da permacultura.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Introdução a Permacultura	MOLLISSON, B. e SLAY, R. - Tradução André Soares - -		Distrito Federal	Ed. do MAPA	1998	
Construções Rurais	PEREIRA, M. F.		. São Paulo	Nobel	2009	
Ambiência em edificações rurais, conforto animal	BAETA, F. C., SOUZA, C.F.		Viçosa,MG	Editora UFV	1997	
Prática das Pequenas Construções	BORGES, A.C.			Editora Edgard Blucher Ltda	1972	
Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovinos	FERREIRA, R. A		Viçosa,MG	Aprenda Fácil	2005	

Componente Curricular: **Mecânica e mecanização.**

Ementa:
Fundamentos da tração animal e implementos; noções de máquinas e motores na agricultura.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Tração animal na agricultura	BERETTA, C. C.		São Paulo	Nobel	1988	
Máquinas motoras na agricultura. 2 v.: il. Livro	MIALHE, L. G.		São Paulo	.: EPU, Ed. da USP,	1980	

Componente Curricular: **Política e Sociedade**

Ementa:

Principais abordagens em Ciência Política; ética e cidadania; autonomia local e poder; instituições sociais e movimentos sociais; levantamento e análise de configuração política.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Comunidade. A busca por segurança	BAUMANN, Z.		Rio de Janeiro	Zahar	2003	
Ética e Política	DINIZ, E.		Rio der Janeiro	Ed: UFRJ	2005	
Diálogos sobre ecologia e política	BENAJAN, C.		Rio de Janeiro	Nova Fronteira	1993	
Ecologia e Socialismo	LOWY, M.		São Paulo	Cortez	2005	
História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros	GOHN, M. G.		São Paulo	Loyola	2003	
Conformismo e resistência	CHAUÍ, M.		São Paulo	Brasiliense	2002	

Componente Curricular: **Prática Profissional.**

Ementa:
Planejamento da prática profissional; metodologias de coleta de dados; orientação de trabalho técnico na prática profissional; análise da prática profissional.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Comunicação ou extensão	FREIRE, P.	7 ed.	Rio de janeiro	Paz e Terra	1983	
Metodologia da pesquisa ação	THIOLENT, M.	3ª ed	São Paulo	Cortez	1986	

Componente Curriculares – IV Semestre

Componente Curricular: **Tecnologia dos Alimentos.**

Ementa:
Caracterização dos principais métodos de conservação de alimentos; princípios e boas práticas de fabricação; Produção artesanal de alimentos na propriedade rural.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Conservação de Alimentos - Princípios e Metodologias	Lidon/Silvestre	1ª		Escolar	2008	
Alimentos Orgânicos - Produção, Tecnologia e Certificação	MUNIZ, J. N. STRINGHETA, P. C.	1ª		Editora UFV	2003	
Agroindustrialização de Frutas	LIMA, U. A .	2ª		Fealq		
Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos	D'ARCE, SPOTO, OETTERER			Manole	2006	
Processamento de Frutas e Hortaliças	LOVATEL, J. L.			Educs		
Aproveitamento do Leite: Elaboração de seus derivados na propriedade rural	TRONCO, V. M.	1ª		Agropecuária	1996	

Componente Curricular: **Cultivos de base ecológica II.**

Ementa:
Cultivos de base ecológica de hortaliças e frutíferas regionais.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT

Fruticultura orgânica.	PENTEADO, S. R.		Campinas	Ed. Agronômica	2004
Manual de horticultura orgânica	PENTEADO, S. R.		Campinas	Ed. Agronômica	2002
Manual de Horticultura Ecológica	FRANCISCO NETO, J.		São Paulo	Nobel	1999
Manual de Olericultura	FILGUEIRA, F.A.R.	2 ED	São Paulo	Ceres	1987

Componente Curricular: **Proteção de plantas.**

Ementa:
Identificação, ecologia e manejo dos insetos-praga; Identificação e manejo de doenças; identificação e manejo de plantas espontâneas.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
O papel da biodiversidade no manejo de pragas	ALTIERI, M.A.;SILVA, E.N.; NICHOLLS, C.I.		Porto Alegre	UFRGS	2002	
Manual de fitopatologia	BERGAMIM FILHO, A.	3ed	São Paulo:	Agronômica Ceres	1995	
Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose	CHABOUSSOU, F.		São Paulo	Expressão Popular	2006	
Manejo ecológico de pragas e doenças	PRIMAVESI, A. M.		São Paulo	Nobel	1988	
Control biologico de las Plagas e Insectos e Malas Hierbas	DEBACH, P.		México	Companhia Editorial Continental,	1985	

Economia e Administração da produção.

Componente Curricular:

Ementa:
Gestão da unidade de produção; custos de produção; planejamento de projetos; avaliação de projetos e comercialização da produção; estrutura de mercado; crédito rural e políticas agrícolas, passivo ambiental.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Contabilidade Rural	MARION, J.C.		São Paulo	Atlas	1990	
Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.	FERREIRA, A.C. de S.		São Paulo	Atlas	2003	
Valoração econômica do meio ambiente	MATOS, K. M. da C.; MATTOS, A		São Carlos	FAPESP	2004	
Introdução a economia solidária	SINGER, P.		São Paulo	Perseu Abramo	2002	

Componente Curricular: **Criação de Animais a Campo.**

Ementa:
Bovinos; bubalinos; ovinos; caprinos; suínos; aves caipiras; apicultura; cunicultura; animais silvestres.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	LT
Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre – SISCAL	DALLA COSTA, O. A. et.al		Concordia	EMBRAPA –CNPSA	1998	
Unidades de observação sobre a criação de frangos coloniais em unidades de produção familiares	AVILA, V. S. et. al		Concórdia	EMBRAPA – CNPSA	2004	
Produção Agroecológica de Frangos de corte e galinhas de postura	EMBRAPA		Concórdia	Embrapa Suínos e Aves	2001	

Produção orgânica de leite no Brasil	FERNANDES, E. N.; BRESSAN, M., VILELA, D. (Ed).	Juiz de Fora	Embrapa gado de leite	2001
Produção de leite a pasto: bases práticas	BENEDETTI, E.	Salvador	SEAGRI	2002

Componente Curricular: **Sociologia Rural**

Ementa:

Sociologia Rural. Vertentes teóricas clássicas e contemporâneas da sociologia rural; estrutura agrária e agrícola brasileira; campesinato e ruralidade; sociabilidade rural; movimentos sociais rurais.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Os camponeses e a política no Brasil	MARTINS, J. S.		Petrópolis	Vozes	1994	
Agricultura familiar	AUED, B e PAULILO, M. I		Florianópolis	Insular	2004	
Os caminhos da exclusão social	ZART, P. A.		Ijuí	Ed: UNIJUÍ	1998	
Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.	MARTINS, J. S.		Porto Alegre	Ed: UFRGS	2003	
A questão agrária no Brasil	STÉDILE, J. P (org)		São Paulo	Expressão Popular	2005	
Agricultura familiar: compração internacional V. 1 e V 2	LAMARCHE, H.		Campinas	Ed: unicamp	2000	

Componente **Relatório Técnico profissional.**

Curricular:

Ementa:
Apresentação das atividades da prática profissional; discussão e sistematização do trabalho de prática profissional; proposta de redimensionamento da produção na propriedade sob bases agroecológicas; elaboração de texto final do relatório técnico profissional.

Bibliografia Básica

Título	Autor	Ediç ão	Local	Editora	Ano	L T
Como elaborar projetos de pesquisa	GIL. A. C	4 ed	São Paulo	Atlas	2002	
Pesquisa em ciências humanas e sociais	CHIZZOTTI, A.	3 ed.	São Paulo	Cortez	2000	
Metodologia do trabalho científico	SEVERINO, A. J.	20 ed.	São Paulo	Cortez	1996	

3.11 Trabalho de conclusão de curso

O trabalho final do Curso será um Relatório Técnico Profissional, que resultará da sistematização da prática profissional desenvolvida de forma sistemática durante o III Semestre. O Relatório será elaborado sob orientação do professor da disciplina Relatório Técnico Profissional e terá acompanhamento dos demais professores.

O Relatório Técnico Profissional deverá ser apresentado em seminário disciplinar, ocasião em que os alunos poderão compartilhar os conhecimentos agroecológicos adquiridos.

3.12 Avaliação do Projeto Pedagógico e do Curso

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Agroecologia ocorrerá de forma sistemática por meio do Colegiado de Curso, órgão que regimentalmente se responsabilizará por processos desta natureza.

O Curso deverá prever mecanismos de avaliação institucional, a ser realizada pelas instâncias competentes, pela comunidade discente e docente, periodicamente, coordenados pelo Colegiado do Curso.

5. Referências Bibliográfica

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALTIERE, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001 (Síntese universitária, n. 54)

---------- *Agroecologia: as bases científicas da aggricultura sustentável*. RJ: PTA/FASE, 1989

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

GLIESSMANN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

Referências – Base Legal de Implantação do Curso

Lei n 9.394/94 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Resolução CNE/CEB, n. 4/99 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004 - Fornece orientações para a organização da Educação Profissional.

Parecer CNE/CEB n. 40/2004 – Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da LDB.

Resolução n. 1, de 3 de Fevereiro de 2005 – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004.

Resolução n. 3, de 9 de julho de 2008 – Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Parecer CNE/CEB 11/2008 – Sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Lei n. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 - Institui a Rede de Educação Profissional, Científica e tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Portaria n. 120 de 6 de agosto de 2009 – Orienta e estabelece os critérios de avaliação do processo ensino aprendizagem do IFPR.

PROPOSTA DE CURSOS NAS MODALIDADES

FIC, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO **NÚMERO:**

NOME DO CURSO: Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Informática – Desenvolvimento de Sistemas

EIXO TECNOLÓGICO: Comunicação e Informação

COORDENAÇÃO: **Coordenador: Francis Luiz Baranoski** **Telefone: 42 9919 2185** **E-mail: francis.baranoski@ifpr.edu.br**

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CAMPUS: Campus Avançado de Irati

TEL:	**HOME-PAGE: http://irati.ifpr.edu.br**	**E-MAIL: secretariairati@ifpr.edu.br**

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: N º 133/11

2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

NÍVEL	FIC		TÉCNICO	x	TECNOLÓGICO	

MODALIDADE:	PRESENCIAL	x	PROEJA		A DISTÂNCIA	

PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES: SIM ☐ NÃO X	ESPECIFICAR (anexar documentação comprobatória): Nome: Endereço: Telefone: E-mail:

PERÍODO DO CURSO:	INÍCIO: 2011	TÉRMINO: 2013

CARGA HORÁRIA: 1133 horas ESTÁGIO: não-obrigatório CARGA HORÁRIA TOTAL: 1133 horas	NÚMERO DE VAGAS: MÍNIMO 15 MÁXIMO 40

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.1 Justificativa da oferta do Curso

Nas últimas décadas, tem-se observado um constante avanço tecnológico em nossa sociedade. Antes os computadores, gigantescas e caríssimas máquinas, eram usados principalmente para fins científicos e apenas grandes instituições os possuíam. Atualmente, além das grandes instituições, os computadores também estão presentes em todos os setores de nossa sociedade para os mais diversos fins. Já não se imagina a vida sem as vantagens e as facilidades que os computadores nos proporcionam.

Sistemas informatizados são utilizados nas organizações para automatização de tarefas, que muitas vezes eram feitas manualmente. A informatização proporciona vários benefícios tais como qualidade, diferencial competitivo, redução de custos, maior segurança, maior controle, entre outros.

Para que as organizações tenham todos os benefícios da informatização, há necessidade de profissionais qualificados em desenvolvimento e análise de sistemas capazes de prover soluções tecnológicas adequadas.

A cidade de Irati possui uma grande diversidade de empresas e organizações, que geram uma demanda constante por profissionais técnicos capacitados na área de desenvolvimento de sistemas computacionais. Apesar desta conhecida necessidade, os cursos preparatórios para este perfil de profissional são escassos, fazendo com que as empresas tenham que buscar profissionais em outras regiões.

É nesse sentido que o Instituto Federal do Paraná *Campus* Avançado de Irati, propõe a oferta do curso Técnico de nível médio subseqüente em Informática com especificidade em Desenvolvimento de Sistemas. O curso pretende, portanto, formar este profissional para suprir as necessidades dos arranjos produtivos locais e regionais contribuindo com o desenvolvimento local e também buscando oportunizar à população opções de melhora em sua capacitação profissional.

3.2 Objetivos

O curso Técnico em Informática- Desenvolvimento de Sistemas tem por objetivo a formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho nas diversas áreas de informática,

com especificidade no desenvolvimento de sistemas computacionais.

Constituem objetivos específicos do curso Técnico em Informática:

- Compreender sobre as atribuições e responsabilidades legais da profissão, bem como saber quais formas de sua inserção no mercado de trabalho;
- Compreender o funcionamento de um computador, tanto hardware quanto software;
- Desenvolver o raciocínio lógico para construção de algoritmos;
- Compreender o paradigma de programação estruturado para o desenvolvimento de programas em uma linguagem de programação adequada;
- Compreender os conceitos do paradigma orientado à objetos para desenvolver programas neste paradigma;
- Compreender os conceitos de modelagem de Sistemas e de Banco de Dados;
- Compreender os conceitos fundamentais de comunicação de dados;
- Desenvolver sistemas web, e para isso, integrar os conhecimentos adquiridos em design web, modelagem, programação, armazenamento e comunicação de dados;
- Aprender sobre atitude ética no trabalho e no convívio social.

3.3 Requisitos de acesso

O ingresso no Curso Técnico em Informática dar-se-á mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

- Conclusão do Ensino Médio;
- Aprovação em Processo seletivo conforme calendário estabelecido pelo Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado de Irati.

3.4 Perfil profissional de conclusão

Ao final do curso, o formando deverá ser capaz de:

- Manipular computadores e sistemas operacionais;
- Desenvolver sistemas computacionais que auxiliem na rotina de trabalho das organizações;
- Realizar manutenções em sistemas;
- Conceber e implementar soluções baseadas em banco de dados;
- Conhecer e aprender a aplicar as novas tendências tecnológicas para solução de problemas;
- Desenvolver aplicações e sites para Internet;
- Elaborar e documentar projetos de software;
- Entender o funcionamento e solucionar problemas de Hardware e Software.
- Identificar e entender o funcionamento de tecnologias empregadas nas redes de computadores;
- Integrar-se com facilidade a grupos de trabalho.

3.5 Critérios de avaliação de aprendizagem

Os critérios de avaliação estão descritos na Portaria n° 120/ IFPR. Em linhas gerais, a avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares do curso técnico em Informática será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. Dessa forma, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e integradora, tendo como princípio fundamental o desenvolvimento da consciência crítica e constituindo instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, com o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Diante dessa perspectiva, a avaliação deverá contemplar os seguintes critérios:

- Diagnóstico e registro o progresso do aluno e suas dificuldades;
- Realização da auto-avaliação pelo aluno e professor;
- Orientação ao aluno quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades;
- Utilização de seus resultados para planejar e replanejar os conteúdos curriculares;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Utilização funcional do conhecimento;
- Divulgação das exigências da tarefa antes da sua avaliação;
- Exigência dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo;
- Apoio disponível para aqueles que têm dificuldades;
- Discussão e correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades.

Em termos quantitativos, a avaliação do desempenho escolar é feita por componentes curriculares e bimestres, considerando-se os aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios. A assiduidade diz respeito à freqüência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, que não deve ser inferior a 75% das aulas dadas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, que são traduzidos em conceitos que variam de A a D, sendo que os conceitos A, B e C indicam aproveitamento satisfatório e o conceito D, aproveitamento insuficiente no componente curricular. A recuperação dos conteúdos e conceitos será realizada de forma concomitante, isto é, ao longo do período letivo, não havendo limites de componentes avaliativos.

Em suma, o conceito mínimo para aprovação no componente curricular é C e a freqüência mínima é de 75% sobre o total das aulas dadas.

3.6 Critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

No Curso Técnico de Nível Médio Subseqüente em Informática o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas

previamente ao início do curso ocorrerão conforme descrito a seguir:

- **Aproveitamento de Estudos**: compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares estudadas em outro curso de educação profissional técnica de nível médio, mediante requerimento. Com vistas ao aproveitamento de estudos, a avaliação recairá sobre a correspondência entre os programas e a carga horária dos componentes curriculares cursadas em outras instituições e/ou outros *Campi* do IFPR e não sobre a denominação dos componentes curriculares para as quais se pleiteia o aproveitamento. A carga horária cursada não deverá ser nunca inferior aquela indicada na matriz curricular do curso.

- **Certificação de Conhecimentos**: o estudante poderá solicitar certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar com o fim de alcançar a dispensa de algum(ns) componentes curricular(es) integrantes da matriz curricular do curso. O respectivo processo de certificação consistirá em uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características do componente curricular.

Entrevista, análise de histórico escolar, avaliação teórica e prática, Res. 04/99 do Conselho Nacional de Educação (Art. 11, Seção - Educação Tecnológica)

3.7 Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca

O Curso Técnico em Informática conta em sua estrutura com:

- Biblioteca com acervo específico e atualizado;
- Laboratórios de informática.
- Sala multimídia

3.8 Pessoas envolvidas: docentes e técnicos

Na estrutura organizacional do *Campus* Avançado de Irati do IFPR, compõem o quadro gestor do eixo profissional Informação e Comunicação:

- Direção de Ensino;
- Coordenação de curso;
- Coordenação Pedagógica;
- Assistentes Administrativos;
- Técnico em laboratório.

3.9 Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso técnico de nível médio na forma subseqüente e da prática profissional, será conferido ao concluinte do curso o diploma de **Técnico de Nível Médio em Informática.**

3.10 Organização Curricular

3.10.1 Módulos

COMPONENTES CURRICULARES	**Carga horária semanal (h/aula)**	**Carga horária semestral (h/aula)**
MÓDULO 1:Fundamentos de Informática		
Informática Instrumental	2	34
Lógica de Programação	4	68
Matemática	4	68
Inglês Instrumental	2	34
Organização e Arquitetura de Computadores	4	68
Algoritmos	4	68
Total Semestral	**20**	**340**
MÓDULO 2: Sistemas Computacionais		
Programação e Sistemas Computacionais	4	68
Modelagem de Sistemas	2	34
Banco de Dados	4	68
Português Instrumental	2	34
Sistemas Operacionais	4	68
Empreendedorismo	2	34
Estatística Básica	2	34

Total Semestral	**20**	**340**
MÓDULO 3: Modelo de Dados		
Programação Orientada a Objetos	4	68
Análise de Sistemas	4	68
Técnicas de Banco de Dados	4	68
Legislação e Ética	2	34
Web Design	4	68
Metodologia Científica Aplicado a Projetos	2	34
Total Semestral	**20**	**340**
MÓDULO 4: Desenvolvimentos de Sistemas		
Técnicas Avançadas de Programação	4	68
Programação WEB	6	102
Trabalho de Conclusão de Curso	4	68
Redes	4	68
Tópicos Especiais em Tecnologia da Informação	2	34
Total Semestral	**20**	**340**
Total		**1360**

3.10.2 Ementas dos Componentes Curriculares

Componente Curricular: **Informática Instrumental**	
EMENTA: Introdução à informática: Contexto histórico e principais componentes. Utilização do Sistema Operacional.Editor de textos: elaboração e formação de textos. Planilhas eletrônicas. Editor de apresentação de slides. Internet	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: VELLOSO, F. de C. Informática : conceitos	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BROOKSHEAR, J. G., Ciência da Computação –

Básicos. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2004, 424p. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.	uma visão abrangente. 5. ed. Bookman Companhia Editora, 2000. NORTON, P., Introdução a Informática. São Paulo: Makron Books Editora, 2007. 619p.

Componente Curricular: **Lógica de Programação**	
EMENTA: Lógica de programação; Linguagem de Programação; Entrada/Saída; Estruturas de seleção; Estruturas repetição; Estruturas de dados homogêneas e heterogêneas; Ponteiros; Funções: passagem por valor e referência; Alocação de Memória; Armazenamento permanente. Linguagem da Programação Utilizada: Java	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estrutura de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. DEITEL, Harvey M. Java: Como Programar, 6ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MANZANO, J. A. N. G. & OLIVEIRA, J. F. Algoritmos – Lógica para Desenvolvimento de Programação. São Paulo: Érica

Componente Curricular: **Matemática**	
EMENTA: Matemática Básica - Operação em Q ,Equação 1º e 2º Graus, Regras de Três, Frações Algébricas(Produtos Notáveis); Matemática Financeira – Porcentagem, Juros Simples e Compostos, Desconto; Séries – PA, PG ; Matrizes- Conceito de Matrizes, Determinantes, Sistemas Lineares; Conjuntos - Teoria dos Conjuntos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DANTE, Luiz Roberto. *Tudo é Matemática*. 4 vols. São Paulo: Ática	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DANTE, Luiz Roberto. *Matemática: contexto e aplicações*. 3 vols. São Paulo: Ática, 2003

IEZZI, G. et al. *Fundamentos de Matemática Elementar*. 11 vols. São Paulo: Atual.	

Componente Curricular: **Inglês Instrumental**	
EMENTA: Presente; Passado; Futuro; Condicional; Pronomes pessoais do caso reto e oblíquo; Pronomes possessivos; Presente verbo ser/ estar; Presente Contínuo; Passado verbo ser/ estar; Passado Contínuo; Preposições; Verbos Modais; Voz ativa e Passiva; Inglês Instrumental: estratégias de leitura.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ESTERAS, S. R. *Infotech – English for computer users*. Cambridge University Press, 2008. SOUZA, A. G. F [et al.]. *Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental*. São Paulo: Disal, 2005.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BROWN, H. D. *Principles of Language Learning and Teaching*. Prentice Hall Regents, 1994. MURPHY, R. *English Grammar in Use*. Cambridge University Press, 1999. *The Oxford Dictionary of English*. Oxford University Press, 2003.

Componente Curricular: **Algoritmos**	
EMENTA: Raciocino Lógico; Resolução de Problemas; Algoritmos; Fluxograma; Portugol; Condicionais; Laços de repetição; Vetores; Matrizes; Registros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MANZANO, J. A. N. G. & OLIVEIRA, J. F. Algoritmos – Lógica para Desenvolvimento de	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GUIMARÃES, Ângelo de Moura & Lages, Newton Alberto Castilho. Algoritmos e Estrutura de

Programação. São Paulo: Érica SALVETTI, D. D. & BARBOSA, L. M. Algoritmos. São Paulo: Makron Books	Dados. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos

Componente Curricular: **Organização e Arquitetura de Computadores**	
EMENTA: Introdução à organização e arquitetura de computadores. Histórico e evolução dos sistemas computacionais. Organizações de sistemas computacionais. Arquitetura de sistemas computacionais. Componentes de hardware. Montagem e Manutenção de Computadores. Introdução a Software de Computadores. Introdução à Sistemas Operacionais. Histórico e evolução dos Sistemas Operacionais. Arquitetura de Sistemas Operacionais. Componentes de um Sistema Operacional. Serviços de Sistemas Operacionais. Sistema Operacional Windows. Sistema Operacional Linux. Instalação e configuração básica de um Sistema Operacional. Segurança.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: STALLINGS, William. *Arquitetura e Organização de Computadores*, 5a Ed., Prentice Hall. ISBN 85-879-1853-2 MONTEIRO, Mário. *Introdução e Arquitetura de Computadores*	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: TANENBAUM, Andrew S. *Organização Estruturada de Computadores*, 5a Ed., Prentice Hall. ISBN 85-7605-067-6

Componente Curricular: **Programação e Sistemas Computacionais**	
EMENTA: A linguagem de programação Java; Métodos; Listas;Gerência de Memória; Armazenamento Permanente; Conexão com banco de dados	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEITEL, Harvey M. *Java: Como Programar*, 6ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SIERRA, K. BATES B. Use a Cabeça! Java. Alta Books

HORSTMANN, Cay S. *Big Java***.** Porto Alegre: Bookman, 2004.	
Componente Curricular: **Modelagem de Sistemas**	
EMENTA: Conceitos do projeto orientados a objetos. Linguagem de modelagem unificada (UML) e seus Diagramas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML. São Paulo: Campus BOOCH, Gady. UML – Guia do Usuário. São Paulo: Campus	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FURLAN, José Davi. Modelagem de Objetos através da UML. São Paulo: Makron Books

Componente Curricular: **Banco de Dados**
EMENTA: Arquitetura geral de um Sistema Gerenciador de Banco de Dados. Introdução aos conceitos de modelagem e abstração de dados. Modelo de Entidade-Relacionamento (MER). Modelo Relacional. Linguagem de declaração e de manipulação: SQL. Integridade e recuperação de dados. Projeto de Banco de Dados Relacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KORTH, Henry F.. SILBERSHCATZ, Abraham; *Sistemas de Banco de Dados*. Elsevier: 5ª Ed., 2006 ELMASRI, Ramez. *Sistemas de Banco de Dados.* Addison Wesley, 4ª Ed., 2005.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DATE, C. J.. *Introdução à Sistemas de Bancos de Dados*. Rio de Janeiro: Ed Campus, 2000

Componente Curricular: **Português Instrumental**
EMENTA:

Produção de textos acadêmicos, artigos de opinião, artigos científicos, relatório e resenhas; Produção e compreensão de manuais técnicos; Desenvolvimento de eficácia comunicativa; Coesão e coerência	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MEDEIROS, J. B. *Português Instrumental*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MACHADO, A. R. [coord]; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Resumo*. 7. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MACHADO, A. R. [coord]; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. *Resenha*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. BELLEZI, C.; JORDÃO, R. *Linguagens: língua, literatura e produção de texto.* São Paulo: Escala Educacional, 2007. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática: texto, reflexão e uso*. São Paulo: Atual, 1998. CUNHA, C.;CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.* Curitiba: Posigraf, 2004. NETO, Pasquale Cipro & INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa.* São Paulo: Scipione, 1997.

Componente Curricular: **Sistemas Operacionais**	
EMENTA: Introdução à Sistemas Operacionais. Histórico e evolução dos Sistemas Operacionais. Arquitetura de Sistemas Operacionais. Componentes de um Sistema Operacional. Serviços de Sistemas Operacionais. Sistema Operacional Windows. Sistema Operacional Linux. Instalação e configuração de Sistemas Operacionais. Segurança.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Francis B. & MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos. TANENBAUM, Andrew. Sistemas Operacionais Modernos. São Paulo, Prentice Halll do Brasil	DAVIS, William S. Sistemas Operacionais- uma visão sistemática. Rio de Janeiro, Campus SILBERSCHATZ, Abraham & Galvin, Peter B. Sistemas Operacionais : Conceitos. São Paulo: Pearson

Componente Curricular: **Empreendedorismo**	
EMENTA: Empreendedorismo; Elaboração de planos de negócios; Análise de características do empreendedor, técnicas de negociação, vendas e marketing e estudo de casos de sucesso e fracasso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DOLABELA, F. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. 1ª ed. São Paulo: Cultura Editores, 1999. FERRARI, R. Empreendedorismo para computação: criando negócios de tecnologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 SERTEK, P. Empreendedorismo. Curitiba: Ibpex, 2007.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BERNARD, L. A. Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas, 2006. CECCONELLO, A. R.; AJZENTAL, A. A construção do plano de negócio. São Paulo: Saraiva, 2008. DOLABELA, F. O segredo de Luiza: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987. PEREIRA, H. J. Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor. Brasília: SEBRAE, 1995.

Componente Curricular: **Estatística Básica**
EMENTA: Conceitos básicos: População e Amostra. Variáveis. Amostragem aleatória simples, por conglomerado, sistemática e amostragem estratificada proporcional e uniforme. Séries Estatísticas: Apresentação de dados. Tabelas de freqüência. Gráficos. Distribuição de Freqüências.

Representação gráfica. Estatística Descritiva: Medidas de Posição. Medidas de dispersão, de Assimetria e de Achatamento. Probabilidade: Experimento aleatório. Espaço amostral. Evento. Análise Combinatória Cálculo de Probabilidades. Regressão Linear. Correlação Linear. Números Índices: Números índices relativos de preço, de quantidade e de valor.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DANTAS, Carlos Alberto Barbosa. Probabilidade : um curso introdutório. São Paulo : Edusp LIPSCHUTZ, Seymor. Probabilidade. São Paulo : Coleção Schaum, McGraw-Hill	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SILVA, Ermes Medeiros da.GONÇALVES, Valter. SILVA, Elio Medeiros da. MUROLO, Afrânio Carlos. Estatística. São Paulo, Atlas

Componente Curricular: **Programação Orientada a Objetos**
EMENTA: Introdução aos conceitos de Orientação a Objetos; Classes, atributos e métodos; Métodos construtores e destrutores; Herança e polimorfismo. Linguagem da Programação Utilizada: Java

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: SIERRA, K. BATES B. Use a Cabeça! Java. Alta Books HORSTMANN, Cay S. *Big Java***.** Porto Alegre: Bookman, 2004. YOURDON, Edward & ARGILA, CARL. Análise de Projeto Orientado a Objetos. São Paulo: Makron Books	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SHLAER, Sally & Mellor, Stephen J. Análise de Sistemas Orientada a Objetos. São Paulo, McGraw-Hill

Componente Curricular: **Análise de Sistemas**
EMENTA:

Diagrama de fluxo de dados (DFD); Princípios de engenharia de software; Análise Orientada a objeto; Especificação, verificação e validação de software; Ferramentas CASE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PRESSMAN, R. S. Engenharia de software. 8ª ed.; São Paulo : Pearson . 2008. SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 9ª ed.; Pearson. 2009.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PAULA FILHO, W.P. Engenharia de Software - Fundamentos, Métodos e Padrões, 2ª ed. LTC. Rio de Janeiro, 2003.

Componente Curricular: **Técnicas de Banco de Dados**	
EMENTA: Conceituação de sistemas de gerência de banco de dados multiusuário. Conceituação e análise de características próprias de sistemas de gerenciamento de banco de dados multiusuário: gerenciamento de transações, controle de concorrência, recuperação de falhas, segurança e integridade de dados. Comparação de abordagens não-convencionais para bancos de dados; integração de bancos de dados e internet	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DATE, C. J.. *Introdução à Sistemas de Bancos de Dados*. Rio de Janeiro: Ed Campus, 2000 KORTH, Henry F.. SILBERSHCATZ, Abraham; *Sistemas de Banco de Dados*. Elsevier: 5ª Ed., 2006	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ELMASRI, Ramez. *Sistemas de Banco de Dados.* Addison Wesley, 4ª Ed., 2005.

Componente Curricular: **Legislação e Ética**
EMENTA: Lei de software. Tratamento e sigilo de dados. Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação. Tipos de sociedades comerciais, código de defesa do consumidor, entidades de classe, leis de informática e contratos de prestação de serviços, regulamentação da profissão, Fundamentos de ética geral. Sociabilidade e historicidade da ética. Semelhanças e diferenças entre normas morais, jurídicas e religiosas. Critérios morais. Ação, liberdade e responsabilidade. Consciência moral e dignidade humana. Problemas éticos da atualidade. Tópicos específicos de ética. Ética profissional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LAMOTTE, Sebastião Nunes. O Profissional de Informática : Aspectos Administrativos e Legais. Porto Alegre, Sagra - DC Luzzatto MASIERO, Paulo Cesar. Ética em Computação. São Paulo : Edusp - Editora da Universidade de São Paulo	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DINIS, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo : Ed. Saraiva

Componente Curricular: **Web Design**	
EMENTA: Conceitos de Web; Arquitetura Web: Clientes Web e Servidores Web. HTML. Webdesign.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: JAMSA, Kris. Programando para World Wide Web. São Paulo: Makron Books.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: WORLD Wide Web Consortium - W3C Recommendation. Disponível na Internet em : http://www.w3c.org.

Componente Curricular: **Metodologia Científica Aplicada a Projetos**	
EMENTA: O método científico. Tipos de conhecimento. Análise textual. Projeto de Pesquisa. Coleta e análise de dados. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Normas da ABNT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. S. Paulo: Saraiva, 2003. MÁTTAR NETO, João Augusto. Metodologia Científica na Era da Informática.S.Paulo: Saraiva, 2003.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia científica. S. Paulo: ed. Atlas, 1998. Edição revista e ampliada.

Componente Curricular: **Técnicas Avançadas de Programação**	
EMENTA: A linguagem Java e sua máquina virtual; Interfaces e processamento de eventos; Programação gráfica na linguagem Java; Fluxo e filtros de dados. Sockets e invocação remota de métodos; Programação concorrente usando threads. Acesso a bancos de dados.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEITEL, Harvey M. *Java: Como Programar*, 6ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. HORSTMANN, Cay S. *Big Java***.** Porto Alegre: Bookman, 2004.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SIERRA, K. BATES B. Use a Cabeça! Java. Alta Books

Componente Curricular: **Programação Web**	
EMENTA: Técnicas de desenvolvimento para Web.Linguagens de programação Web. Desenvolvimento de Sistemas Web.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MARUYAMA, H. TAMURA, K. URAMOTO, N. XML and Java - Developing WEB Applications. Addison-Wesley JAMSA, Kris. Programando para World Wide Web. São Paulo: Makron Books.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Componente Curricular: **Trabalho de Conclusão de Curso**

EMENTA: Elaboração de um projeto que contribua para a melhoria da automação, do desempenho, da eficiência e da racionalização dos serviços administrativos das organizações. Caracterização da natureza e objetivos do projeto. Revisão bibliográfica, análise e projeto, execução de acordo com a escolha realizada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A ser definida de acordo com o projeto a ser desenvolvido	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A ser definida de acordo com o projeto a ser desenvolvido

Componente Curricular: **Tópicos Avançados em Tecnologia da Informação**	
EMENTA: Conceitos Básicos na Gestão da Tecnologia da Informação; Reações Organizacionais; Tomadas de Decisão nas Organizações relacionadas com a Tecnologia da Informação; Comunicação Organizacional; e Gerenciamento do Processo de Negócios.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RODRIGUEZ, M. V. & FERRANTE, A . J. A tecnologia de informação e mudança organizacional. Rio de Janeiro : Infobook. WALTON, R. Tecnologia de Informação : o uso de TI pelas empresas que obtém vantagem competitiva. São Paulo : Atlas.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FERNANDES, A . A . & ALVES, M. M. Gerência estratégica da tecnologia da informação : obtendo vantagens competitivas. Rio de Janeiro : LTC.

Componente Curricular: **Redes**
EMENTA: Estudar o funcionamento de uma rede de Computadores. Conhecer as topologias utilizadas nas redes de computadores. Compreender os parâmetros de desempenho de uma rede. Estratégias de segurança e planos de contingência para uma rede de computadores. Analise aprofundada de protocolos e equipamentos. Dimensionamento de carga elétrica e térmica para um projeto. Elaborar a documentação de uma rede de computadores. Detecção de Problemas em uma rede de computadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
TANENBAUM, Andrew. Redes de Computadores. Rio de Janeiro: Campus COMER, Douglas E. Redes de Computadores e Internet. Porto Alegre: Bookman, 2001.	TORRES, Gabriel. Redes de Computadores – Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel Books

3.11 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está normatizado de acordo com o Anexo I deste documento. Em suma o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve integrar conhecimentos adquiridos ao longo do curso, cabendo ao professor da unidade didática de Iniciação Científica/ e ou Metodologia da Pesquisa, conduzir a organização do trabalho, estabelecer prazos e datas de apresentação e ao professor orientador, recomendar que o tema escolhido seja um assunto ao qual o aluno possua afinidade, acompanhando-o na construção do estudo. Os resultados obtidos devem ser organizados de forma a ser apresentado para uma banca e com arguição pública. O TCC é encarado como critério final de avaliação do aluno.

4. Documentos Anexos:

- Normatização do Trabalho de Conclusão de Curso
- Regulamento de estágio não-obrigatório
- Ata de Aprovação do Conselho Diretor

PROPOSTA DE CURSOS NAS MODALIDADES

FIC, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO NÚMERO:	**23409.000031/2011-34**

NOME DO CURSO: TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

COORDENAÇÃO:

Coordenador: Julyana Salette Biavatti

Telefone: 42 9157 2375 **E-mail: julyana.biavatti@ifpr.edu.br**

Vice-Coordenador:

Telefone: **E-mail:**

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CAMPUS:

Campus Avançado de Irati

TEL:	**HOME-PAGE:**	**E-MAIL:**
	Irati.ifpr.edu.br	

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO:N º134/11

2. CARACTERÍSTICAS DO CURSO

NÍVEL	FIC		TÉCNICO	x	TECNOLÓGICO	

MODALIDADE:	PRESENCIAL x	PROEJA	A DISTÂNCIA

PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES:	ESPECIFICAR (anexar documentação comprobatória):
SIM NÃO x	Nome: Endereço: Telefone: E-mail:

PERÍODO DO CURSO:	INÍCIO: 2011	TÉRMINO: 2013

CARGA HORÁRIA*: 1.292 ESTÁGIO: CARGA HORÁRIA TOTAL:	NÚMERO DE VAGAS: MÍNIMO 20 MÁXIMO 40

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.1 Justificativa da oferta do Curso

A princípio foi ofertado para o Campus Avançado de Irati do IFPR – Instituto Federal do Paraná, o Curso Técnico em Vestuário, onde se buscava desenvolver mão de obra qualificada para o chão de fábrica de indústrias regionais. Após processo seletivo em novembro de 2009, foram realizadas reuniões com lideranças e representantes de órgãos empresariais e governamentais onde a temática era desenvolver mão de obra qualificada para uma visão holística e empresarial empreendedora no segmento têxtil, devido ao fato de existirem poucas indústrias formais na cidade e uma demanda latente para o surgimento de novas empresas e oportunidades no segmento têxtil produtivo e de varejo.

Neste primeiro momento, a direção do campus avaliou as necessidades regionais e locais e juntamente com o corpo docente, reposicionaram o curso para atender a demanda técnica local, observando o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Em substituição ao nome de Curso Técnico do Vestuário, este projeto apresenta a nova terminologia, sendo Curso Técnico de Produção em Moda, que se justifica pela necessidade de atender à demanda local em relação ao mercado globalizado neste setor, mais ainda, a posição geográfica do Estado do Paraná, sobretudo a mesorregião sudeste, em relação ao Mercosul e outros estados vizinhos, fazem com que a profissionalização se torne necessidade premente para a sobrevivência de empresas de confecção, ainda que pequenas ou micros, em face do inevitável acirramento da concorrência nos diversos setores da economia. Sua importância ressalta a indústria de transformação têxtil como sendo um processo de manufatura com os menores impactos ambientais, alto índice de empregabilidade e moderado ou baixo investimento de implantação. Preocupa-se com a formação de profissionais que atendam às necessidades do mercado mundial, onde as fronteiras não se restringem mais aos territórios ou posições geográficas.

Com conhecimentos de toda a cadeia produtiva que envolve a área em questão, bem como o desenvolvimento de produtos gerados pelo processo da pesquisa, entre eles a modelagem, confecção e também o estudo do posicionamento destes produtos para o mercado consumidor, o futuro profissional além do estudo da moda como prática industrial, percebe a importância de questões teóricas que explicam a moda como fenômeno social, psicológico e filosófico, tornando-se num profissional qualificado a empreender em diversos segmentos da moda, como: atacado e varejo de comércio de vestuário, indústria de transformação, atelier e prestação de serviços.

3.2 Objetivos

O Curso Técnico em Produção de Moda tem por objetivo promover a formação básica necessária aos alunos que lhes propicie uma visão geral, sistêmica, holística e multidisciplinar do fenômeno comercial e industrial, com domínio de conhecimentos, habilidades e ferramentas profissionais em permanente preparação. Assim, pretende-se desenvolver suas habilidades, tornando-o apto para tomar decisões, empreender,

promover mudanças e superar desafios oriundos das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Objetivos Específicos

- Preparar e formar profissionais aptos a desenvolver trabalhos junto às indústrias, nas áreas do vestuário, podendo interpretar tendências, criar coleções e orientar a execução das mesmas;
- Preparar e formar profissionais aptos a pesquisar a matéria prima existente no mercado brasileiro e internacional, explorando suas possibilidades para se conseguir um produto de alta qualidade.
- Conscientizar o profissional da necessidade de se alcançar padrão de qualidade que firme cada vez mais a posição da indústria de moda.
- Formular uma ética profissional e mobilizar para o reconhecimento da profissão.
- Propiciar ao aluno a oportunidade de se qualificar profissionalmente, tanto para atender às empresas da região quanto para constituir a sua própria;
- Conhecer aspectos de gestão administrativa quanto a custos, normas, marketing, recursos humanos, sistemas de qualidade, saúde e segurança;
- Conhecer e gerenciar a produção de um setor de confecção: corte, costura e métodos de engenharia de produto;
- Conhecer os procedimentos de formulação de um plano de negócios, bem como os procedimentos necessários para a regularização deste;
- Conhecer softwares de: encaixe de moldes, construção de modelagens, design gráfico, planilhas, editor de textos, internet e afins;
- Estar apto a desenvolver modelagem plana e informatizada, observando as normas em vigor, aliando os conhecimentos antropométricos e ergonômicos.
- Criar e desenvolver novos produtos relativos à indústria têxtil de confecção, compreendendo a pesquisa de moda e matéria-prima, desenvolvimentos de projetos e elaboração de fichas técnicas;
- Saber pesquisar e analisar resultados psicográficos, geográficos, demográficos e comportamentais dos nichos de mercado para melhor desenvolver e entregar

produtos e valores de moda;

3.3 Requisitos de acesso

O requisito de acesso para o curso Técnico em Produção de Moda é o processo seletivo regulamentado através da Pró-Reitoria de Ensino Pesquisa e Pós graduação e ter o ensino médio completo.

3.4 Perfil profissional de conclusão

O Egresso do curso Técnico em Produção de Moda é caracterizado por uma formação profissional atualizada fundamentada nos conhecimentos técnico-científicos, bem como nos princípios éticos e humanísticos voltados à cidadania. Neste sentido, ele se revela como um profissional capaz de reconhecer os problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

A partir das competências e das habilidades gerais do egresso do Curso de Técnico em Produção de Moda, consoante o que dispõe o art. 07 da Resolução CNE/CES n.º 3, de 18/12/2002, “deve ser assegurado, no perfil do formando egresso a capacidade de mobilizar, articular, e colocar em ação conhecimentos, habilidades atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atitudes requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento técnico”.

Tem por característica a capacidade do trabalho em conjunto, conhecimento técnico e capacidade de mobilização destes conhecimentos, para atuar no mercado de trabalho de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos sócio-culturais, além de demonstrar segurança e flexibilidade na tomada de decisões. Considera-se autêntico o egresso Técnico em Produção de Moda, aquele que assume uma postura ética responsável, que respeite as diferenças e exerça seus direitos

relativos a áreas em que atua. Segundo o CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o profissional de produção de moda “coordena a montagem de ambientes para divulgação da moda, estabelecendo uma relação direta entre produto e consumidor por intermédio de catálogos, desfiles e meios de comunicação em geral. Pesquisa tendências de moda, de mercado e de lançamentos para construção dos estilos e sua composição visual. Elabora a composição de *looks* direcionados para produção publicitária, vitrines, exposições, desfiles, entre outros tipos de apresentação pública de estilo”.

Deve demonstrar interesse em buscar novas soluções para os problemas vividos dentro das indústrias e comércio de confecção relacionada à tecnologia e ao meio ambiente, pautando suas ações em seus conhecimentos adquiridos aliados à criatividade, visando atender às necessidades do mercado consumidor. Conforme o CNCT, o profissional técnico em produção de moda tem como possibilidade de atuação: “Indústria de confecção do vestuário. Empresas de desenvolvimento de produtos. Lojas, estúdios. Prestação de serviços como autônomo”.

Ao final do curso, o formando deverá ser capaz de:

- Aplicar os métodos da tecnologia da costura;
- Desenvolver pesquisas de novos produtos;
- Executar técnicas de desenho de moda;
- Gerenciar pessoas na indústria e comércio do vestuário;
- Montar moldes para a indústria do vestuário;
- Inspecionar a qualidade na produção do vestuário;
- Planejar e controlar o processo de produção e logística;
- Analisar necessidade de acabamento e acessórios;
- Elaborar relatórios de custos no processo de produção da indústria e comércio da confecção;
- Elaborar ficha técnica de produto;
- Saber comprar produtos de moda para revender;
- Desenvolver vitrines e elementos expositivos de produtos do vestuário;

- Criar logomarcas, identidade visual e catálogos;
- Elaborar planos de negócios para novos empreendimentos e expansão do mesmo;
- Conhecer segmentações de mercado e posicionamento de marcas e produtos;
- Saber organizar e promover eventos de moda, tais como desfiles, lançamentos de coleções, workshops e afins.

3.5 Critérios de avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares do curso Técnico em Produção em Moda será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. Desta forma a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e integradora, tendo como princípio fundamental o desenvolvimento da consciência crítica e constituindo instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, com o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Com base na Portaria nº 120, de 6 de agosto de 2009 do IFPR, que estabelece os critérios de avaliação pelo instituto, esta deverá contemplar os seguintes critérios:

- Diagnóstico e registro do progresso do aluno e suas dificuldades;
- Realização da auto-avaliação pelo aluno e professor;
- Orientação ao aluno quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades;
- Utilização de seus resultados para planejar e reavaliar os conteúdos curriculares;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Utilização funcional do conhecimento;
- Divulgação das exigências da tarefa antes da sua avaliação;
- Exigência dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo;

- Apoio disponível a aqueles que têm dificuldades;
- Discussão e correção dos erros mais importantes sobre a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades.

A avaliação do desempenho escolar é realizada por componentes curriculares e bimestres, considerando-se os aspectos assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios. A assiduidade trata da freqüência as aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, que não devem ser inferior a 75% das aulas dadas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas.

Em termos quantitativos, estas atividades avaliativas serão mensuradas da seguinte forma: as avaliações das disciplinas podem ser fracionadas pelo docente em atividades realizadas durante o período bimestral somada a uma avaliação oficial, sendo estas componentes de conceitos obtidos pelo aluno que serão de: A, B, C, e D, onde D corresponde à nota insuficiente à necessária para a aprovação e C a nota suficiente necessária para a continuação do processo ensino aprendizagem. Esta avaliação está pautada na Portaria nº 120, citada anteriormente, onde determina que será proporcionado pelo professor ao aluno ferramentas para a melhoria e recuperação destes conceitos, após a verificação destas dificuldades, podendo utilizar o Estágio Não Obrigatório como ferramenta de recuperação de conceito (Regulamento em Anexo).

Paralelamente a matriz curricular e como requisito para obtenção do título de Técnico em Produção de Moda, o discente deverá cumprir estágio supervisionado observacional obrigatório com a formulação de relatórios conforme apresentado no Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Produção de Moda (em anexo), sendo finalizado com o desenvolvimento e apresentação do T.C.C. (Trabalho de Conclusão de Curso). Encontram-se em anexo o Regulamento do Estágio Supervisionado Observacional Não-obrigatório do Curso Técnico em Produção de Moda.

3.6 Critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências anteriormente desenvolvidas

O aproveitamento de estudos compreende a possibilidade de aproveitamento d disciplinas anteriores compreende a possibilidade de aproveitamento de disciplinas cursadas em outro curso de educação profissional técnica de nível médio ou em curso de ensino superior. Com vistas ao aproveitamento de estudos, a avaliação recairá sobre a correspondência entre as ementas, os programas e a carga horária das disciplinas cursadas na outra instituição e as do curso do IFPR. A carga horária cursada não deverá ser nunca inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR.

Quanto à certificação de conhecimentos, de acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB Nº 04/99, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Os procedimentos para a certificação de conhecimentos neste curso poderá compreender avaliação teórico-prática, entrevista e análise do histórico escolar, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

3.7 Instalações e equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca

O curso Técnico em Produção de Moda disponibilizará da seguinte estrutura:

- Laboratório de Desenho e Modelagem Plana;
- Laboratório de Costura e Acabamentos;
- Laboratório de Informática;
- Biblioteca com acervo de livros e periódicos atualizados;

3.8 Pessoas envolvidas: docentes e técnicos

Constituem o quadro de Recursos Humanos do Curso Técnico em Produção de Moda, os docentes e técnicos administrativos:

a) Julyana Salette Biavatti: Tecnóloga em Gestão de Moda com Especialização em

Gestão de Moda pela Unipar – Universidade Paranaense. Docente efetiva do Curso e Coordenadora do Curso Técnico em Produção de Moda;

b) Marcos Paulo Rosa: Bacharel em Administração com Especialização em Gestão de Moda pela Unipar – Universidade Paranaense. Docente efetivo do Curso Técnico em Produção de Moda;

c) Celso Luis Buiar: Bacharel e licenciatura plena em Matemática, mestre em Engenharia Mecânica pela PUC – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Diretor do Campus Avançado de Irati e Docente colaborador do Curso Técnico em Produção de Moda;

d) Sheila Cristiana de Freitas: Bacharel em Informática com Especialização em Desenvolvimento de Sistemas Web e Docência em Ensino Superior pela Universidade Positivo. Diretora de Ensino do Campus Avançado de Irati e Docente colaboradora do Curso Técnico em Produção de Moda;

e) Simara Cristiane Braatz: Licenciatura em Letras pela UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, com Especialização em Ensino de Língua Inglesa pela mesma instituição. Docente colaboradora do Curso Técnico em Produção de Moda;

f) O curso conta com a colaboração dos assistentes administrativos: Naudiele Costa e Maysa Anciuti Kaminski que prestam serviços para os cursos do Campus Avançado de Irati.

3.9 Descrição de diplomas e certificados a serem expedidos

Após concluir integralmente a matriz curricular do curso técnico de nível médio na forma subsequente e da prática profissional, será conferido ao concluinte do curso o diploma de Técnico em Produção de Moda, área Produção Cultural e Design.

3.10 Organização Curricular

3.10.1 Módulos

MÓDULO 1: Módulo Fundamentos da Moda		
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA	
	Carga horária semanal (h/aula)	Carga horária semestral (h/aula)
DESENHO DE MODA I	04	68
DESIGN E CRIAÇÃO DE PRODUTOS DE MODA I	04	68
INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	02	34
MATEMÁTICA APLICADA E DESENHO GEOMÉTRICO	02	34
MATERIAIS TÊXTEIS APLICADOS NA MODELAGEM	04	68
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	02	34

MÓDULO 2: Módulo Design e Criação		
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA	
	Carga horária semanal (h/aula)	Carga horária semestral (h/aula)
DESENHO DE MODA E REPRESENTAÇÃO VISUAL	03	51
DESIGN E CRIAÇÃO DE PRODUTOS DE MODA II	03	51
HISTÓRIA DA MODA	02	34
INGLÊS INSTRUMENTAL	02	34
MATERIAIS TÊXTEIS APLICADOS A MODELAGEM II	03	51
PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO	02	34

TECNOLOGIA DA CONFECÇÃO	02	34

MÓDULO 3: Módulo Planejamento		
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA	
	Carga horária semanal (h/aula)	Carga horária semestral (h/aula)
EMPREENDEDORISMO I	02	34
GESTÃO DA PRODUÇÃO	02	34
MARKETING E VITRINISMO	04	68
MATEMÁTICA FINANCEIRA E CUSTOS	02	34
METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS I	02	34
MODELAGEM E DESENHO TÉCNICO I	04	68
PLANO DE NEGÓCIOS I	02	34
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	02	34

MÓDULO 4: Módulo Prática Profissional		
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA	
	Carga horária semanal (h/aula)	Carga horária semestral (h/aula)
DESENHO TÉCNICO INFORMATIZADO	04	68
EMPREENDEDORISMO II	02	34

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS II	02	34
PLANO DE NEGÓCIOS II	02	34
SOFTWARES DE DESIGN E VISUALIZAÇÃO	04	68
TECNOLOGIA DA COSTURA	02	34
TECNOLOGIA DA MODELAGEM INFORMATIZADA	02	34
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	02	34
TOTAL GERAL		1292

3.10.2 Ementas das Unidades Didáticas

UNIDADE DIDATICA: **Desenho de Moda I**	
EMENTA: Exercício da coordenação motora; Proporção e construção das partes da figura humana; Anatomia humana; Estudo do cânone de proporção; Estrutura da figura humana; Figura humana em movimento; Figura estilizada; Figura vestida; Desenho de observação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FERNANDEZ, A. **Desenho para designers de moda: Coleção aula de desenho profissional**. 1 ed. Portugal: Estampa, 2008. KUKY, E. D.; PACI, T. **La figura nella moda: corso di grafica professionale per stilisti e fashion designer.** 6 ed. Milão: Ikon, 2006. MORRIS, B. **Fashion illustrator: manual do ilustrador de moda.** São Paulo: Cosac & Naify, 2007.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: JONES, S. J. **Fashion design: manual do estilista.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005. TREPTOW, D. **Inventando moda**: **planejamento de coleção.** 2ª ed. Brusque: Do autor, 2003.

UNIDADE DIDATICA: **Design e Criação de Produtos de Moda I**	
EMENTA: Classificação das empresas de vestuário; Definição da política empresarial; Etapas desenvolvimento e produção do vestuário; Setores do processo de produção do vestuário; A pesquisa de moda e sua finalidade; Fontes de pesquisa, materiais, formas. Processo do desenvolvimento do design: concepção do produto, processos criativos; Concepção do conceito; Aplicação do memorial descritivo.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ABRANCHES, G. P.; BRASILEIRO JÚNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar**. Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT. 1990. BAXTER, M. **Projeto de Produto – Guia prático para o design de novos produtos**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. RIGUEIRAL, C.; RIGUEIRAL, F. **Design & moda: como agregar valor e diferenciar sua confecção**. São Paulo: IPT; Brasília, DF: Ministério da Indústria e Comércio, 2002. TREPTOW, D. **Inventando moda**: **planejamento de coleção.** 2ª ed. Brusque: Do autor, 2003.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: JONES, S. J. **Fashion design: manual do estilista.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005. CALDAS, D. **Observatório de sinais: teoria e prática da pesquisa de tendências.** Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2004. FEGHALI, M.; SCHIMD, E. **O ciclo da moda.** Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2008. FEGHALI, M. K.; DWYER, D. **As engrenagens da moda**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2001.

UNIDADE DIDATICA: **Introdução à Informática**	
EMENTA: Conceitos básicos de informática; Noções de *hardware*; Sistema operacional; Editor de textos; Planilha eletrônica; Internet; Programa de apresentação.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: BRAGA, W. **Informática Elementar: Windows XP, Excel 2003 e Word 2003.** São Paulo: Alta Books. DA SILVA, M.G. **Terminologia Básica,**	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MANZANO, M. I. N. G. ; MANZANO, A. L. N. G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**.

Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office Power Point 2003. São Paulo: Erica. VELLOSO, F.C. **Informática: Conceitos Básicos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.	Érica, 2007.

UNIDADE DIDATICA: **Matemática Aplicada e Desenho Geométrico**	
EMENTA: Contagem e numeração; Números decimais, medidas de comprimento, medidas de massa, unidades de volume, unidades de capacidade e peso especifico; Operações com números decimais; Frações; Medidas do sistema Inglês, polegadas, pé, jarda, onças e suas transformações; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Figuras planas: perímetro e área; Desenho geométrico, ponto de fuga e perspectiva.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: HOFFMANN, L. D. **Cálculo – Um Curso Moderno e suas Aplicações.** 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. ANTAR NETO, A. **Matemática básica**. São Paulo: Atual, 1991. BEZERRA, M. J. **1920 – Geometria**. Rio de Janeiro: Fename, 1982.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SMOLE, K. S. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001. MARMO, Carlos. **Desenho Geométrico.** São Paulo: Editora Nobel. CARVALHO, Benjamim de A. **Desenho Geométrico.** Rio de Janeiro: Ed. Livro Técnico S.A., 1992.

UNIDADE DIDATICA: **Materiais Têxteis Aplicados à Modelagem I**
EMENTA: Identificação de fibras: naturais, sintéticas e artificiais; estrutura da cadeia têxtil; Tipos de tramas; Aplicação dos aviamentos; Introdução aos elementos básicos da

modelagem plana; Estudo de tabela de medidas; traçado básico do corpo; Identificação e sinalização dos moldes; Abordagem: modelagem feminina (saia, blusa e calça) e masculina (camisa e calça).	
BIBLIOGRAFIA BASICA: AGUIAR NETO, P. P. **Fibras Têxteis.** Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1996. DUARTE, S. ; SAGGESE, S. **Modelagem industrial brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 1998. ERHARDT, T. **Curso Técnico Têxtil** vol. 1 e 2**.** São Paulo: EDUSP, 1976. SABRA, F. **Modelagem: tecnologia em produção de vestuário.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRANCHES, G.P.; BRASILEIRO JUNIOR, A. **Manual de Gerência de Confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt,1990. PESSOA, M. **Modelagem plana masculina: métodos de modelagem.** São Paulo: SENAC,2003. FULCO, P.; ALMEIDA SILVA, R. L. **Modelagem plana feminina**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

UNIDADE DIDATICA: **Português Instrumental**	
EMENTA: A linguagem e sua estrutura; Teoria da comunicação: funções de linguagem nos textos técnicos; Textos: níveis de leitura, tipologia textual, produção de textos, memorial descritivo e release.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ALVES, F. **Dicionário de Expressões Estrangeiras: correntes na língua portuguesa.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. SILVA, L. de A. **Redação: qualidade na comunicação escrita**. Curitiba: Ibpex, 2005. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**: **leitura e redação.** 16ª ed. São Paulo: Ática, 2003.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa, Ed. 70, 2000 DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. Ed. Martins Fontes MANGUEL, A. **Lendo Imagens**. SP. Companhia das Letras, 2001.

UNIDADE DIDATICA: **Desenho de Moda e Representação Visual**	
EMENTA: Ilustração colorida de moda; Desenho de planejamento; Compreensão e representação do caimento de tecidos; Representação do vestuário feminino, masculino e infantil; Representação de detalhes, Texturas e estamparias; Estudo da cor; elementos da linguagem e comunicação visual; Criação e interpretação de mensagem visuais; Elementos de composição; Elaboração de portifólio e dossiê.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: FERNANDEZ, A. **Desenho para designers de moda: coleção aula de desenho profissional**. 1ª ed. Portugal: Estampa, 2008. KUKY, E. D.; PACI, T. **La figura nella moda: corso di grafica professionale per stilisti e fashion designer.** 6 ed. Milão: Ikon, 2006. JONES, S. J. **Fashion design: manual do estilista.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORRIS, B. **Fashion illustrator: manual do ilustrador de moda.** São Paulo: Cosac & Naify, 2007 TREPTOW, D. **Inventando moda**: **planejamento de coleção.** 2ª ed. Brusque: Do autor, 2003

UNIDADE DIDATICA: **Design e Criação de Produtos de Moda II**	
EMENTA: Princípios do design; Elementos do design; Ciclos de vida do Produto; Níveis da hierarquia de produtos; Mix de moda; Mix de produto; Cronograma de desenvolvimento;	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ABRANCHES, G. P.; BRASILEIRO JÚNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar**. Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT. 1990. BAXTER, M. **Projeto de Produto – Guia prático para o design de novos produtos**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. RIGUEIRAL, C.; RIGUEIRAL, F. **Design & moda: como agregar valor e diferenciar**	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CALDAS, D. **Observatório de sinais: teoria e prática da pesquisa de tendências.** Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2004. FEGHALI, M.; SCHIMD, E. **O ciclo da moda.** Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2008. FEGHALI, M. K.; DWYER, D. **As engrenagens da moda**. Rio de Janeiro:

sua confecção. São Paulo: IPT; Brasília, DF: Ministério da Indústria e Comércio, 2002. TREPTOW, D. **Inventando moda**: **planejamento de coleção.** 2ª ed. Brusque: Do autor, 2003.	SENAC Rio, 2001. JONES, S. J. **Fashion design: manual do estilista.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

UNIDADE DIDATICA: **História da Moda**	
EMENTA: O processo histórico e evolutivo da moda; A moda do século XX; Os principais estilistas do século XX, suas características e influências na moda atual.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: CATELLANI, R. J. **Moda Ilustrada de A a Z**. São Paulo: Manole, 2003. BRAGA, J. **História da Moda: uma narrativa.** São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004. LAVER, J. **A roupa e a moda: uma história concisa.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: O'HARA, **Georgina Enciclopedia da moda: de 1840 a decada de 80.** trad. Gloria Maria de Mello Carvalho. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2002 KOHLER, C. **História do Vestuário.** SP, Martins Fontes BAUDO, T.F. **Moda do Século** SP, Cosas & Naify

UNIDADE DIDATICA: **Inglês Instrumental**	
EMENTA: Estratégia de leitura; Elementos gramaticais; Utilização do dicionário; Terminologias técnicas da moda.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: JAFFE, H.; RELIS N. **Draping for fashion design.** New Jersey: Prentice-Hall, 2000. TATHAM, C.; SEAMAN, J. **Fashion design drawing course: principles, practice, and techniques: the ultimate guide for the**	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORRIS, B. **Fashion illustrator: manual do ilustrador de moda.** São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

aspiring fashion artist. New York: Barron's, 2003. JOSEPH-ARMSTRONG, H. **Patternmaking for fashion design.** New Jersey: Prentice Hall, 2000.	GIOELLO, DEBBIE ANN**. Fashion production terms .**New York: Fairchild, 2002

UNIDADE DIDATICA: **Materiais Têxteis Aplicados a Modelagem II**	
EMENTA: Diferenciação de tipos de tecidos e malhas; Padronagens de tecidos e malhas; Aplicação de aviamentos; Técnica de modelagem em malharia; Graduação de moldes;	
BIBLIOGRAFIA BASICA: DUARTE, S.; SAGGESE, S. **Modelagem industrial brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 1998. AGUIAR NETO, P. P. **Fibras Têxteis.** Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1996. RIBEIRO, L. G. **Introdução a Tecnologia Têxtil.** Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1984. SABRA, F. **Modelagem: tecnologia em produção de vestuário.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRANCHES, G.P.; BRASILEIRO JUNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1990. PESSOA, M. **Modelagem plana masculina: métodos de modelagem**. São Paulo: SENAC, 2003. FULCO, P.; ALMEIDA SILVA, R. L. **Modelagem plana feminina**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

UNIDADE DIDATICA: **Planejamento e Controle de Produção**	
EMENTA: Teorias da administração científica e contemporânea; Teoria de planejamento e projetos descritivos; Teoria de tempos e métodos em processos produtivos; Teoria do modelo japonês de produção industrial (MJPI); Tecnologia da indústria do vestuário.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRANCHES, G.P.; BRASILEIRO JUNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a**

GAITHER, N. FRAZIER, G. **Administração da Produção e Operações**. 8ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. SLACK, N. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.	**indústria de confecções de estrutura elementar.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1990. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção**. São Paulo: Saraiva, 2005

UNIDADE DIDATICA: **Tecnologia da Confecção**	
EMENTA: estudo do processo de fabricação de produtos têxteis: moldes, enfesto, corte, costura, acabamento, estocagem e expedição. Ficha Técnica. Controle de qualidade, planejamento de produção, tipos e funções específicas dos equipamentos utilizados em confecções. Estudo de máquinas e equipamentos utilizados nos processos produtivos da confecção, tipos e funções específicas dos equipamentos de corte, costura e acabamento; Acessórios e tecnologias; Métodos e processos de confecção adequados ao produto produzido, layout.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ABRANCHES, G. P., BRASILEIRO JÚNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar.** Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1990. ARAÚJO, M. **Tecnologia do Vestuário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. FERREIRA, P. M. D. **Controle de qualidade na indústria de confecção**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CNI-Senai-Cetiqt, 1987.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AITHER, N. FRAZIER, G. **Administração da Produção e Operações**. 8ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção**. São Paulo: Saraiva, 2005

UNIDADE DIDATICA: **Empreendedorismo I**
Perspectiva gerencial local; Estratégias de globalização de empresas; Gestão participativa;

Potencial empreendedor; Criatividade e inovação.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: SERTEK, P. **Empreendedorismo**. Curitiba: Ibpex, 2007. DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** 1ª ed. São Paulo: Cultura Editores, 1999. DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PEREIRA, H. J. **Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor.** Brasília: SEBRAE, 1995 FERREIRA, P. M. D. **Controle de qualidade na indústria de confecção**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CNI-Senai-Cetiqt, 1987.

UNIDADE DIDATICA: **Gestão da Produção**	
EMENTA: Teorias da administração clássica; Administração sobre enfoque sistêmico; Estrutura organizacional do setor produtivo; Tecnologia de manufatura e produção; Qualidade e produtividade; Ciclo produtivo e sistemas	
BIBLIOGRAFIA BASICA: PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade no processo: a qualidade na produção de bens e serviços**. São Paulo: Atlas, 1995. MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Pioneira, 2001. CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABRANCHES, G. P., BRASILEIRO JÚNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar.** Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1990.

UNIDADE DIDATICA: **Marketing e Vitrinismo**	
EMENTA: Conceitos gerais sobre marketing; Teorias sobre os compostos de marketing; Segmentações; Conceito sobre plano estratégico; Conceitos de marketing direto; Plano de marketing; Mix de produto; Técnicas de exposição e iluminação; Direitos dos Consumidores; Arquitetura e técnicas visuais; Recursos digitais e móveis;	
BIBLIOGRAFIA BASICA: DRUCKER, P. F. **Administrando para o futuro**. São Paulo: Pioneira, 1992. DEMETRESCO, Sylvia. **Vitrina: construção de encenações**. São Paulo: SENAC, 2001 HIAM, A. **Marketing: o jeito divertido de aprender.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KOTLER, P. ; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. KOTLER, P. **Administração de marketing.** 12ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. SCHIMID, Erika. **Marketing de Varejo de Moda**. São Paulo: Qualitymark, 2004.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LAS CASAS, A. L. **Marketing de Serviços.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo, Prentice Hall, 2000. KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. São Paulo: Futura, 2000.

UNIDADE DIDATICA: **Matemática Financeira e Custos**	
EMENTA: Esquema básico de contabilidade de custos; Classificação dos gastos; Apuração e rateio dos custos dos produtos vendidos; Custo com material e mão-de-obra; Custo de aquisição de mercadorias; Impostos; Juros e Amortizações; Método de avaliação de fluxo de caixa; Desconto simples e capitalização composta; Operações financeiras realizadas no mercado.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: VERAS, L. L. **Matemática Financeira.** 4ª ed.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

São Paulo: Atlas, 2001. VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática Financeira.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. PUCCINI, A. L.; PUCCINI, A. **Matemática Financeira Objetiva e Aplicada**. Edição Compacta. São Paulo: Saraiva, 2006.	DANTE, L. R. **Matemática – Contexto e Aplicações.** 2 ed. São Paulo: Ática, 2004. IEZZI, G. *et al.* **Matemática- Ciências e Aplicações.** São Paulo: Atual, 2001. PACCOLA, H. ; BIANCHINI, E. **Curso de Matemática.** Volume Único. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003. PAIVA, Manoel. **Matemática**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

UNIDADE DIDATICA: **Metodologia para Elaboração de Projetos I**	
EMENTA: Fundamentos da Metodologia Científica; Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos; Métodos e técnicas de pesquisa; O Projeto de Pesquisa; A Comunicação Científica.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. KOCHE, J.C. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica** .5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. CARVALHO, Alex Moreira. **Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação**. 2. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

UNIDADE DIDATICA: **Modelagem e Desenho Técnico I**

EMENTA: Técnicas de modelagem de calça, blusas e camisas; Interpretação e execução de modelos do vestuário masculino, feminino e infantil em tecido plano, com uso de ficha técnica; Graduação de moldes; Princípios da construção do desenho técnico; Planificação do vestuário em escala; Projeções do vestuário; Representação gráfica manual, planificada do desenho; Elaboração de ficha técnica.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ARAÚJO, M. **Tecnologia do Vestuário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. DUARTE, S.; SAGGESE, S. **Modelagem industrial brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 1998 LEITE, A. S.; VELLOSO, M. D. **Desenho técnico de roupa feminina**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. PENTEADO, José Arruda. **Curso de Desenho**. São Paulo: SENAC, 1996 PEREIRA, Aldemar. **Desenho Técnico Básico.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990. SABRA, F. **Modelagem: tecnologia em produção de vestuário.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FRENCH, /Thomas E. **Desenho Técnico.** Ed. Globo. Porto Alegre, 1975. ESTEPHANIO, Carlos. **Desenho Técnico Básico**. Rio de janeiro: Ed. Do Livro Técnico S.A., s/d. ABNT – Normas do Desenho Técnico (NBR – 10067, NBR – 10068, NBR – 10582, NBR – 10126, NBR – 12298, NBR – 8403, NBR – 8402, NBR – 8196, NBR – 13142)

UNIDADE DIDATICA: **Plano de Negócios I**	
EMENTA: A necessidade do plano de negócios e o diagnóstico; Fundamentação para a proposição do plano; Projeto conceptual; Viabilidade econômica financeira; Estrutura;	
BIBLIOGRAFIA BASICA: CECCONELLO, A. R.; AJZENTAL, A. **A construção do plano de negócio.** São Paulo: Saraiva, 2008.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SÁ, Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo, 3ED. VER. 2000.

DOLABELA, F. **O segredo de Luiza: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008. BERNARD, L. A. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação.** São Paulo: Atlas, 2006.	

UNIDADE DIDATICA: **Desenho Técnico Informatizado**	
EMENTA:;Princípios da construção do desenho técnico; Planificação do vestuário em escala; Projeções do vestuário; Teoria da cor; Técnicas básicas de ilustração; *Softwares* gráficos aplicados na moda; Desenho de moda com apoio de sistema computadorizado; Ficha técnica com apoio de sistema computadorizado.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: LEITE, A. S. ; VELLOSO, M. D. **Desenho técnico de roupa feminina**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. PEDROSA, I. **O Universo da cor**. Rio de Janeiro: SENAC, 2003. ROCHA, T. **Corel Draw X3**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DRUDDI, E.; PACI, T. **Dibujo de figurines para el diseño de moda**. Amsterdam: The Pepin Press, 2001. FERNANDEZ, G.R. **Illustration for fashion design: 12 steps to the fashion figure**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

UNIDADE DIDATICA: **Empreendedorismo II**
EMENTA:; Identificando oportunidades; Macroambiente e microambiente das organizações; Elementos dos ambientes e suas influencias; Critérios competitivos;

BIBLIOGRAFIA BASICA:	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SERTEK, P. **Empreendedorismo**. Curitiba: Ibpex, 2007. DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** 1ª ed. São Paulo: Cultura Editores, 1999. DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios.** 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987. PEREIRA, H. J. **Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor.** Brasília: SEBRAE, 1995.	CHIAVENATO. Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006. DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: ransformando idéias em negócios**. 2 Ed. – Rio de Janeiro. Editora Campus, 2005.

UNIDADE DIDATICA: **Metodologia para Elaboração de Projetos II**	
EMENTA: Fundamentos da metodologia científica; Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; Métodos e técnicas de pesquisa; O projeto de pesquisa; A comunicação científica.	
BIBLIOGRAFIA BASICA:	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. KOCHE, J.C. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas.	BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica** .5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. CARVALHO, Alex Moreira. **Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação**. 2. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

UNIDADE DIDATICA: **Plano de Negócios II**	
EMENTA:; Construção do plano de negócios; Análise de demandas e ofertas; Análise de concorrência e ambientes; Concepção de negócios e plano de marketing; Montar um plano de negócios.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: CECCONELLO, A. R.; AJZENTAL, A. **A construção do plano de negócio.** São Paulo: Saraiva, 2008. DOLABELA, F. **O segredo de Luiza: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008. BERNARD, L. A. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação.** São Paulo: Atlas, 2006	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SÁ, Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo, 3ED. VER. 2000.

UNIDADE DIDATICA: **Softwares de Design e Visualização**	
EMENTA:; *Softwares* gráficos aplicados na moda; Desenho de moda vetorizado; Desenvolvimento de materiais gráficos e ilustrações; Logomarcas e Identidade Visual.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ROMANATO, D. **Desenhando moda com corel draw.** Rio de Janeiro: Brasport, 2008. FONTOURA, M. ; ALVES, M. N**. Mídia e produção audiovisual: uma introdução.** Curitiba: Ibpex, 2008. ROCHA, T. **Corel draw X3**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LOBACH, Bernd. **Design Industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. Barcelona: Edgard Blucher, 2000. TREPTOW, D. **Inventando moda**: **planejamento de coleção.** 2ª ed. Brusque: Do autor, 2003

UNIDADE DIDATICA: **Tecnologia da Modelagem Informatizada**	
EMENTA: Técnicas de utilização das ferramentas do sistema CAD/CAM: ferramentas básicas, desenvolvimento de modelagem com o uso do sistema; Digitalização; Graduação, encaixe, *plotagem* de moldes automatizados.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: DUARTE, S. ; SAGGESE, S. **Modelagem industrial brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 1998. HEINRICH, D. P. **Modelagem & técnicas de interpretação para confecção industrial**. Novo Amburgo: FEEVALE, 2005. PESSOA, M. **Modelagem plana masculina**: **métodos de modelagem.** São Paulo: SENAC, 2003.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: OMURA, George. **Dominando o AutoCAD R 2000**. Rio de Janeiro : LTC, 2000.

UNIDADE DIDATICA: **Tecnologia da Costura**	
EMENTA: Estudo de máquinas e equipamentos utilizados nos processos produtivos da confecção, tipos e funções específicas dos equipamentos de corte, costura e acabamento; Acessórios e tecnologias; Métodos e processos de confecção adequados ao produto produzido; Prática de costura em tecido plano e malharia; Utilização de aparelhos e acessórios; Montagem de peças do vestuário.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: ABRANCHES, G. P., BRASILEIRO JÚNIOR, A. **Manual de gerência de confecção: a indústria de confecções de estrutura elementar.** Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt, 1990. ARAÚJO, M. **Tecnologia do Vestuário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. FERREIRA, P. M. D. **Controle de qualidade**	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AITHER, N. FRAZIER, G. **Administração da Produção e Operações**. 8ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção**. São Paulo: Saraiva, 2005

na indústria de confecção. 1ª ed. Rio de Janeiro: CNI-Senai-Cetiqt, 1987.	

UNIDADE DIDATICA: **Estágio Supervisionado I**	
EMENTA: orientação básica sobre a disciplina de Estágio Supervisionado. Convívio com a realidade produtiva das diversas áreas do setor de moda através da observação e geração de relatório de estagio.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: GIL, A. C. **Métodos e Processos de pesquisa Social**. São Paulo, 5ª edição, Editora Atlas, 1999.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

UNIDADE DIDATICA: **Estágio Supervisionado II**	
EMENTA: Estágio de observação e geração de relatório de estágio, estudo de caso, estudo das práticas relacionadas à área estudada. Orientação para geração de trabalho de conclusão de curso. Geração de trabalho de conclusão de curso.	
BIBLIOGRAFIA BASICA: GIL, A. C. **Métodos e Processos de pesquisa Social**. São Paulo, 5ª edição, Editora Atlas, 1999.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

3.11 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve integrar conhecimentos adquiridos ao longo do curso, cabendo ao professor da unidade didática **de Iniciação Científica/ e ou Metodologia da Pesquisa**, conduzir a organização do trabalho, estabelecer prazos e

datas de apresentação e ao professor orientador, recomendar que o tema escolhido seja um assunto ao qual o aluno possua afinidade, acompanhando-o na construção do estudo. Os resultados obtidos devem ser organizados de forma a ser apresentado para uma banca e com arguição pública. O TCC é encarado como critério final de avaliação do aluno.

O aluno deverá apresentar o trabalho contemplando os seguintes itens:

- Introdução: deve ser feita uma descrição sobre o estudo, a sua importância e a motivação para o estudo, delimitando o tema de estuda na literatura científica.
- Desenvolvimento: objetivos; revisão de literatura e metodologia.
- Conclusão: análise, discussão e interpretação; e ainda possíveis sugestões para trabalhos futuros.
- Bibliografia:

As normas que se referem a trabalhos acadêmicos do IFPR deverão permear todo o trabalho.

No TCC o aluno será avaliado de acordo com os seguintes critérios:

- Exposição do trabalho (A,B,C,D)
- Conhecimento sobre o tema (A,B,C,D)
- Elaboração do texto (A,B,C,D)

A apresentação do trabalho acontecerá conforme calendário (dia e horário) organizado pela Coordenação de Curso em conjunto com o professor orientador. A banca será composta pelo professor orientador, pelo professor da disciplina ou outro representante do colegiado de curso assim indicado e por um professor convidado, podendo inclusive ser um professor externo à instituição. Todos serão responsáveis por avaliar o trabalho.

4. Documentos Anexos:

Deverão integrar o documento os seguintes documentos:

- Regulamento de estágio (obrigatório e/ou não obrigatório)
- Ata de Aprovação do Conselho Diretor

Apêndice 4 - Calendário Acadêmico

CALENDÁRIO ACADÊMICO 2012 - IFPR

CAMPUS: IRATI

Janeiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Fevereiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29			

21 – Carnaval

Março

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Abril

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

06 - Sexta-feira da Paixão

Maio

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

01- Dia do Trabalho

Junho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

07 – *Corpus Christi*

21- Tiradentes

Julho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Agosto

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	19
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Setembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

07 - Independência do Brasil

Outubro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Novembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Dezembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

12 - Padroeira do Brasil

02 – Finados
15 – Proclamação da República

- Início e término do ano letivo
- Feriado Nacional
- Planejamento
- Sábados Letivos
- Encontro de Formação: Organização do Trabalho Pedagógico
- Encontro dos Secretários Acadêmicos, Pedagogos e TAE's
- 19 a 22/04 – Jogos Regionais dos IF's
- 1º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação
- 1º Seminário Nacional de Educação a Distância – IFPR/SETEC/MEC
- Fórum Permanente de Recursos Naturais - Núcleos de Agroecologia, Aquicultura e Pesca
- Data final para os pedidos de trancamento de curso
- Jogos Nacionais dos IF's
- Semana de Extensão, Pesquisa, Inovação, Estágio e Emprego
- Jogos Internos do IFPR
- Início do Segundo semestre do ano letivo
- Férias Escolares
- Recesso Acadêmico e Administrativo
- Encontro de Bibliotecários
- Feriado Municipal
- Início e término do período de inscrição ao PIBS /1º semestre
- Lançamento dos Programas de Pesquisa e Extensão
- Data final para os pedidos de aproveitamento e certificação de estudos
- Início e término do período de inscrição ao PIBS /2º semestre
- Reuniões pedagógicas

13 a 17/02 - Matrícula veteranos curso técnicos
30/07 a 03/08 - Matrícula veteranos curso técnicos
27/04 e 09/07 - 1º semestre - Prazo final para lançamento dos resultados parciais e finais
11/10 e 15/12 - 2º semestre - Prazo final para lançamento dos resultados parciais e finais
23/04,15/07 Data final para solicitação de revisão das avaliações parciais
08/10, 15/12 Data final para solicitação de revisão das avaliações parciais
16/07 - Prazo máximo para entrega dos diários de classe à Dreção de Ensino
18/12 - Prazo máximo para entrega dos diários de classe à Dreção de Ensino
15/02 - Prazo para entrega do Plano deTrabalho Docente e Plano de Ensino
10/08 - Prazo para entrega do Plano deTrabalho Docente e Plano de Ensino
12, 13 e 14/09 - Mostra de cursos
15 a 19/10 - Semana Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)

Este calendário está de acordo com a Resolução n° 50/2011 - IFPR, portanto homologa-se. Data:____/____/_____

Apêndice 5 - Descrição dos Equipamentos do Câmpus

Local: Shaf	**Quantidade**	
Roteador	**1**	
Switch	**1**	
Roteador Wireless	**1**	
Central Telefônica	**1**	
Roteador	**1**	
Gabinete	**1**	
Monitor	**1**	
Teclado	**1**	
Local: Lab Informatica	**Quantidade**	**especificação**
Gabinete	**45**	Gabinete Compaq 6005 Pro Small
Monitor	**45**	Monitor HP L1910
Teclado	**45**	Teclado Padrão ABNT2 Conector USB 2.0
Mesa escolar	**41**	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros

		abaixo do tampo
Cadeira escolar	**20**	Cadeira Escolar Estofada
Carteira Universitária	**15**	Com prancheta escamoteável, encosto e assento estofado (UNIANDRADE)
Lousa Digital	**01**	Lousa interativa digital
Switch	**01**	SWITCH 24P A2H124-24
Local: sala 02	**Quantidade**	**especificação**
Mesa escolar	**40**	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	**41**	Cadeira Escolar Estofada
Local: sala 03	**Quantidade**	**especificação**
Mesa escolar	2	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	2	Cadeira Escolar Estofada
Lixeira	1	Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Carteira Universitária	42	Com prancheta escamoteável, encosto e assento estofado (UNIANDRADE)
Lousa Digital	1	Lousa interativa digital
Gabinete	2	Gabinete Compaq 6005 Pro Small

Local: sala 04	**Quantidade**	**especificação**
Mesa escolar	2	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	2	Cadeira Escolar Estofada
Lixeira	1	Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Carteira Universitária	42	Com prancheta escamoteável, encosto e assento estofado (UNIANDRADE)
Lousa Digital	1	Lousa interativa digital
Gabinete	2	Gabinete Compaq 6005 Pro Small
Mesa escolar	2	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	2	Cadeira Escolar Estofada
Lixeira	1	Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Local: sala 05	**Quantidade**	**especificação**
Mesa escolar	2	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	1	Cadeira Escolar Estofada
Lixeira	2	Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Carteira Universitária	26	Com prancheta escamoteável, encosto e assento estofado (UNIANDRADE)
Local: sala 06 – Lab Moda	**Quantidade**	**especificação**

Mesa escolar	54	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	65	Cadeira Escolar Estofada
Lixeira		Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Cadeira giratória		Cadeira estofada giratória sem braço
Mesa reunião	1	Mesa retangular em madeira MDF
Lixeira	2	lixeira plastica c/tampa
Lixeira	1	lixeira plastica c/ tampa
Manequim de Modelagem Masculino	3	Modelo c/ corpo inteiro, s/ pernas,Corpo 100% acolchoado, forração em tecido. Tam. 40 (p/ calças) ou 2 (p/ camisas),acompanha pé de ferro com alt. Regulável.
Manequim de modelagem feminino	2	Modelo c/ corpo inteiro, s/ pernas, Corpo 100% acolchoado, forração em tecido, Tamanho 40, acompanha pé de ferro c/altura regulável
Manequim de modelagem feminino	2	Modelo c/ corpo inteiro, s/ pernas, Corpo 100% acolchoado, forração em tecido, Tamanho 38, acompanha pé de ferro c/altura regulável.
Manequim de modelagem infantil	1	Modelo c/ corpo inteiro e ½ perna. Corpo é 100% acolchoado, possui forração. Tamanho p/ 6 anos, acompanha pé de ferro c/ altura regulável.
Arara para Loja	2	Arara Desfile. Dupla (acondiciona cabides em 2 andares), reforçada c/ regulagens individuais p/ cd aro. C/

		rodas e regulagem de altura.
Máquina de costura	5	Máquina de costura doméstica, Modelo: WD 5024
Prensa Manual	1	Prensa Térmica p/ estampa de gravura em roupas Modelo: PT-W62
Máquina de costura	6	Maq. de costura industrial Zig Zag Modelo: W-2428
Máquina de costura	2	Maq. de costura industrial Interlock Modelo S-858
Máquina de costura	2	Maq. de costura ind. Galoneira Modelo S-32500
Máquina de costura	1	Maq. de costura ind. pespontadeira Mod. W-2400
Máquina de costura	4	Maq. de costura industrial tipo reta eletrônica. Mod. S-8700-S
Máquina de costura	3	Maq. de costura industrial Overlock, com sistema directc drive Mod.S-639 DC
Máquina para cortar tecido	1	Maq. de cortar tecidos, de disco 4” Modelo S-100
Local: sala – EAD	**Quantidade**	**especificação**
Mesa escolar	2	mesa escolar c/ tampo mad. compensada revest. fórmica, estrutura ferro, gradil de porta livros abaixo do tampo
Cadeira escolar	1	Cadeira Escolar Estofada
Carteira Universitária	27	Com prancheta escamoteável, encosto e assento estofado (UNIANDRADE)
Carteira Universitária	16	Com prancheta, encosto e assento estofado

Lixeira	1	Lixeira plastica c/ tampa e pedal
Aparelho de TV	1	TV em cores 29'' HPS-2971N Tela plana
Projetor Multimídia	1	Multimídia (datashow) Voltagem: 110/220V; Controle remoto sem fio Modelo NP115
DVD	1	DVD c/ controle, 2 microfones 110/220V c/controle